
JOHN STOTT
A VERDADE DO EVANGELHO
UM APELO À UNIDADE
ENCONTRO
ABU



A Verdade do Evangelho
Um Apelo à Unidade

Depois de sessenta anos de ministério, John Stott, um dos mais respeitados e influentes líderes da igreja cristã contemporânea, presenteia seus leitores com um testemunho lúcido e cativante que resume aquilo que creu e defendeu a vida inteira: A Verdade do Evangelho.

Analisando os ensinos de Jesus, passando pelas cartas de Paulo e a história da igreja até os nossos dias, ele mostra que a fé evangélica não é, nem uma inovação recente, nem um desvio da ortodoxia, nem um fundamentalismo contemporâneo, mas é essencialmente uma fé trinitária. É a nossa resposta à graciosa iniciativa do Deus Pai que se revelou a nós; de Jesus Cristo, que nos redimiu por meio da cruz; e do Espírito Santo, que nos transforma e faz morada em nós. Daí a ênfase tríplice da fé evangélica: a Palavra de Deus, a cruz de Cristo e o Espírito Santo.

Estes três pilares constituem a essência do evangelho, e só vivendo em fidelidade a isso poderão os cristãos, hoje como nos dias do apóstolo Paulo, permanecer firmes num só espírito, lutando unânimes pela fé evangélica.

John R. W. Stott é conhecido mundialmente como evangelista, pregador e pesquisador da Bíblia. Serviu durante muitos anos como pastor da Igreja de All Souls em Londres. É diretor do London Institute for Contemporary Christianity, e autor de muitos livros.

ISBN 85-86936-16-2

JOHN STOTT

Crédito: Mazinho Rodrigues.

Doação Exclusiva para:

http://entretextosteologicos.blogspot.com.br/



A VERDADE DO EVANGELHO

UM APELO À UNIDADE

ENCONTRO

A B U

MAZINHO RODRIGUES

Todos os direitos reservados.
Copyright © 2000 da Encontro Publicações e ABU Editora.

O texto bíblico utilizado neste livro é o da Nova Versão Internacional, da Sociedade Bíblica Internacional (Novo Testamento) e da Edição Revista e Atualizada no Brasil, da Sociedade Bíblica do Brasil (Antigo Testamento), exceto quando outra versão é indicada.

S888v

Stott, John R. W., 1921.
A Verdade do Evangelho: Um Apelo à Unidade /
John Stott. – Curitiba, PR : Encontro; São Paulo, SP : ABU Ed., 2000.
142p.; 21 cm.

ISBN 85-86936-16-2

1. Evangelismo. 2. Teologia dogmática. I. Título.

CDD-230.044

Traduzido do original em inglês:
EVANGELICAL TRUTH
Inter-Varsity Press, Leicester, Inglaterra
Copyright ® John Stott, 1999

Tradução e Revisão:
Marcell e Silêda S. Steuernagel

Capa e Diagramação:
Adalberto Camargo

ENCONTRO PUBLICAÇÕES
– Movimento Encontrão –
Caixa Postal 18120
80811-970 • Curitiba, PR
Fone: (41) 352.5030
e-mail: encontro@me.org.br
www.me.org.br

ABU Editora S/C
Caixa Postal 2216
01060-970 • São Paulo, SP
Fone/fax: (11) 5031-6278
e-mail: editora@abub.org.br

Índice

Prefácio 07

Agradecimentos 11

Introdução: As verdades essenciais do evangelho 13
Três refutações 14
Fundamentalismo e evangelicalismo 18
Tendências e doutrinas do evangelicalismo 22
O evangelho trinitário 26
Hapax e mallon 31

1. A revelação de Deus 36
Revelação 39
Inspiração 49
Autoridade 58
Mais três palavras 63
Duas elucidações 67

2. A cruz de Cristo 73
Somos aceitos por Deus 77
Nosso discipulado diário 88
Nossa missão e nossa mensagem 90

3. O ministério do Espírito Santo 95
Os inícios da fé cristã 98
A segurança cristã 102
A santidade cristã 107
A comunidade cristã 111
A missão cristã 114
A esperança cristã 119

Conclusão: O desafio da fé evangélica 125
O chamado à integridade evangélica 126
O chamado à estabilidade evangélica 128
O chamado à verdade do evangelho 129
O chamado à unidade evangélica 130
O chamado à perseverança evangélica 134

Posfácio: A preeminência da humildade 137

Prefácio

Ninguém gosta de ser rotulado. Afinal, os rótulos que os outros nos dão geralmente são pejorativos; e geralmente pretendem nos restringir, ou mesmo nos aprisionar, num estereótipo bastante limitador. Mas os rótulos servem para identificar; e, se nós nos recusamos a utilizá-los, nem por isso os outros deixam de aplicá-los a nós.

No mundo científico os rótulos são certamente indispensáveis, e já faz uns duzentos e cinqüenta anos que gerações sucessivas de cientistas agradecem ao botânico suíço Linnaeus por haver desenvolvido o sistema binomial de classificação.

Agora, "teologia taxonômica" é algo consideravelmente mais complicado! Acho até que se poderia tentar... Por exemplo: como você me classificaria? Quem sabe assim: "*gênero:* cristão; *espécie:* evangélico; *subespécie:* anglicano". Mas logo ficaríamos sem saída, pois enquanto a classificação de organismos de acordo com sua estrutura requer um alto grau de precisão, classificar os seres humanos de acordo com suas crenças seria uma tarefa muito mais fluida e flexível.

Muitas vezes os próprios biólogos se dividem em "agrupadores" e "divisores", de acordo com a sua tendência, ou de unir formas raciais numa espécie comum, ou de separá-las em formas variadas. "Agrupamento" e "divisão" é algo que ocorre também na comunidade cristã. Mas ambos os processos podem ser doentios se levados longe demais. Certos cristãos vivem eternamente se dividindo e subdividindo, até que finalmente se dão conta de que já não estão mais numa igreja, e sim numa seita. Eles me lembram aquele pregador descrito por Tom Sawyer, que "filtrava o grupo de predestinados a tão poucos que mal valia a pena ser salvo".[1] Outros vão agrupando todo mundo num pacote só, sem qualquer discriminação, até que não haja mais ninguém para ficar de fora.

Evitando os dois extremos, reconhecemos que ainda há alguma inter-relação genuína entre correntes católicas, evangélicas e liberais dentro do cristianismo. Permitam-me citar dois exemplos (ambos do meu contexto, que é o anglicano) que, se não são típicos, pelo menos ilustram o que quero dizer.

Michael Ramsey, que foi Arcebispo de Canterbury de 1961 a 1974, dizia-se um católico anglicano. Mesmo assim era profundamente comprometido com o evangelho da salvação apenas pela fé, que é, como argumentarei mais tarde, uma crença evangélica fundamental. Ele foi ainda mais longe ao afirmar que durante os cinqüenta anos que vão de 1889 a 1939 "as convicções primordiais da Reforma" foram firmemente sustentadas por "todo típico anglicano", ou seja, que "obras não podem comprar a salvação, que esta ocorre somente pela graça recebida através da fé, que nada pode ser adicionado à mediação única da cruz de Cristo e que a Sagrada Escritura é a autoridade suprema da doutrina".[2]

O segundo exemplo vem das palavras de John Habgood (Arcebispo de York de 1982 a 1995) citadas em seu livro *Confissões de um Conservador Liberal*. "Para mim", ele escreve, "'liberal' representa uma abertura na busca pela verdade que eu creio profundamente necessária para a saúde da religião..." "É basicamente uma questão de honestidade." Ao mesmo tempo é honestidade "enraizada no que Deus tem dado, tanto na revelação quanto na criação. Daí, *'conservador'*."[3] Mesmo que certas vezes John Habgood adote, ao dirigir-se aos cristãos evangélicos, o epíteto um tanto indelicado de "biblicistas", a forma como ele esboça a tensão entre aquilo que Deus já revelou e o que permanece em aberto, entre humildade e honestidade, revelação e tradição, "o coração crente e a mente crítica", é algo que – pelo menos em princípio – todo evangélico deveria poder endossar.

Tento não esquecer, portanto, naquilo que passo a escrever, que as três grandes escolas de pensamento cristão (católica, liberal e evangélica) não são mutuamente excludentes, pois ao longo de suas divergências existem pontos de convergência. Na verdade, é para nós motivo de alegria e gratidão o fato de que a grande maioria dos cristãos

reafirma tanto o Credo Apostólico como o Niceno, e que os protestantes, em sua grande maioria, ainda corroboram muitas das verdades da Reforma. Em outras palavras, nem todas as verdades essenciais do evangelho são também distintivos evangélicos. Ao mesmo tempo, bíblica e historicamente, existem algumas verdades que os cristãos evangélicos sempre enfatizaram e que eles mesmos consideram (com a devida modéstia, eu espero) como sendo verdade para o restante da igreja.

Mas, então, por que eu lanço este livreto no já superlotado mercado de publicações cristãs? (Todo leitor tem o direito de esperar que o autor lhe confidencie as razões pelas quais escreveu.) Será apenas porque eu sofreria daquilo que Juvenal chama de *insanabile cacoēthes scribendi* (a incurável mania de escrever)? Espero que não. Tenho pelo menos dois motivos conscientes.

Primeiro, é que ainda me entristece profundamente essa tendência que nós, evangélicos, temos para a fragmentação. Durante este último meio-século o movimento evangélico vem crescendo muitíssimo em todos os lugares em termos de números, vida comunitária, vida acadêmica e liderança – mas não, penso eu, em coesão e influência nacional. Hoje as pessoas falam nas múltiplas "tribos" do evangelicalismo – e ainda fazem questão de acrescentar à palavra "evangélico" uma qualificação específica. A escolha é bastante ampla: conservador, liberal, radical, progressista, aberto, bitolado, reformado, carismático, pós-moderno, etc. Mas será isso realmente necessário? Mesmo mantendo uma boa consciência de qual seja a nossa interpretação pessoal da fé evangélica, será que não seria possível reconhecermos que o que nos une enquanto povo evangélico é muito maior do que aquilo que nos divide? Será que precisamos ser sempre o que Stephen Neill chama de "individualistas obstinados"[4] e, conseqüentemente, nas palavras de Marcus Loane de Sydney, "ter tanta coesão interna quanto uma corda feita de areia"?[5]

Não sou ingênuo a ponto de imaginar que este livrinho irá resolver os problemas de nossa vaga identidade evangélica ou de nossa deplorável falta de unidade evangélica, ou que irá prover uma bandeira sob a qual possamos todos nos reunir. Mas espero, e oro, que ele possa

dirimir algumas dúvidas e nos ajude a estabelecer uma combinação entre o compromisso com a verdade essencial do evangelho e uma generosidade autêntica de mente e espírito.

Além disso, tenho uma motivação bem mais pessoal: ao chegar ao fim de minha vida aqui na terra, e como este ano completo sessenta anos de discipulado cristão privilegiado, eu gostaria de deixar para trás, como uma espécie de legado espiritual, este pequeno testemunho de fé evangélica, este apelo pessoal às gerações que estão surgindo. É óbvio que eu mudei muito ao longo das últimas seis décadas. Mas espero que essas mudanças não tenham sido para negar qualquer coisa que eu já tenha afirmado, mas sim para o enriquecimento do que foi inadequado, o aprofundamento do que era superficial e para esclarecer o que era obscuro. As grandes verdades do evangelho permanecem inalteradas. É assim que eu gostaria de ser lembrado e julgado enquanto me preparo para apresentar-me para ser julgado diante do trono de Cristo.

Ano Novo, 1999
John Stott

1. Mark Twain, *The Adventures of Tom Sawyer* (1876; Penguin, 1986), p. 37.
2. Citado por A. M. Ransey no Epílogo de *From Gore to Temple 1889–1939* (Longmans, 1960), p. 166.
3. John Habgood, *Confessions of a Conservative Liberal* (SPCK, 1988), pp. 2-3.
4. S. C. Neill, *Anglicanism* (1958; Penguin, 1982), p. 190.
5. Extraído do Discurso Presidencial dirigido ao Sínodo de Sydney em 1980.

Agradecimentos

Eu devo uma palavra especial de gratidão a John Yates, meu atual assistente de estudos, por ter sugerido este livro. Seu conteúdo deveria, originalmente, ser um capítulo num livro de ensaios, cujo título provisório era *Reflexões*. Mas como o nascimento deste estava meio difícil, "JY" (como o chamamos) propôs que eu escrevesse um livreto sobre nossa identidade evangélica e o publicasse em separado. E, no processo, foi fazendo mais e mais sugestões, representando as idéias da geração mais nova, que eu resolvi escutar.

Gostaria de agradecer também a Colin Duriez e Andy Le Peau (da Aliança Bíblica Universitária britânica e americana, respectivamente) pelos conselhos e o incentivo que me deram. E especialmente aos amigos Oliver Barclay, Timothy Dudley-Smith e David Wells por terem lido o primeiro rascunho do texto digitado. Das inúmeras modificações que eles recomendaram, a maioria eu acatei com gratidão.

A generosidade de Frances Whitehead transformou meus rabiscos em um texto impecável. Às vezes eu digo que, no caso dela, "e"-mail significa energia, eficiência e entusiasmo!

AS VERDADES ESSENCIAIS DO EVANGELHO

"O Reino de Deus teve uma colheita sem precedentes nestes últimos anos", escreve Patrick Johnstone. "Historicamente, nunca uma porcentagem tão alta da população mundial foi exposta ao evangelho, ou foi o crescimento de cristãos evangélicos tão encorajador." Em particular, "o aumento de crentes evangélicos no Terceiro Mundo acelerou dramaticamente a partir da Segunda Guerra Mundial...".[1]

Mas apesar dessa expansão (para não dizer explosão) mundial, os crentes evangélicos gozam, muitas vezes, de má reputação; são mal-entendidos e mal interpretados.

Um exemplo disto é John Taylor Smith, que foi Capelão-General das Forças Armadas britânicas durante a Primeira Guerra Mundial. Ele era um homem piedoso, muito querido e bem-humorado. Mas John Peart-Binns descreve-o como "um pietista evangélico fanático, de posições muitíssimo bitoladas e de uma rigidez extrema".[2]

O cônego Michael Saward, da Catedral de São Paulo, conta a história de uma repórter da Associação de Imprensa, bela mas ignorante, que, certo dia, virou-se para ele e perguntou: "Esses evangélicos, eles são... adoradores de serpentes?"[3]

Um pouco mais preciso, e ainda assim hostil, é o retrato que David Hare pinta do pastor Tony Ferris em seu livro intitulado *Demônio Corredor.* Para ele, as diferentes posições teológicas das pessoas têm a ver com sua classe social. "Clérigos educados não gostam de evangélicos", escreve ele, "porque os evangélicos só tomam refrigerante, criam periquitos e botam quadros decorativos nas paredes... Ah, e ainda têm o hábito irritante e desagradável de tentar envolver emocionalmente as pessoas..."[4]

E se nos voltarmos para o cenário norte-americano, veremos o exemplo do professor James Davison Hunter, da Universidade de Virgínia, que presenteia os seus leitores com uma bela demonstração de calúnia contemporânea. Diz ele que, pelo que os acadêmicos de ponta deixam transparecer, os evangélicos seriam "zelotes de direita", "lunáticos religiosos", "um culto misantrópico", "fanáticos","demagogos", "anti-intelectuais" e "simplistas"; já nossa mensagem seria considerada "maliciosa", "cínica", "bitolada", "separatista" e "irracional".[5]

O que seria, então, o cristianismo evangélico, ou a fé evangélica, para suscitar tal combinação de popularidade e impopularidade, que por um lado cresce com tanta rapidez e por outro lado provoca tanto escárnio? Para começar, vamos dizer o que o cristianismo evangélico *não é.*

Três refutações

Primeiro, a fé evangélica *não é uma inovação recente,* uma nova marca de cristianismo que resolvemos inventar. Pelo contrário, atrevemo-nos a dizer que o cristianismo evangélico é o cristianismo original, apostólico, o cristianismo do Novo Testamento. Exatamente a mesma reivindicação e contra-reivindicação foram feitas no século dezesseis. Os reformadores foram muitas vezes chamados de inovadores pela Igreja Católica Romana; mas eles refutaram essa acusação. Quem estava inovando, sustentavam, eram os acadêmicos medievais; eles, pelo contrário, seriam *renovadores*, pois queriam voltar ao início e resgatar o evangelho autêntico e original. "Não ensinamos nada de novo", escreveu Lutero, "mas repetimos e estabelecemos coisas antigas, que os apóstolos e todos os mestres piedosos já ensinavam antes de nós."[6] Hugh Latimer, conhecido pregador da Reforma inglesa, fez a mesma declaração: "Vós dizeis que é um novo ensinamento. Digo-vos, porém, que é o velho ensinamento."[7] Mais eloqüente ainda é a insistência de John Jewel em sua famosa *Apologia* (1562): "Não é doutrina nossa que trazemos a vós neste dia; nós não a escrevemos, não a descobrimos, não a inventamos; nós vos apresentamos nada mais do que aquilo que nos trouxeram os antigos pais da Igreja, os apóstolos e o próprio Cristo nosso Salvador antes de nós."[8]

A mesma crítica, de que os cristãos evangélicos são inovadores, sempre se ouve de novo, geração após geração; e é sempre seguida da mesma refutação. John Wesley, por exemplo, foi muitas vezes acusado de introduzir novas doutrinas na Igreja da Inglaterra. Ele negava vigorosamente. "O que eu ensino é o bom e velho cristianismo", insistia ele.[9]

No início da extraordinária carreira evangelística de evangelização de Billy Graham, ele foi acusado, não de inovação, mas de ser um antiquado incorrigível, pois situava a causa da religião uns cem anos atrás. Mas sua réplica foi a mesma: "Eu respondi que na verdade eu queria mesmo voltar atrás com a religião – não apenas cem anos, mas 1900 anos, até o livro de Atos, onde os seguidores de Cristo do primeiro século foram acusados de revirar o Império Romano de cabeça para baixo."[10]

Em segundo lugar, a fé evangélica *não é um desvio do cristianismo ortodoxo*. Não é um cristianismo alternativo nem de vanguarda, é cristianismo conservador. O cristão evangélico não vê problema algum em recitar o Credo Apostólico ou o Credo Niceno *ex animo*, sem reservas mentais e sem precisar cruzar os dedos ao fazê-lo. "Evangélico", apesar da antipatia que tem suscitado, é na verdade uma palavra nobre com um "pedigree" extenso e honrado. O termo só foi se tornar jargão comum no início do século dezoito, ao ser relacionado com o chamado "reavivamento evangélico" associado a John Wesley e George Whitefield. Mas no século dezessete ele já era aplicado tanto aos puritanos da Inglaterra quanto aos pietistas alemães, e no século dezesseis aos reformadores. Eles se auto-denominavam *evangelici*, de *evangelici viri*, "homens evangélicos", uma designação que Lutero adotou como *die Evangelischen*.

Mas nem foi assim que a coisa começou de fato. No século quinze, John Wycliffe, às vezes descrito como "estrela da manhã da Reforma", foi chamado de *doctor evangelicus*. E mesmo antes disso nós reconhecemos como proto-evangélicos aqueles que atribuíam autoridade final às Escrituras e a salvação apenas ao Jesus Cristo crucificado. Isso poderia incluir até mesmo Agostinho, um dos grandes pais da Igreja, que proclamava a graça divina como a única solução para a culpa humana. Daí é apenas um pequeno passo de volta ao próprio Novo Testamento, e ao seu evangelho, de onde os cristãos evangélicos tiram seu nome.

É na história mais recente da Igreja, contudo, que os termos "evangélico" e "evangelicalismo" passam a ser de uso corrente (e, mais recentemente ainda, a diferenciação entre o genérico "evangélico" e o específico "evangelical").[11] Na Inglaterra do século dezenove, por exemplo, vários líderes evangélicos ganharam proeminência nacional. Charles Simeon, em seus cinqüenta anos de ministério público (1782 – 1833), exerceu uma enorme influência sobre gerações de estudantes através de sua pregação expositiva. William Wilberforce, que lutou quarenta e cinco anos pela abolição da escravatura africana, junto com seus aliados conseguiu primeiramente a abolição do comércio negreiro em 1807 e, depois, da própria escravidão em 1833. As inúmeras reformas sociais instituídas por Anthony Ashley Cooper (1801 – 1885) foram inspiradas em suas convicções evangélicas. E J. C. Ryle, que desenvolveu seu ministério em Liverpool de 1880 a 1900, foi um ardente defensor da verdade evangélica contra as tendências que ele denominava "romanismo" e "ceticismo".

Na América do Norte do século dezenove houve também evangélicos proeminentes. Charles G. Finney (1792–1875), por exemplo, era tão comprometido com a evangelização quanto com a reforma social. Ele fundou toda uma série de "sociedades beneficentes" para todo tipo de filantropia que se possa imaginar; e um de seus discípulos foi Theodore Weld, que dedicou toda a sua vida à luta anti-escravagista. Outro foi D. L. Moody (1837–1899), muito conhecido por sua eficiente atuação como evangelista, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Além disso ele atuou na área da educação e teve uma influência pessoal muito grande. Outro educador foi Charles Hodge (1797–1878); professor do Princeton Theological Seminary durante cinqüenta e seis anos, ele não só lutou pela ortodoxia evangélica como

[1] Foi o Movimento de Lausanne que colocou na agenda e tornou conhecido na igreja latino-americana o termo "evangelical" para referir-se especificamente aos "evangélicos desejosos de afirmar a autoridade da Bíblia", como define o próprio John Stott no Prefácio de *Evangelização e Responsabilidade Social* - Série Lausanne (ABU Editora e Visão Mundial, 1983). É nesta acepção que o autor se refere, no decorrer de todo este livro, aos *cristãos evangélicos* ou *evangelicais*.

também ensinou a mais de 3.000 alunos. Convém mencionar também os irmãos Arthur e Lewis Tappan, homens de negócios muito bem-sucedidos que custearam generosamente obras de reforma social, missão e evangelismo, distribuição de Bíblias, educação cristã e o movimento anti-escravagista.

Voltando à Inglaterra, foi em 1846 que nasceu uma entidade que assumiria o pomposo nome de "Aliança Evangélica Mundial" – que, aliás, começou com nome errado, pois era uma organização britânica, não internacional. Então, em 1951 fundou-se a Aliança Evangélica Mundial (esta, de fato mundial) ao mesmo tempo em que aquela primeira adotava o mais modesto (e mais preciso) nome de Aliança Evangélica Britânica, tornando-se um dos membros fundadores da Aliança Evangélica Mundial que hoje conhecemos.

Em terceiro lugar, a fé evangélica *não é sinônimo de fundamentalismo. As* duas coisas têm diferentes histórias e diferentes conotações.

O "fundamentalismo" (designação que hoje em dia se costuma usar como um termo teológico pejorativo) teve origens de muito respeito. Surgiu de uma série de doze livretos intitulados *Os Fundamentos*, que foram distribuídos entre 1909 e 1915 por Lyman e Milton Stewart, irmãos da Califórnia do Sul. Cada livreto continha diversos artigos escritos por diferentes autores. Eles circularam aos milhões, gratuitamente. Os "fundamentos" em questão incluíam verdades cristãs básicas como a autoridade das Escrituras, a divindade, a encarnação, o nascimento virginal, a morte expiatória, a ressurreição corporal e a volta de Jesus Cristo em pessoa, o Espírito Santo, pecado, salvação e julgamento, adoração, missão mundial e evangelismo. A palavra "fundamentalista" foi cunhada para definir qualquer pessoa que acreditava nas afirmações centrais da fé cristã. Os autores de *Os Fundamentos* eram todos da Grã-Bretanha ou da América do Norte e incluíam personalidades evangélicas do porte de R. A. Torrey, B. B. Warfield, A. T. Pierson, James Orr, Campbell Morgan, J. C. Ryle e Handley Moule.

Originalmente, portanto, "fundamentalista" era um sinônimo aceitável para "evangélico". Tomemos como exemplo o livreto do Dr. Carl Henry, *A Incômoda Consciência do Fundamentalismo Moderno*, que foi publicado em 1947 e influenciou muita gente. Nele, embora ressalte que "o cristianismo evangélico torna-se cada vez mais indefinido no que diz respeito à referência social do evangelho", o autor não faz distinção entre fundamentalismo e evangelicalismo.[12] Aos poucos, contudo, fundamentalismo foi se associando, na mente das pessoas, a certos extremismos e extravagâncias, de maneira tal que lá pela década de 1950 líderes evangélicos norte-americanos como o próprio Carl Henry, Billy Graham e Harold Ockenga passaram a promover aquilo que convencionaram chamar de "novo evangelicalismo", numa tentativa de distingui-lo do antigo fundamentalismo que haviam rejeitado.

Por isso é compreensível que os cristãos evangélicos fiquem desiludidos ao lerem livros como *O Fundamentalismo,* de James Barr, e *Libertando a Bíblia do Fundamentalismo,* de Jack Spong, os quais, seja por ignorância, seja por equívoco ou mesmo por malícia, perpetuam essa velha identificação. Esses autores escrevem como se a única opção para a igreja fosse escolher entre um liberalismo iluminado e um fundamentalismo obscurantista.[13]

Mas é bom dizer aqui e agora, com clareza e convicção, que a grande maioria dos cristãos nega o rótulo de "fundamentalistas"; e, se eles o fazem, é porque discordam de muitos fundamentalistas autoproduzidos em muitos pontos de extrema importância.

A dificuldade de identificar quais são exatamente estes pontos deve-se ao fato de o fundamentalismo nunca ter se definido claramente em oposição ao evangelicalismo, ou publicado uma base doutrinária aceitável pela maioria. E eu, ao tentar fazer o contrário – ou seja, estabelecer uma distinção entre "evangelicalismo" e "fundamentalismo" –, seguramente me arrisco a cometer o pecado da generalização e de produzir caricaturas. Mas peço a meus leitores que tenham em mente que o que estou tentando retratar aqui não são pessoas ou grupos identificáveis, mas certas

tendências contrastantes. Reconheço plenamente que o retrato do fundamentalismo que eu apresento aqui pode espelhar um estilo norte-americano antiquado, mas não alguns de nossos contemporâneos que retêm o rótulo mas rejeitam partes da substância. De igual maneira, o retrato que eu apresento do evangelicalismo é certamente idealizado, pois, convenhamos, muitos evangélicos contemporâneos reivindicam esse nome mas estão longe de viver à altura do ideal.

A meu ver, há pelo menos dez tendências a considerar. (Por tratar-se de uma diferenciação, vou referir-me, particularmente aqui, a "fundamentalistas" *versus* "evangelicais".)

1. Tratando-se do *pensamento humano*, a impressão que transmitem os fundamentalistas da antiga escola é que eles não confiam em conhecimento algum, inclusive as disciplinas científicas; alguns tendem a um completo anti-intelectualismo, para não dizer obscurantismo. O evangélico autêntico, porém, reconhece que toda verdade é verdade de Deus; que nossas mentes nos foram dadas por Deus e são, portanto, um elemento vital da imagem divina que portamos; que insultamos a Deus se nos recusamos a pensar e que o honramos quando, seja através da ciência ou das Escrituras, "pensamos os pensamentos de Deus, assim como ele" (Johan Kepler).

2. Quanto à *natureza da Bíblia*, diz o dicionário que os fundamentalistas "enfatizam a interpretação literal das Escrituras". Isto é certamente uma calúnia, uma vez que a palavra "literal" é usada aqui de maneira muito generalizada. Mesmo assim, não se pode negar que muitos fundamentalistas se caracterizam por um literalismo excessivo. Os evangelicais, pelo contrário, embora acreditem que tudo que a Bíblia afirma é verdade, ressaltam que parte do que ela afirma é verdade figurativa ou poética (em contraposição ao literalismo) e que ela foi escrita para ser interpretada desta forma. Com efeito, nem mesmo os fundamentalistas mais extremistas acreditam, por exemplo, que Deus possua penas (Salmo 91.4)...

3. Em relação à *inspiração bíblica*, os fundamentalistas têm a tendência de crer que esta se deu num processo como que mecânico, em que os autores humanos foram passivos e não desempenharam

absolutamente qualquer papel mais ativo. Do ponto de vista fundamentalista, portanto, a Bíblia teria sido ditada por Deus, algo similar ao que os muçulmanos crêem acerca do Corão, que teria sido ditado por Alá em arábico através do anjo Gabriel, sendo que a única contribuição de Maomé teria sido a de pôr as palavras no papel. Dessa forma, o Corão é tido como uma reprodução exata de um original divino. Os evangelicais, porém, enfatizam a dupla autoria da Escritura, ou seja, que o autor divino falou através de autores humanos estando estes de plena posse de suas faculdades mentais.

4. Quanto à *interpretação bíblica,* os fundamentalistas parecem supor que eles podem aplicar o texto diretamente a si mesmos como se este tivesse sido escrito primariamente para eles. Com isso, ignoram o abismo cultural que se estende entre o mundo bíblico e o mundo contemporâneo. Pelo menos em tese, porém, os evangelicais tentam fazer a transposição cultural, pela qual buscam identificar a mensagem essencial do texto, retirá-la do seu contexto cultural original e recontextualizá-la, ou seja, aplicá-la ao mundo de hoje.

5. No que diz respeito ao *movimento ecumênico*, a tendência dos fundamentalistas é ir além da desconfiança (para a qual há, com certeza, uma boa razão) e partir para uma rejeição cerrada, acrítica e feroz. A expressão mais gritante dessa atitude foi certamente a que se viu no Conselho Americano de Igrejas Cristãs, que foi fundado em 1941 por Carl McIntyre. Muitos evangélicos, contudo, embora sejam críticos à agenda liberal e à metodologia muitas vezes sem princípio do Conselho Mundial de Igrejas, tentam agir com discernimento, afirmando no ecumenismo aquilo que parece ter para eles suporte bíblico e ao mesmo tempo reivindicando o direito de rejeitar aquilo que não o tem.

6. Quanto *à igreja,* os fundamentalistas tendem a adotar uma eclesiologia separatista, afastando-se de qualquer comunidade que não concorde em todos os pormenores com sua própria posição doutrinária. Eles esquecem que Lutero e Calvino foram ambos cismáticos relutantes, que sonhavam com um catolicismo reformado. Já muitos evangelicais, enquanto acreditam ser certo buscar a pureza ética e doutrinária da igreja, também acreditam que neste mundo não se pode atingir a pureza

perfeita. Não é fácil achar o equilíbrio entre disciplina e tolerância.

7. Em relação *ao mundo*, muitas vezes os fundamentalistas tendem a assimilar acriticamente os valores e parâmetros deste (vide teologia da prosperidade); e então, em outras ocasiões, guardam distância deles, por medo de se contaminar. Quanto aos evangelicais, é claro que eles não são todos imunes à influência do mundanismo. Mesmo assim, pelo menos teoricamente, procuram manter em mente a exortação bíblica a não nos conformarmos com este mundo e esforçam-se ao máximo para obedecer ao chamado de Jesus para impregnarmos este mundo sendo sal e luz, impedindo que este se corrompa e iluminando-o em meio às trevas.

8. Quanto à questão da *raça,* a tendência dos fundamentalistas (especialmente nos Estados Unidos e na África do Sul) tem sido a de ater-se ao mito da superioridade branca e defender a segregação racial, mesmo no seio da própria igreja. Seguramente o racismo existe também entre os evangelicais; mas há uma vontade majoritária de arrepender-se dele. Pode-se dizer que eles, em sua maioria, proclamam e praticam a igualdade racial, manifesta originalmente na criação e sobretudo na pessoa de Cristo, que derrubou os muros de separação racial, social e sexual para criar uma humanidade única e unida.

9. Com respeito *à missão cristã,* a tendência dos fundamentalistas é insistir que "missão"e "evangelização" são sinônimos e que a vocação da igreja consiste tão somente em proclamar o evangelho. Mas os evangelicais, mesmo dando prioridade à evangelização, acham impossível dissociá-la da responsabilidade social. Como no ministério de Jesus, também hoje palavras e atos, proclamação e demonstração, boas novas e boas obras se complementam e reforçam mutuamente. Separá-los, escreveu Carl Henry, tem sido "o vergonhoso divórcio do protestantismo".[14]

10. Quanto à *esperança cristã,* os fundamentalistas tendem a criar dogmas sobre o futuro, se bem que certamente não detenham o monopólio do dogmatismo. Mas eles costumam prender-se a detalhes consideráveis no que tange ao cumprimento das profecias, dividindo a história em rígidas dispensações; além disso, aliam-se a um sionismo cristão que ignora as graves injustiças cometidas contra os palestinos. Já

os evangelicais, ao mesmo tempo que afirmam com fervor e expectativa a volta visível, gloriosa e triunfante de nosso Senhor Jesus Cristo em pessoa, preferem continuar agnósticos no que diz respeito aos detalhes sobre os quais até mesmo cristãos de profunda solidez bíblica diferem em seus pontos de vista.

Tendências e doutrinas do evangelicalismo

Ao expor as três refutações acima eu fui, sem dúvida alguma, bastante negativo. Já é mais do que hora de ser positivo. Até aqui nós vimos o que a fé evangélica *não é*. Mas então, o que ela *é*? Antes de tentarmos responder esta questão, é importante que se reconheça que na medida em que o assim chamado "movimento evangelical" cresce pelo mundo afora, ele também se diversifica.

Já houve várias tentativas de classificar as diferentes tendências evangélicas. Em abril de 1998 o editor do *"Jornal da Igreja Inglesa"* sugeriu, num clima de gozação bem pertinente à nossa realidade local, que haveria "57 variedades de evangélicos" (uma alusão às 57 variedades de produtos de supermercado Heinz). Rowland Croucher faz menção a um certo professor de seminário da Califórnia que diz ter conseguido identificar dezesseis tipos de evangélicos,[15] enquanto que Clive Calver escreve sobre as "doze tribos" do evangelicalismo.[16] Outros observadores reduzem este número à metade.

Em 1975, o ano seguinte ao Congresso de Lausanne para Evangelização Mundial, o professor Peter Beyerhaus, de Tübingen, distinguiu seis agrupamentos evangélicos diferentes:

1. Os Novos Evangélicos (incluindo o próprio Billy Graham), que se distanciaram da "cienciafobia" e do conservadorismo político dos fundamentalistas e lutam pelo máximo possível de colaboração.

2. Os Fundamentalistas Conservadores, que não se comprometem em sua atitude separatista.

3. Os Evangélicos Confessionais, que atribuem muita importância a uma confissão de fé e a uma rejeição dos erros doutrinários contemporâneos.

4. Os Pentecostais e Carismáticos.

5. Os Evangélicos Radicais, que reconhecem um compromisso sociopolítico e tentam conciliar testemunho evangélico com ação social.

6. Os Evangélicos Ecumênicos, que vêm desenvolvendo uma participação crítica no movimento ecumênico.[17]

Quase vinte anos depois, em seu livro *Fé Ecumênica numa Perspectiva Evangélica* (Eerdmans, 1993), Gabriel Fackre (da Escola de Teologia Andover Newton) publicou uma lista parecida, composta de seis categorias: fundamentalistas ("polêmicos e separatistas"), antigos evangélicos (cuja ênfase jaz na conversão pessoal e no evangelismo de massa), novos evangélicos (reconhecimento da responsabilidade social e apologética), evangélicos da paz e da justiça (ativistas sociopolíticos), evangélicos carismáticos (que frisam a manifestação do Espírito Santo através do dom de línguas, da cura e adoração) e evangélicos ecumênicos (preocupados com unidade e cooperação). É uma classificação interessante de tendências, algumas das quais compartilham áreas comuns.

Uma outra pergunta que convém fazer é: que outras doutrinas os cristãos evangélicos têm em comum? Afinal, se é verdade que se pode traçar uma certa continuidade na fé evangélica através de séculos da história da igreja, às vezes brilhando intensamente e às vezes quase morrendo, de que se constitui essa continuidade? Obviamente, houve uma evolução, e assim como os desafios mudaram, também as reações se transformaram. Mesmo assim, a maioria dos observadores concorda que é possível discernir um consenso genérico.

Convém destacar um cuidadoso estudo sobre os fundamentos do evangelicalismo feito por dois acadêmicos britânicos, um deles teólogo anglicano e o outro, um historiador batista. Estou me referindo à monografia de J. I. Packer intitulada *O Problema da Identidade Evangélica Anglicana* (1978) e à extensiva obra de D. W. Bebbington, *O Evangelicalismo na Inglaterra Moderna* (1989).

A "anatomia do evangelicalismo" do Dr. Packer é caracteristicamente completa. Consiste de quatro afirmações genéricas e seis convicções

específicas. As afirmações são: que o evangelicalismo é "cristianismo *prático"* (um estilo de vida de total discipulado sob o Senhor Jesus Cristo), "cristianismo *puro*", até mesmo "*mero* cristianismo" (já que "não se pode acrescentar nada ao evangelho sem, conseqüentemente, tirar algo dele"), "cristianismo *unitivo*" (que busca unidade através de um compromisso comum à verdade evangélica) e "cristianismo *racional*" (em contraposição à preocupação popular com a experiência).

Em seqüência a estas quatro afirmações gerais, o Dr. Packer assim identificou seis fundamentos evangélicos (as frases-chaves são dele, as sinopses entre parênteses, minhas):

1. A supremacia da Escritura Sagrada (em virtude de sua inspiração única e exclusiva).

2. A majestade de Jesus Cristo (o Homem-Deus que morreu como sacrifício pelos pecados).

3. O senhorio do Espírito Santo (que desempenha uma série de ministérios vitais).

4. A necessidade de conversão (um encontro direto com Deus que somente Deus pode efetuar).

5. A prioridade da evangelização (na qual o testemunho é uma expressão de culto).

6. A importância da comunhão (por ser a igreja essencialmente uma comunidade de crentes atuante).[18]

Cerca de uma década mais tarde publicou-se a obra magistral do Dr. David Bebbington, *O Evangelicalismo na Inglaterra Moderna.* Nela, Bebbington delineia o que seriam para ele as "quatro características principais" do evangelicalismo. Seriam elas: "*conversionismo*, a convicção de que vidas precisam ser transformadas; *ativismo*, a expressão do esforço evangelístico; *biblicismo*, uma consideração especial pela Bíblia; e o que se poderia chamar de *crucicentrismo*, uma ênfase no sacrifício de Cristo na cruz." "Juntos", concluiu David Bebbington, "estes formam um quadrilátero de prioridades que constitui a base do evangelicalismo".[19] O Dr. Derek Tidball conclui que o quadrilátero de Bebbington "se estabeleceu muito rapidamente como a coisa mais próxima de um consenso a que se poderia pretender chegar".[20]

Podemos até não gostar muito dos quatro "ismos" um tanto quanto esotéricos do Dr. Bebbington. Mas não se pode deixar de atentar para a seleção que ele faz – a Bíblia e a cruz, o evangelismo e a conversão –, elementos que o Dr. Packer já havia enfatizado. Isso ilustra o julgamento de Bebbington de que embora o evangelicalismo tenha sido "moldado e remoldado pelo seu ambiente",[21] mesmo assim ele tem "um núcleo comum que permaneceu notavelmente constante através dos séculos".[22]

Ao mesmo tempo, ao refletir nestas duas listas similares de diferenciais evangélicos, eu confesso uma certa inquietação. Será de todo apropriado, pergunto a mim mesmo, que uma atividade como o evangelismo, uma experiência como a conversão e uma observação como a necessidade de comunhão, por mais que tenham uma sustentação teológica, sejam enquadradas no mesmo escalão de verdades tão imponentes quanto a autoridade das Escrituras, a majestade de Jesus Cristo e o senhorio do Espírito Santo? Para mim, elas parecem pertencer a categorias completamente diferentes. Talvez o que eu esteja pedindo seja apenas um remanejamento das cartas. Mas me parece importante, ao tentarmos definir a essência da nossa identidade evangélica, que façamos distinção entre ação divina e ação humana, entre o primário e o secundário, entre o que tem seu lugar no centro e o que está nalgum lugar entre o centro e a circunferência.

Por essa razão eu tomei a liberdade de sugerir um ajuste. Na lista de fundamentos do evangelho proposta por Jim Packer e Alister McGrath, os três primeiros têm a ver (deliberadamente, sem dúvida) com as três pessoas da Trindade: a autoridade de Deus nas Escrituras e através destas, a majestade de Jesus Cristo na cruz e por meio dela, e o senhorio do Espírito Santo nos seus múltiplos ministérios e por meio deles. Mas as três características evangélicas seguintes (conversão, evangelismo e comunhão) não são tanto uma adição às três primeiras, mas sim uma elaboração destas. Afinal, é o próprio Deus, a Santíssima Trindade, que leva à conversão, promove o evangelismo e gera a comunhão. Portanto, do meu ponto de vista, seria muitíssimo esclarecedor se limitássemos nossas prioridades evangélicas a três, sejam elas: a iniciativa reveladora

de Deus Pai, a obra redentora do Deus Filho e o ministério transformador de Deus o Espírito Santo. Todos os demais fundamentos evangélicos encontrarão o seu espaço apropriado em algum lugar sob o guarda-chuva dessa rubrica trinitária.

O evangelho trinitário

Vamos colocar a questão de uma outra forma. Quando se tenta definir o que significa ser evangélico, é inevitável que se comece com o evangelho, pois tanto nossa teologia (evangelicalismo) quando nossa ação (evangelismo) derivam seu significado e sua importância das boas novas (o evangelho). E sempre que pensamos no evangelho, há sempre três perguntas e três respostas fundamentais que vêm à nossa mente e que têm a ver com a origem, a substância e a eficácia do evangelho. Elas ocorrem em 1 Coríntios 2.1-5, onde Paulo estabelece sua posição sobre os falsos mestres que vinham perturbando a igreja de Corinto.

> Quanto a mim, irmãos, quando estive entre vocês, não fui com discurso eloqüente nem com muita sabedoria para lhes proclamar o ministério de Deus. Pois decidi nada saber entre vocês, a não ser Jesus Cristo, e este, crucificado. E foi com fraqueza, temor e com muito tremor que estive entre vocês. Minha mensagem e minha pregação não consistiram de palavras persuasivas de sabedoria, mas consistiram de demonstração do poder do Espírito, para que a fé que vocês têm não se baseasse na sabedoria humana, mas no poder de Deus.

A origem do evangelho

Pergunta: De onde vem o evangelho?

Resposta: Não é uma invenção ou especulação humana, mas a revelação de Deus. Não é "sabedoria humana"(1 Co 1.17) nem

"sabedoria do mundo"(1 Co 1.20; *cf.* 2.6); pelo contrário, Paulo a chama de "sabedoria de Deus" (1 Co 1.24; 2.7).

Existem certas dúvidas quanto à melhor forma de se traduzir 1 Coríntios 2.1. Uma coisa é certa: Paulo está descrevendo como foi sua proclamação ao chegar a Corinto. Mas ele a está chamando de "testemunho" (*martyrion)* ou de "mistério" (*mysterion)*? Os textos gregos ficam virtualmente empatados. Além do mais, o seu genitivo é subjetivo (o mistério ou testemunho de Deus) ou é objetivo (um testemunho ou mistério sobre Deus)? Mesmo que não saibamos ao certo como responder a estas perguntas, isso na verdade não importa. O que importa é que em qualquer um dos casos Paulo identifica sua mensagem como uma verdade, inclusive como verdade revelada. O evangelho das boas novas de Deus para o mundo.

A substância do evangelho

Pergunta: De que consiste o evangelho?

Resposta: Aos olhos do mundo não-cristão, ele não consiste de sabedoria, mas de loucura; não de poder, mas de fraqueza. Não lisonjeia seres humanos. Não nos proporciona nada do que nos gloriarmos. Mesmo assim, é a sabedoria de Deus e o poder de Deus. E estes, onde os encontramos, então? Apenas "em Jesus Cristo, e este, crucificado"(versículo 2).

Note-se que Paulo "decide" proclamar nada além de Cristo e a cruz. Isso implica que ele passou por um período prévio de incerteza. Por que isso? Foi Sir William Ramsay quem popularizou a teoria de que a visita anterior de Paulo a Atenas teria sido um fracasso, porque ele pregou a criação em vez da cruz; e que ele, quando a caminho de Corinto, "resolveu" não cometer o mesmo erro. Mas não há evidência de que a missão em Atenas tenha sido um fracasso ou um erro. Pelo menos Lucas não nos dá essa impressão. Pelo contrário, ele relembra o discurso para os filósofos atenienses como um belo exemplo da abordagem evangélica

do apóstolo àqueles gentios, aliás muito atentos e ponderados. Em todo caso, ele deve ter pregado a cruz, já que proclamou a ressurreição (At 17.31), e não se pode pregar um sem anunciar o outro. Além disso, Lucas nos diz que houve uma porção de convertidos.

Portanto a explicação para a firme resolução de Paulo de pregar apenas a Cristo e ele crucificado deve ser diferente. Ela não vai ser encontrada em Atenas, mas em Corinto; não num fracasso passado, mas num desafio futuro. Ele sabia que os habitantes de Corinto eram orgulhosos, idólatras, materialistas e imorais. Sabia também que tais pessoas não seriam receptivas ao evangelho. Afinal o evangelho da cruz é loucura para os intelectualmente arrogantes e uma pedra de tropeço para os hipócritas. Ele humilha a vaidade e condena a idolatria. Desafia o ganancioso a contentar-se com o que tem e chama os pecadores ao arrependimento e à auto-negação. Não é de admirar que Paulo precisasse tomar uma firme decisão, a de limitar sua mensagem em Corinto a "Jesus Cristo, e este, crucificado". Apreensivo quanto à recepção que teria, ele chegou em "fraqueza, temor e com muito tremor"(versículo 3).

Paulo chega quase ao final de sua carta aos coríntios ainda focalizando o mesmo evangelho da cruz, tal como o fizera mais para o começo. Aliás, ele faz uma constatação formal a este respeito:

> Irmãos, quero lembrar-lhes o evangelho que lhes preguei, o qual vocês receberam e no qual estão firmes. Por meio deste evangelho vocês são salvos, se se apegarem firmemente à palavra que lhes preguei; caso contrário, vocês têm crido em vão.
>
> Pois o que primeiramente recebi, também lhes transmiti: que Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras, foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e apareceu... (1 Co 15.1-5a)

Seis aspectos do evangelho são dignos de nota.

1. O evangelho é *cristológico*. O centro da mensagem cristã é que "Cristo morreu pelos nossos pecados... [e] ressuscitou ao terceiro dia". O evangelho não está limitado a estes acontecimentos, mas eles são sua verdade prioritária, a *primeira coisa* que ele recebeu e que tem o cuidado de transmitir (versículo 3). O evangelho não pode ser pregado se Cristo não for pregado, e o Cristo autêntico não é proclamado se sua morte e ressurreição não forem centrais.

2. O evangelho é *bíblico*. O Cristo que Paulo proclamava era o Cristo bíblico, que morreu por nossos pecados "segundo as Escrituras" (versículo 3). Que "Escrituras" do Antigo Testamento Paulo tinha em mente, isso ele não diz aqui; mas sem dúvida elas teriam incluído aquelas que Jesus usou quando "explicou-lhes o que constava a respeito dele em todas as Escrituras" (Lc 24.25-27; 44-46), as que Pedro usou no dia de Pentecostes (At 2.25-31), e notadamente o Salmo 22 e Isaías 53. Para os primeiros evangelistas cristãos, era de suma importância o fato de que a morte e a ressurreição de Jesus foram confirmadas por duas testemunhas: os profetas e os apóstolos ou, como diríamos, o Antigo Testamento e o Novo Testamento.

3. O evangelho é *histórico*. Precisamos notar as referências, tanto ao sepultamento de Jesus como às suas aparições, pois o sepultamento atestava a realidade da sua morte (já que enterramos os mortos, não os vivos), enquanto que as aparições testificavam da realidade da sua ressurreição. Além do mais, o que *re-surgiu* é aquilo que foi escondido, enterrado. Em outras palavras, o que foi ressuscitado e transformado foi o corpo de Cristo. Além disso, a ressurreição é um evento histórico possível de ser datado, uma vez que ela ocorreu "no terceiro dia".

4. O evangelho é *teológico*. A morte e a ressurreição de Jesus não foram apenas acontecimentos históricos; elas têm um significado teológico ou resgatador. Ele não apenas morreu, mas "morreu pelos nossos pecados". Como pecado e morte estão relacionados um com o outro no decorrer das Escrituras como sendo uma ofensa e sua devida recompensa, e como Jesus mesmo não cometeu pecado algum pelo qual necessitasse morrer, ele deve ter morrido por nossos pecados. Os

pecados eram nossos, mas a morte foi dele. Ele morreu a nossa morte. Ele sofreu nosso castigo. Só assim poderíamos "ser salvos"(versículo 2). Isso aponta claramente para a natureza substitutiva da cruz, à qual retornaremos no capítulo 2.

5. O evangelho é *apostólico.* Isso significa que é uma parte essencial da mensagem autêntica recebida e transmitida pelos apóstolos. Faz parte da tradição apostólica. No versículo 11 Paulo conclui: "Portanto, quer tenha sido eu, quer tenham sido eles, é isto que pregamos, e é isto que vocês creram". Esse amontoado de pronomes pessoais (eu, eles, nós, vocês) é deveras impressionante. Indica uma unidade de fé entre Paulo e os Doze, e entre os apóstolos e a igreja, até mesmo entre a primeira geração de crentes e todas as subseqüentes.

6. O evangelho é *pessoal.* Isto é, a morte e a ressurreição de Jesus não são apenas história e teologia, mas são o caminho da salvação individual. Os coríntios o receberam, decidiram-se por ele e foram salvos por ele, conquanto se mantivessem firmemente apegados a ele (versículos 1-2).

A eficácia do evangelho

Pergunta: De que maneira o evangelho se torna efetivo?

Resposta: Ele não requer a produzida e floreada eloqüência dos gregos para funcionar. Paulo renunciou tanto à retórica quanto à filosofia. Ao invés da filosofia ele pregava "a Cristo, e este, crucificado"; em lugar da retórica ele confiava no Espírito Santo, pois não tinha a mínima confiança em seu próprio poder ou sabedoria. Pelo contrário, por causa de sua "fraqueza, temor e tremor", ele precisava de uma "demonstração" (*apodeixis,* "prova") do poder do Espírito.

Isso não significa que Paulo rejeitava a apologética. Quando ele chegou a Corinto, de acordo com Lucas, continuou arrazoando com pessoas e ainda "convencia judeus e gregos" (At 18.4). É completamente errado contrapor razão humana e confiança no Espírito

Santo, como se tivéssemos que escolher entre um e outro. Como Espírito da verdade, ele leva as pessoas à fé em Jesus, não *apesar* das evidências, mas *por causa* destas, abrindo-lhes os olhos para se aperceberem da verdade. O que aconteceu em Corinto foi que ele falou "com fraqueza, temor e muito tremor", como qualquer ser humano, e o Espírito Santo tomou suas palavras débeis e, com poder divino, encaminhou-as ao endereço certo: a mente, o coração, a consciência e a vontade dos que as escutavam.

Ou, resumindo tudo: a origem do evangelho não foi especulação, mas revelação; sua substância não é a sabedoria do mundo, mas a cruz de Cristo; e sua eficácia não se deve à retórica, mas ao poder do Espírito Santo. Assim, o evangelho provém de Deus, está centrado em Cristo e sua cruz e é confirmado pelo Espírito Santo.

Hapax e *mallon*

A esta altura, convém pararmos para refletir. Da tríade de verdades essenciais que constituem o evangelho, as duas primeiras são muito próximas uma da outra, e existem entre elas paralelos notáveis. Elas têm a ver com os componentes básicos de toda religião: a questão da autoridade (o que, ou quem, nos autoriza a crer?) e a questão da salvação (por que meios podemos ser salvos?); ou, em termos evangélicos, elas fazem alusão à revelação e à redenção, à Bíblia e à cruz. Ambas foram elementos-chaves para os reformadores, que se referiam a *sola Scriptura* (nossa única autoridade provém das Escrituras) enquanto princípio "formal" da Reforma, e a *sola gratia* (somos salvos somente pela graça) como seu princípio "material".

E depois, as duas se devem à graciosa iniciativa de um Deus que fala e age. As duas apontam para Jesus Cristo, em quem e através de quem Deus falou e agiu. Ademais, as duas são *hapax* (de uma vez por todas), o que expressa que Cristo é a palavra última e absoluta na revelação de Deus (sua palavra foi falada) e na redenção de Deus (sua obra foi feita).

Falando da revelação de Deus, Judas escreveu: "Amados, embora

estivesse muito ansioso por lhes escrever acerca da salvação que compartilhamos, senti que era necessário escrever-lhes e insistir que batalhassem pela fé uma vez por todas [*hapax*] confiada aos santos" (Jd 3). O contexto em que Judas escreveu era de ensino falso, e este muito sério. A única forma como os seus leitores poderiam refutá-los seria defendendo a verdade revelada de Deus que lhes fora confiada "uma vez por todas".

Falando da redenção de Deus, Paulo, Pedro e o autor de Hebreus todos aplicam o verbo *hapax* não apenas referindo-se, em termos gerais, à primeira vinda de Cristo, mas especificamente à sua cruz, de onde ele exclamou em triunfo: "Está consumado". Aqui estão alguns exemplos:

Paulo: "Porque morrendo, para o pecado morreu uma vez por todas [*hapax*]" (Rm 6.10).

Pedro: "Pois também Cristo sofreu pelos pecados uma vez por todas [*hapax*], o justo pelos injustos, para conduzir-nos a Deus" (1 Pe 3.18).

Hebreus:

"Ao contrário dos outros sumos sacerdotes, ele não tem necessidade de oferecer sacrifícios dia após dia, primeiro por seus pecados e, depois, pelos pecados do povo. Ele se sacrificou pelos pecados deles [*hapax*] quando a si mesmo se ofereceu" (Hb 7.27; *cf.* 9.12, 26-28; 10.10-12).

É porque entendemos o caráter definitivo do que Deus disse e fez em Cristo que nós, evangélicos, estamos determinados a nos ater firmemente aos dois. Para nós é inconcebível que se possa revelar qualquer verdade maior que aquela que Deus revelou em seu próprio Filho encarnado. Igualmente inconcebível é considerar que outra coisa que não seja a cruz seja necessária para nossa salvação. Acrescentar qualquer palavra de nossa autoria à palavra completa e definitiva de

Deus em Cristo, ou adicionar qualquer obra nossa à obra de Deus consumada em Cristo, seria aviltar gravemente a glória incomparável da obra e pessoa de Cristo. Seria implicar que a Palavra de Deus e aquilo que ele fez são imperfeitos, e que nós precisamos complementar, melhorar ou até mesmo aperfeiçoá-los. De maneira alguma! Aquilo que Deus disse e fez em Cristo é plenamente satisfatório para nós; ele nada mais tem a dizer ou fazer, pelo menos nesta vida.

Para aqueles que nos criticam, esta nossa insistência no caráter final da encarnação e da expiação é um prato cheio. Eles nos acusam de restringirmos a atuação salvadora de Deus à metade do primeiro século D.C., e de relegarmos a cristandade a um museu histórico. "E hoje, Deus não tem ministério?", perguntam com incredulidade. "Está ele aprisionado na Bíblia e na cruz?"

Perguntas como estas, porém, só podem ser feitas por quem não enxerga nem valoriza o ministério do Espírito Santo hoje como o terceiro aspecto essencial do evangelho. Em certo sentido, sua vinda também foi *hapax,* pois o dia de Pentecostes foi tão único e irrepetível quando o dia de Natal, a Sexta-feira Santa, a Páscoa e a Ascensão. Com isso quero dizer que Jesus Cristo nasceu apenas uma vez, morreu uma vez, ressuscitou uma vez, foi exaltado uma vez e derramou o Espírito Santo uma única vez, como ato final de sua carreira salvadora (At 2.33). Mas, embora o Espírito Santo tenha sido concedido de uma vez por todas, para estar conosco "para sempre "(Jo 14.16), seu ministério é constante e atual.

Portanto, o advérbio apropriado para descrever a atuação do Espírito Santo hoje não é *hapax* ("uma vez por todas"), mas *mallon* ("mais e mais"). Afinal, o Espírito Santo vive constantemente – ou melhor, cada vez mais – mostrando-nos Cristo e formando Cristo em nós. O estabelecimento definitivo do Espírito Santo na igreja, "uma vez por todas", tem implicações contínuas e vitais em relação à revelação e redenção de Deus através de Cristo. É o Espírito Santo que, enquanto "espírito de sabedoria e revelação" em nosso conhecimento de Cristo (Ef 1.17ss.), abre nossos olhos para vermos cada vez mais aquilo que Deus nos revelou em Cristo.

E é o mesmo Espírito que nos capacita a herdarmos todas as riquezas que já são nossas através da união com Cristo (Ef 3.14ss.). Dessa maneira nós "crescemos na graça" para que "da sua plenitude" recebamos "graça sobre graça"(2 Pe 3.18; Jo 1.16). Ademais, nós "estamos sendo transformados segundo a sua imagem [de Cristo] com glória cada vez maior" por intermédio do Espírito Santo (2 Co 3.18). A mesma verdade dessa transformação gradativa até atingirmos a imagem de Cristo está implícita na metáfora de Paulo sobre os "frutos do Espírito" (Gl 5.22-23), pois os frutos amadurecem lentamente, assim como o caráter cristão. Eis aqui, portanto, alguns versículos paulinos nos quais o advérbio *mallon* é aplicado à nossa conduta cristã:

> "Esta é minha oração: que o amor de vocês aumente cada vez mais [*mallon*] em conhecimento e em toda percepção" (Fp 1.9).

> "Quanto ao mais, irmãos, já os instruímos acerca de como viver a fim de agradar a Deus, e, de fato, assim vocês estão procedendo. Agora lhes pedimos e exortamos no Senhor Jesus que cresçam nisso cada vez mais [*mallon*]" (1 Ts 4.1).

> "Quanto ao amor fraternal, não precisamos escrever-lhes, pois vocês mesmos já foram ensinados por Deus a se amarem uns aos outros. E, de fato, vocês amam a todos os irmãos em Macedônia. Contudo, irmãos, insistimos com vocês que cada vez mais [*mallon*] assim o façam" (1 Ts 4.9-10).

Nos dois compromissos fundamentais de agradarmos a Deus e de amarmos um ao outro não deve, portanto, haver complacência; pelo contrário, precisamos estar constantemente crescendo, pois, embora a nossa justificação seja *hapax* (uma vez por todas), nossa santificação deve ser *mallon* (mais e mais).

Assim as verdades essenciais do evangelho se encerram na combinação destes dois advérbios: *hapax* e *mallon*.

Deus nos falou *hapax* em Cristo (inclusive no testemunho que a Bíblia dá acerca de Cristo), revelando-se e concedendo a sua revelação à igreja. Mas é responsabilidade nossa aprofundar-nos cada vez mais *(mallon)* naquilo que ele nos revelou. De igual maneira, Deus agiu *hapax* em Cristo, dando seu Filho para morrer por nós. Contudo, é nossa responsabilidade penetrar cada vez mais e mais plenamente (*mallon*) nos benefícios de sua morte.

Deus não tem nada mais a nos ensinar além do que ele já nos revelou *hapax* em Cristo; nós, porém, temos muito mais a aprender, pois o Espírito Santo, ao testificar de Cristo, capacita-nos assim a entender muito mais completamente (*mallon*) a revelação de Deus.

E Deus nada mais tem a nos dar além daquilo que já nos concedeu *hapax* em Cristo; mas nós temos muito mais a receber na medida em que o Espírito Santo vai nos capacitando a apropriar-nos cada vez mais completamente das dádivas de Deus (*mallon*).

Esse reconhecimento da necessidade de *mallon* é muito bem expresso na seguinte oração (extraída de uma Cerimônia de Confirmação datada de 1662):

> Defende, ó Senhor, esta criança com tua graça celestial; que ela continue sendo tua para sempre; e que cresça dia a dia no teu Espírito Santo, mais e mais, até que ela chegue ao teu reino eterno.

Nesta introdução nós analisamos os três aspectos essenciais em que, como evangélicos, devemos centralizar o nosso testemunho. Eles expressam a iniciativa graciosa pela qual Deus o Pai revela-se a nós, nos redime através de Cristo crucificado e nos transforma por meio do Espírito Santo que habita em nós. Assim, a fé evangélica é uma fé trinitária.[23] É por isso que os cristãos evangélicos enfatizam tanto a Palavra, a cruz e o Espírito.

Agora vamos dedicar um capítulo separado a cada um deles.

1. Patrick Johnstone, *Operation World* (OM Publishing, edição 1996), p. 35.
2. John S. Peart-Binns, *Wand of London* (Mowbray, 1987), p. 29.
3. Michael Saward, *Evangelicals on the Move* (Mowbray, 1987), p. 1.
4. David Hare, *Racing Demon* (Faber, 1990), p. 59.
5. *Culture Wars* (HarperCollins, 1991), p. 144.
6. Martin Luther, *A Commentary on St. Pauls's Epistle to the Galatians* (James Clarke, 1953), p. 53.
7. Hugh Latimer, *Works*, vol. I, pp. 30s.
8. John Jewel, *Works*, vol. II, p. 1034.
9. *The Character of a Methodist* (1742), p. 10.
10. *Just As I Am: The Authobiography of Billy Graham* (Harper-Zondervan, 1997), p. 160.
11. Carl F. H. Henry, *The Uneasy Conscience of Modern Fundamentalism* (Eerdmans, 1947), p. 26.
12. Ver *Fundamentalism* de James Barr (SCM, 1966) e *Rescuing the Bible from Fundamentalism*, de John S. Spong (Harper, 1991). Harriet A. Harries considera válida a crítica de James Barr e a desenvolve apresentando três significados diferentes para a palavra "fundamentalismo": (1) "um movimento histórico da década de 1920 (em oposição a 'modernismo')"; (2) "uma identidade ainda assumida pelos fundamentalistas separatistas antiquados, pelos neo-fundamentalistas politizados e, ocasionalmente, também pelos 'evangelicais'"; e (3) "uma mentalidade que tem afetado muito do evangelicalismo histórico" (*Fundamentalism and Evangelicals*, OUP, 1998, p. 313). É evidente a importância de se distinguir entre a história, a identidade e a mentalidade, e o abrangente estudo de Harriet Harries merece uma avaliação cuidadosa. Mas os evangelicais irão resistir à constante tentativa de identificá-los com os fundamentalistas ou de acusá-los de terem "uma mentalidade racionalista e fundamentalista" (por exemplo, pp. 11-15).
13. *Op. cit.*, pp. 36-37.
14. Rowland Croucher, *Recent Trends among Evangelicals* (Albatross-Marc, 1986), p. 7.
15. Clive Calver e Rob Warner, *Together We Stand* (Hodder and Stoughton, 1996), pp. 128-30.
16. De um capítulo intitulado "Lausanne Between Berlin and Geneva"("Lausanne entre Berlim e Genebra"), publicado em *Reich Gottes oder Weltgemeinschaft*, ed. W. Künneth e P. Beyerhaus (Verlag der Liebenzeller Mission, 1975), 307-308.
17. *The Evangelical Anglican Identity Problem: An Analysis*, de J. I. Packer (Latimer House, Oxford, 1978), pp. 15-23. Dr. Alister McGrath adota e expõe estes seis princípios "fundamentais"e "controladores"em seu livro *Evangelicalism and the Future of Christianity* (Hodder and Stoughton, 1994), pp. 49-88.
18. D. W. Bebbington, *Evangelicalism in Modern Britain: A History from the 1930s to the 1980s* (Unwin Hyman, 1989), p. 3. Nas páginas 3 a 19 o Dr. Bebbington desenvolve estas quatro características, apresentando muitos exemplos históricos. Sua análise tem tido ampla aceitação. Clive Calver e Rob Warner adotam estas mesmas características em seu livro *Together We Stand*, se bem que Rob Warner acrescente mais duas: "cristocentrismo"e "anseio por reavivamento" (ver pp. 94-105). O quadrilátero do Dr. Bebbington é citado também por John Martin em *Gospel People?* (SPCK, 1977, pp. 9 e 13), só que em ordem diferente e com o acréscimo do item "a busca da santidade".
19. Derek J. Tidball, *Who Are the Evangelicals?* (Marshall Pickering, 1994), p. 14.
20. *Op. cit.*, p. 276.
21. *Ibid.*, p. 4.
22. Em *The Radical Evangelical: Seeking a Place to Stand* Nigel Wright escreve também sobre a preeminência da Trindade na religião evangélica (SPCK, 1996).

1



A revelação de Deus

A pergunta primordial de toda religião tem a ver com a questão da autoridade: em nome de que autoridade acreditamos no que acreditamos? E a resposta básica que todo cristão evangélico (seja pentecostal, presbiteriano, batista, luterano ou qualquer outro) dá a esta pergunta é que a autoridade suprema reside, não na igreja, nem no indivíduo, mas em Cristo e no que a Bíblia testifica a seu respeito.

O propósito deste capítulo é explorar este aspecto de nossa identidade evangélica. Por que os evangélicos atribuem autoridade às Escrituras? E quais são as conseqüências de acreditarmos nisso?

Talvez a maneira mais prática de se analisar a perspectiva evangélica acerca das Escrituras seja analisando três palavras que constituem o seu cerne: "revelação", "inspiração" e "autoridade".

Revelação

A palavra "revelação", derivada do latim *revelatio*, "tirar o véu", descreve uma ação objetiva através da qual uma coisa que estava escondida por uma cortina é descoberta e, com isso, exposta à visão. No princípio do pensamento evangélico está o reconhecimento da razoabilidade lógica e óbvia da revelação. Como Deus é nosso Criador, infinito no seu ser, e nós criaturas finitas dentro do tempo e do espaço, é lógico que não podemos descobri-lo por nossos próprias pesquisas ou recursos. Ele está inteiramente além de nós. E mais: como ele é o Deus Santo, enquanto nós somos caídos, pecadores e sujeitos ao seu justo juízo, existe entre ele e nós um abismo que nós, de onde estamos, nunca poderíamos ultrapassar. Finitos e caídos como somos, não podemos

alcançá-lo. Jamais poderíamos conhecê-lo (a não ser que ele tomasse a iniciativa de se fazer conhecido), e todos os altares do mundo, como aquele em que Paulo tropeçou nos arredores de Atenas, teriam de levar a inscrição AO DEUS DESCONHECIDO (At 17.23). Ele permaneceria incompreensível e inacessível a nós. Esse duplo fato é a premissa básica da revelação divina e um tema importantíssimo na primeira carta de Paulo aos crentes de Corinto:

> Pois está escrito:
>
> "Destruirei a sabedoria dos sábios
> e rejeitarei a cultura dos cultos."
>
> Onde está o sábio? Onde está o erudito? Onde está o questionador desta era? Acaso não tornou Deus louca a sabedoria deste mundo? Visto que, na sabedoria de Deus, o mundo não o conheceu por meio de sabedoria, agradou a Deus salvar aqueles que crêem por meio da loucura da pregação (1 Co 1.19-21).
>
> ...falamos da sabedoria de Deus, do mistério que estava oculto, o qual Deus preordenou, antes do princípio das eras, para a nossa glória. Nenhum dos poderosos desta era o entendeu, pois, se o tivessem entendido, não teriam crucificado o Senhor da glória. Todavia, como está escrito:
>
> "Olho nenhum viu,
> ouvido nenhum ouviu,
> mente nenhuma concebeu
> o que Deus preparou
> para aqueles que o amam";
>
> mas Deus o revelou a nós por meio do Espírito (1 Co 2.7-10a).

Ambos os versículos ressaltam o contraste entre a sabedoria de Deus e a sabedoria do mundo. Por um lado, Paulo declara o fracasso, e mesmo a incapacidade, da sabedoria humana em achar ou conhecer a Deus. Por outro lado, ele declara a necessidade correspondente que temos da sabedoria divina, que é inacessível ao olho, ouvido e imaginação humanos mas foi revelada por Deus, proclamada pelos apóstolos e é capaz de salvar os crentes.

As Escrituras mencionam quatro tipos de revelação. Elas descrevem as várias maneiras como Deus se revelou e, de certa forma, ainda se revela.

Revelação geral ou natural

A "revelação geral" é assim chamada porque se manifesta a todos, à generalidade da raça humana. É também chamada "natural" porque se dá por meio da natureza, através da ordem da criação. Creio que um exemplo de cada um dos Testamentos seja o suficiente.

A mais completa referência que o Antigo Testamento faz à revelação geral encontra-se nos seis primeiros versículos do Salmo 19: "Os céus proclamam a glória de Deus." Essa proclamação se dá em duas dimensões, uma contínua e outra universal, pois sua mensagem é transmitida "dia após dia... noite após noite..." e alcança "os confins do mundo...", especialmente à medida que o sol vai percorrendo seu circuito diário através do céu. E apesar de que, falando literalmente, "não há linguagem, nem palavras", metaforicamente "por toda a terra se faz ouvir a sua voz". Na verdade, "toda a terra está cheia de sua glória"(Is 6.3).

Já a afirmação mais clara da revelação natural de Deus no Novo Testamento nos é dada por Paulo em sua Epístola aos Romanos. Ele insiste que Deus tem manifestado claramente aos olhos humanos tudo o que se pode saber de Deus, uma vez que no decorrer da história ("desde a criação do mundo") "os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos claramente . . . por meio das coisas criadas" (Rm 1.19-20).[1] Isto é, o mundo criado é um descortinar visível do Deus invisível. Tal como os artistas se revelam na sua arte, assim o Criador

se revela na sua criação. Ademais, nós temos, por nossa própria consciência, algum conhecimento da ordem moral (Rm 1.32–2:2).

Ainda hoje, por meio da criação e da nossa consciência, Deus continua a dar testemunho de si mesmo. A racionalidade, complexidade e beleza do mundo, por um lado, e o nosso senso de certo e errado, de responsabilidade e fracasso, por outro, nos falam de Deus. O trágico, porém, é que nós "suprimimos" essa verdade (Rm 1.18) para seguir nosso próprio caminho egocêntrico. Somos, conseqüentemente, culpados e indesculpáveis (Rm 1.20; 2.1). Portanto a revelação natural não pode nos salvar; ela só pode nos condenar. Não podemos ler o caminho da salvação nas estrelas. Vemos a glória de Deus na ordem da criação; por sua graça precisamos de uma outra revelação.

Revelação especial ou sobrenatural

Existem pelo menos seis diferenças entre a revelação "geral" e a "especial".

Revelação geral	*Revelação especial*
1. É "geral" porque é feita para todos em todo lugar.	1. É "especial" porque foi feita para pessoas específicas em contextos específicos.
2. É "natural" porque se dá através da natureza.	2. É "sobrenatural" porque se deu por meio de milagre (a inspiração das Escrituras e a encarnação do Filho).
3. É "contínua" porque não cessa de existir.	3. É "final" porque foi consumada em Cristo e é o testemunho bíblico de Cristo.
4. É "gloriosa" porque revela a glória de Deus na criação.	4. É "graciosa" porque revela a graça de Deus na salvação.
5. É "visível" porque através dela *vemos as obras de Deus.*	5. É "audível" porque através dela *ouvimos as palavras de Deus.*
6. É "julgadora" porque aqueles que a rejeitam são condenados.	6. É "salvadora" porque aqueles que a aceitam são salvos.

Dentre estas diferenças, é a segunda que nos interessa aqui: que a revelação geral de Deus nos veio através da natureza (os céus e a terra proclamam sua glória), enquanto sua revelação especial se deu através de milagre (inspiração e encarnação). Essa combinação entre inspiração e encarnação é vital. Nós, evangélicos, muitas vezes cometemos o erro de isolar a Bíblia e dar-lhe um lugar de honra. Mas o clímax da revelação de Deus foi seu Filho encarnado, o Verbo feito carne: "Mas nestes últimos dias nos falou por meio do Filho..." (Hb 1.2a).

O Filho é descrito também como um agente da criação, o sustentador e herdeiro do universo, "o resplendor da glória de Deus e a expressão exata de seu ser", aquele que "realizou a purificação dos nossos pecados" e está agora entronizado à direita de Deus (Hb 1.1-3).

Mas como sabemos tudo isso sobre Jesus Cristo? Sua vida encarnada durou pouco mais de trinta anos e nós não estávamos lá para ver. Como, então, poderia isso beneficiar gerações vindouras e não se perder nas névoas da antiguidade? A resposta encontra-se nos apóstolos. Eles foram escolhidos e capacitados para registrar por escrito e explicar o que Deus fez e disse através de Cristo. Somente assim poderiam as pessoas nos séculos subseqüentes ter acesso a ele. O único Cristo verdadeiro é o Cristo da Bíblia. O que a Escritura fez foi capturá-lo para presenteá-lo a todas as pessoas em todos os tempos em todos os lugares. Se o que se quer é uma descrição do clímax da revelação de Deus, vamos encontrá-la no Cristo histórico e encarnado e em sua expressão total no testemunho bíblico.

No propósito da revelação especial de Deus, evento e testemunho sempre andaram de mãos dadas. Isso é importante dizer, uma vez que entre os estudiosos liberais (especialmente os não-ortodoxos) virou moda insistir que a revelação de Deus foi pessoal, não proposicional. Esta, porém, é uma distinção falsa. A auto-revelação de Deus foi certamente pessoal, manifesta através de atos de salvação e juízo. Mas como tais eventos poderiam beneficiar quem não estivesse envolvido neles, a não ser que houvesse testemunhas para gravar e interpretar os eventos? Por exemplo, havia muitas migrações tribais no Oriente Médio na época do êxodo. Como se poderia saber que o êxodo de Israel do

Egito foi algo especial, se Deus não tivesse despertado Moisés e os profetas para dizê-lo? De maneira similar, muitas crucificações foram realizadas durante os anos em que Roma ocupou a Palestina. Como, então, se poderia saber que a crucificação de Jesus foi especial, e muito menos o ponto de virada da história humana, se Deus não tivesse escolhido e preparado os apóstolos para testemunharem disso? Portanto a revelação especial de Deus é, comumente, uma combinação de ato e palavra, evento e testemunho.

Assim, não deveríamos perpetuar o mito de que a revelação de Deus pudesse ser pessoal sem ser também proposicional, atos destituídos de palavras. Não deveríamos compartilhar do desencanto moderno com as palavras. As palavras são de suma importância. Até as imagens precisam de palavras para serem explicadas. E Deus escolheu o formato do discurso humano para ilustrar sua comunicação conosco. Nós conhecemos muito bem afirmações como esta: "A mim me veio, pois, a palavra do Senhor, dizendo..."(por exemplo, em Jr 1.4); "Ouvi a palavra do Senhor..."(Is 1.10); "...pois, ao receberem de nossa parte a palavra de Deus, vocês a aceitaram não como palavra de homens, mas segundo verdadeiramente é, como palavra de Deus, que atua com eficácia em vocês, os que crêem"(1 Ts 2.13). A linguagem é o meio mais sofisticado de comunicação que temos. Nós não podemos saber o que se passa na mente uns dos outros a não ser que, e até que, falemos uns com os outros. Às vezes se fala em "ler o pensamento" dos outros, mas isso é impossível. Se você fosse permanecer calado e assumir uma expressão misteriosa como quem está jogando cartas, eu não teria a mínima noção do que você estaria pensando. Se, por conseguinte, não podemos penetrar a mente uns dos outros, quanto menos podemos entender a mente de Deus?

Porque os meus pensamentos
não são os vossos pensamentos,
nem os vossos caminhos os meus caminhos,
diz o Senhor;
porque, assim como os céus
são mais altos do que a terra,

assim são os meus caminhos mais altos
do que os vossos caminhos,
e os meus pensamentos mais altos
do que os vossos pensamentos.
Porque, assim como descem a chuva e a neve dos céus,
e para lá não tornam,
sem que primeiro reguem a terra
e a fecundem e a façam brotar,
para dar semente ao semeador e pão ao que come,
assim será a palavra que sair da minha boca;
não voltará para mim vazia,
mas fará o que me apraz,
e prosperará naquilo para que a designei.
(Isaías 55.8-11)

Note como o profeta vai dos pensamentos para as palavras, dos pensamentos da mente para as palavras da boca. Ele começa com uma firme declaração de que os caminhos e os pensamentos de Deus *não* são iguais aos nossos. Na verdade, os pensamentos e caminhos de Deus são tão mais altos que os nossos quanto os céus são mais altos que a terra – ou seja, infinitamente mais altos! Para nós, portanto, é absolutamente impossível subir até atingir a mente infinita de Deus. Não há escada pela qual alcançá-lo, nenhuma ponte através da qual atravessarmos o abismo entre nós. Se ele fosse permanecer calado, nós nunca saberíamos (e nunca poderíamos imaginar) o que ele está pensando.

Mas as coisas não são assim, continua o profeta, porque *Deus falou*. Ele faz uma segunda referência aos céus e à terra. Depois de nos fazer lembrar que o céu é infinitamente mais alto que a terra, ele prossegue ressaltando uma imagem singular: tanto a neve quanto a chuva conseguem passar de lá para cá – ambos "descem dos céus", e não retornam sem antes "regar a terra". De igual maneira, continua ele, assim como a chuva torna a terra produtiva, também a palavra de Deus surge da sua boca. Ela não retorna a ele vazia, mas cumpre seu propósito. Assim os pensamentos da mente do Senhor são inacessíveis a nós – a não ser que, e até que, nos sejam comunicados por meio das

palavras da sua boca; aí, sim, eles produzirão o devido efeito, cumprindo em nós o seu propósito.

Essa ênfase na palavra significaria, então, que os evangélicos acreditam na inspiração verbal do Bíblia? Muitos iriam logo dizer que não. Eles estabelecem uma distinção entre as palavras e o sentido, e gostam de citar o grande missionário Henry Martyn. Indagado, na Pérsia, por um influente muçulmano se ele acreditava ou não na inspiração verbal da Bíblia, assim como seu questionador acreditava no Corão, Martyn respondeu: "O sentido é de Deus, mas a expressão é dos seus diferentes autores."[2] Parece uma boa distinção, até que a examinemos. O fato é que não se pode separar o significado de um texto das palavras que o constituem e o comunicam. As palavras são os tijolos na construção de um discurso. É impossível montar uma mensagem precisa sem construir frases precisas compostas de palavras precisas. Observem o que Charles Kingsley escreveu em meados do século dezenove:

> Essas coisas gloriosas – as palavras – são direito exclusivo do homem... Sem palavras nós não saberíamos sobre o coração e a mente do outro mais que um cachorro sabe sobre o cachorro ao seu lado... pois, se o considerarmos, a gente já pensa a respeito de si mesmo em *palavras*, mesmo que não as pronuncie em voz alta; e sem elas todos os nossos pensamentos seriam meros desejos cegos, sentimentos que nem mesmo nós conseguiríamos entender.

Mais importante ainda seria considerarmos a observação que o apóstolo Paulo faz para si e para seus colegas apóstolos: "Delas também falamos, não com palavras ensinadas pela sabedoria humana, mas com palavras ensinadas pelo Espírito, interpretando verdades espirituais para os que são espirituais" (1 Co 2.13).

Revelação gradativa

Acreditar em revelação divina não significa que devamos supor que Deus revelou tudo de uma vez só para seu povo. Pelo contrário, ele lhes foi ensinando gradativamente, à medida que eram capazes de entender, "um pouco aqui, um pouco ali"(Is 28.13), "muitas vezes e de várias maneiras" (Hb 1.1). Isso é particularmente óbvio no tocante à relação entre o Antigo e o Novo Testamento. Assim, os elaborados cultos sacrificiais do Antigo Testamento haviam ensinado a Israel verdades indispensáveis, como a de que a expiação do pecado se fazia através do derramamento de sangue (Lv 17.11). Mas, no Novo Testamento, já não era mais necessário sacrificar animais, pois esta exigência fora cumprida no sacrifício de Cristo. Pais sábios não ensinam a seus filhos lições que eles mesmos vão contradizer logo adiante; pelo contrário, eles as ampliam e reforçam; ou então vão acabar perdendo credibilidade.

Talvez a doutrina da Trindade seja o melhor exemplo. A Trindade não é ensinada explicitamente no Antigo Testamento. O que existe, na verdade, são indícios e prefigurações dela. Quando lemos a declaração de Deus "façamos o homem", interpretamos o plural como trinitário. É a mesma coisa quando ouvimos o triplo *shalom* da bênção de Arão (Nm 6.22ss.) ou o "Santo, santo, santo..." do coro celestial (Is 6.3; Ap 4.8). O ouvido cristão capta estas alusões; já o ouvido judeu, não, pois a grande ênfase do Antigo Testamento é a unidade de Deus, em contraste com o rude politeísmo dos vizinhos de Israel. Por exemplo: "O Senhor nosso Deus é o único Senhor" (Dt 6.4). Somente depois que o povo de Deus chegou a uma compreensão real sobre a unidade de Deus é que eles estavam prontos para a revelação a seguir, de que Deus era triúno.

O que vemos no decorrer do Antigo Testamento, escreveu Alec Motyer, é "uma verdadeira progressão cumulativa". "O que há não é abandono do primeiro em favor do último, do primitivo em favor do desenvolvido, mas, sim, um corpo de verdades convergentes e em processo de amadurecimento que, ao final do Antigo Testamento, é também uma verdade preparada para o seu magnífico desfecho."[3]

Revelação pessoal

Para pensarmos com mais clareza, vamos estabelecer uma distinção entre dois ministérios do Espírito Santo, aos quais nos referiremos como "revelação" e "iluminação", respectivamente. "Revelação" neste contexto descreve um evento objetivo: o Espírito Santo expõe a glória de Deus na natureza ou através da Escritura. "Iluminação", por sua vez, descreve um evento subjetivo: o Espírito Santo ilumina nossos olhos para que agora possamos ver o que ele revelou.

Se quisermos de fato chegar a conhecer a Deus, os dois processos são indispensáveis. Vamos supor que fôssemos nos encontrar para uma cerimônia de inauguração, em que o retrato de alguém será desvelado. Suponhamos ainda que tenhamos convidado uma pessoa para nos acompanhar, mas de olhos vendados. Antes que todos nós possamos ver o retrato, dois processos são necessários. Primeiro, o quadro precisa ser descoberto, o que ilustra o evento objetivo denominado "revelação". Mas nosso amigo de olhos vendados ainda não consegue ver. No seu caso, é preciso haver um segundo processo: sua venda precisa ser removida. Ilustra-se assim o evento subjetivo chamado "iluminação".

Mas como isso implica a retirada de um véu de sobre nossos olhos ou mentes, essa iluminação é às vezes também chamada de "revelação".

O próprio Jesus usa essa linguagem. Certa vez ele agradeceu ao Pai porque ele havia ocultado suas verdades aos intelectualmente arrogantes e as havia "revelado aos pequeninos" (Mt 11.25), ou seja, aos humildes. Em outra ocasião, na primeira vez em que Pedro o identificou como o Messias, Jesus respondeu: "Bem-aventurado é você, Simão, filho de Jonas! Pois isto não lhe foi revelado por carne nem sangue, mas por meu Pai que está nos céus"(Mt 16.17). O que Pedro experimentou aconteceu igualmente com Paulo. Sua experiência de conversão e envio na estrada de Damasco foi um fruto tão evidente da iniciativa da graça de Deus que ele pôde escrever: "Mas quanto a Deus, que me separou desde o ventre materno e me chamou por sua graça, agradou *revelar* o seu Filho em mim..." (Gl 1.15-16). E, depois de passar pessoalmente por essa iluminação celestial, é claro que ele desejou que outros também a

experimentassem. Pelos efésios, por exemplo, ele orou que "o espírito de sabedoria e revelação" iluminasse os olhos do coração deles para que conhecessem a totalidade do propósito de Deus para eles (Ef 1.17ss.).

Estes são, pois, os quatro aspectos da revelação divina: geral e especial, gradativa e pessoal. Os cristãos evangélicos enfatizam que sem a revelação é impossível conhecer a Deus. O próprio Deus permanece oculto, como também nossas mentes, até que, pela sua graça e poder, ambos os véus sejam rasgados. Outra ênfase dos cristãos evangélicos é que nossa única resposta possível é ouvir, crer e obedecer.

Que grande bênção, a nossa! Deus não nos abandonou por aí, deixando-nos a tatear na mais densa escuridão, a debater-nos em águas profundas, ou mesmo às voltas com a filosofia humana! Pelo contrário: ele nos deu sua Palavra para ser lâmpada para nossos pés e luz para nossos caminhos (Sl 119.105); deu-nos, na verdade, "uma candeia que brilha em lugar escuro, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça"(2 Pe 1.19).

A ênfase evangélica na verdade, revelada por Deus e portanto absoluta, que cria laços profundos e é universal, não tem compatibilidade alguma com o clima da pós-modernidade. Aliás, nem com o clima da modernidade, que a antecedeu. Diante da cultura contemporânea, uma mente verdadeiramente cristã deveria responder, não com uma rejeição cega nem com uma aceitação indiscriminada, mas com discernimento.

Os cristãos evangélicos nunca conseguiram entrar em acordo com o modernismo – isto é, o Iluminismo – com sua substituição da revelação pela razão, sua proclamação da onicompetência e autonomia da mente humana e sua glorificação da ciência objetiva como base de sua confiança na inevitabilidade do progresso moral. Já estava mais do que na hora de estourar essa bolha – que bom que a pós-modernidade deu a alfinetada fatal!

O professor Diógenes Allen, do Seminário Teológico de Princeton, escreve, com acentuado otimismo, que agora, com o colapso da perspectiva iluminista, existe uma "nova possibilidade de Deus" e portanto uma nova "abertura para a fé". Ele mostra como os quatro

maiores pilares da confiança iluminista estão se fragmentando.

O Iluminismo declarou:

1. Que o universo é auto-suficiente e que Deus é supérfluo, visto que agora tanto a filosofia quanto a cosmologia vêm mostrando uma nova abertura para Deus;

2. Que a moralidade dispensa explicações e que a revelação é desnecessária, visto que agora nós não conseguimos atingir um consenso quanto à ação moral ou mesmo à discussão.

3. Que o progresso é inevitável por causa da ciência, visto que agora nós somos desafiados pelo nosso fracasso em resolver problemas sociais;

4. Que o conhecimento é inerentemente bom, se bem que no momento devamos confessar que ele é, muitas vezes, mal utilizado para fins errôneos.

Tudo isso indica que "o embargo da possibilidade de Deus foi suspenso"e que o evangelho adquiriu uma nova relevância.[4]

Mas ainda assim, paralelamente a essa nova abertura para a fé, o pós-modernismo é um inimigo declarado de qualquer afirmação da verdade absoluta. O Dr. Os Guinness descreve a colisão entre pós-modernismo e modernismo:

> Onde o modernismo foi um manifesto de autoconfiança e autofelicitação do ser humano, o pós-modernismo é uma confissão de modéstia, quando não desespero. Não há verdade, somente verdades. Não há princípios, apenas preferências. Não existe uma razão, existem razões... Se o pós-modernismo estiver certo, então não se pode sequer aspirar à verdade, à objetividade, à universalidade e à realidade.[5]

Mas a fé evangélica não pode render-se a esse pluralismo, nem a esse relativismo. Temos que continuar insistindo na mesma tecla: que verdade é verdade. O Dr. Peter Cotterell expressou muito bem essa questão ao confrontá-la com a missão cristã:

> Verdade não é uma questão de orgulho ou humildade. É uma questão de fato. O Islã diz que Jesus não foi crucificado. Nós dizemos que ele foi. Apenas um de nós pode estar certo. O Judaísmo diz que Jesus não foi o Messias. Nós dizemos que ele foi. Só um de nós pode estar certo. O Hinduísmo diz que Deus se encarnou *várias vezes.* Nós dizemos que foi apenas uma. E não podemos os dois estar certos.[6]

Inspiração

Se a palavra "revelação" indica que Deus tomou a iniciativa de se fazer conhecido, a palavra "inspiração" indica como ele o fez, pelo menos tratando-se da revelação especial: foi falando com os autores humanos e por meio deles. Neste sentido a Bíblia é um livro único; nenhum outro livro se assemelha a ela. A Bíblia é a palavra de Deus expressa em palavras humanas. Trata-se, portanto, de uma autoria dupla (divina e humana), o que, sob esta premissa, requer de nós uma dupla aproximação: reverente, por ser ela a Palavra de Deus; e "crítica" (como definiremos mais adiante), por ser palavra de seres humanos.

A dupla autoria das Escrituras

Os cristãos evangélicos procuram evitar ao máximo os extremos opostos em que se constituem o fundamentalismo e o liberalismo. Os chamados "fundamentalistas" (pelo menos a velha escola), como já vimos, declaram que a Bíblia é a Palavra de Deus. Sua tendência é encarar os autores humanos como quem teve um papel inteiramente passivo, homens cujas faculdades humanas foram interceptadas diante da inspiração divina. Eles tratam, às vezes, como se os autores humanos da Bíblia fossem instrumentos musicais ou meros gravadores, não mais pessoas vivas mas brinquedos inertes nas mãos do Espírito. Já os chamados "liberais" dizem que a Bíblia foi escrita por homens; surgiu de suas próprias mentes e apenas recebeu, aqui e ali, um toque de inspiração divina.

Mas nenhuma dessas descrições das Escrituras é satisfatória, pois nenhuma delas corresponde à descrição que a Bíblia dá de si mesma. Existe uma terceira maneira, uma melhor designação: é o que chamamos de *dupla autoria das Escrituras*. A Escritura Sagrada é, ao mesmo tempo, Palavra de Deus e palavra de homens, ou melhor, é a Palavra de Deus expressa em palavras humanas. Os exemplos disso são abundantes. O Pentateuco é chamado na mesma passagem de "lei de Moisés" e de "lei do Senhor" (Lc 2.22-23), e Jeremias introduz sua profecia como sendo "palavras de Jeremias", o homem em cuja boca Jeová pôs as suas palavras (Jr 1.1-19). E no Novo Testamento lemos que "Deus falou . . . através dos profetas" e que "homens falaram da parte de Deus" (Hb 1.1; 2 Pe 1.21). Conseqüentemente, também se poderia dizer que "a boca do Senhor o disse" e que ele "falou por meio dos seus santos profetas" (Is 1.20; At 3.21). Então, da boca de quem vieram os oráculos proféticos? Da boca divina ou de bocas humanas? A única resposta possível é: dos dois. Deus falou com sua própria boca, mas através da boca de autores humanos. Agora vamos considerar cada uma destas duas verdades separadamente.

Primeiro que tudo, *a Bíblia é a Palavra de Deus*. A conhecida cláusula do Credo Apostólico a respeito do Espírito Santo afirma que *ele* "falou através dos profetas". Os profetas costumavam introduzir seus oráculos com a declaração "a mim veio a palavra do Senhor". E os apóstolos fazem a mesma reivindicação, mesmo que não usem a fórmula profética.

A declaração clássica da obra do Espírito Santo na inspiração das Escrituras continua sendo 2 Timóteo 3.16: "Toda Escritura é inspirada por Deus..." – ou, no sentido literal, é "soprada por Deus" (*theopneustos*). O significado da palavra não é que Deus "soprou" nos escritores, capacitando-os a que escrevessem sua palavra, nem que ele "respirou" em seus escritos, transformando com seu sopro as palavras humanas em palavras divinas, e sim que aquilo que eles escreveram foi proveniente da boca de Deus.[7] Essa referência ao sopro de Deus é congruente com outras referências da Bíblia relativas à sua boca e suas palavras. No discurso, nosso fôlego comunica nossas palavras através de nossa boca. Não se trata, obviamente, de algo literal. Como Deus é Espírito, e portanto não tem

corpo, ele não tem boca nem fôlego. Mesmo assim o discurso humano é um modelo inteligível imediato da inspiração divina, pois transmite os pensamentos de nossas mentes em palavras por meio de nossa boca, utilizando nosso fôlego. É neste sentido que a Escritura Sagrada pode ser descrita, com precisão, como "inspirada" ou "soprada" por Deus.

Em segundo lugar, *a Bíblia é também palavra de homens*. É verdade que alguns líderes cristãos famosos complementaram o modelo do discurso com outros modelos, dando a impressão de que o processo de inspiração foi mecânico e que os autores humanos não desempenharam nele o mínimo papel significativo. Tertuliano, por exemplo, disse que as Escrituras foram "ditadas pelo Espírito Santo"; Atenágoras de Atenas escreveu que "o Espírito Santo usou os escritores como um tocador de flauta assopra dentro da sua flauta"; Agostinho chamou-os de "penas do Espírito Santo"; e Calvino, de "copistas". Mas o Dr. J. I. Packer mostra que essas metáforas foram usadas, não para definir o *processo* de inspiração (para o qual elas teriam sido inadequadas), mas para indicar os *resultados*, notadamente que a Escritura é a Palavra de Deus.[8]

Os fenômenos das Escrituras demonstram nitidamente que os autores humanos tiveram participação ativa e não passiva no processo da inspiração. Eu me refiro à inclusão de elementos da história, literatura e teologia no texto bíblico.

1. *Narrativa histórica*. Uma quantidade substancial (na verdade, aproximadamente a metade) tanto do Antigo quanto do Novo Testamento consiste de narrativas: grande parte do Pentateuco, Josué, Juízes e Rute, os livros de Samuel, Reis e Crônicas, Esdras, Ester e Neemias; e, no Novo Testamento, os evangelhos e os Atos dos Apóstolos. Ninguém imagina que o Espírito Santo tenha revelado toda essa história de forma sobrenatural. De jeito nenhum. Os autores tiveram acesso aos documentos históricos em que se basearam e que ocasionalmente incorporaram ao seu texto, como, por exemplo, o decreto do persa Ciro no primeiro capítulo de Esdras. Lucas também alude, no prefácio de seu evangelho, às investigações deveras trabalhosas nas quais se empenhou (Lc 1.1-4). Aqui, portanto, não se pode falar de passividade. O Espírito Santo, sem dúvida alguma,

supervisionou o trabalho deles; mas sua inspiração não dispensou o trabalho de pesquisa.

2. *Estilo literário.* Se a inspiração tivesse sido um processo mecânico em que o Espírito Santo ditasse o texto bíblico, era de se esperar que o resultado se manifestasse em uniformidade de estilo e de vocabulário. Mas o que se vê é exatamente o contrário: uma extrema diversidade de gêneros literários (narrativas, códigos legais, poesia, oráculos proféticos, salmos, provérbios e outras expressões literárias de sabedoria, evangelhos, cartas e apocalipses), de estilos literários (variando desde o elegante e refinado até o mais popular e até vulgar) e de linguagem (cada autor com suas palavras e frases preferidas). Estas características literárias (gênero, estilo e linguagem) não foram uniformizadas no processo de inspiração.

3. *Ênfase teológica.* Nessa biblioteca de sessenta e seis livros que chamamos de Bíblia existe um grande espectro de ênfases teológicas, algumas das quais (especialmente nos livros da sabedoria) são fruto evidente de uma profunda reflexão. Aliás, declara-se claramente que "o Pregador... *atentando e esquadrinhando*, compôs muitos provérbios" (Ec 12.9-10)". Assim, cremos não ser por acaso que no Antigo Testamento Amós foi o profeta da justiça de Deus, Oséias do seu amor e Isaías da sua soberania; ou que, no Novo Testamento, Paulo seja o apóstolo da graça e da fé, Tiago das obras, João do amor e Pedro da esperança. O Espírito Santo não anulou a personalidade individual dos autores humanos, e tampouco o fez com seus estilos literários. Pelo contrário, o Espírito Santo preparou e trabalhou os autores bíblicos (seu temperamento, herança genética, bagagem cultural, educação, formação e experiência) de maneira a comunicar através de cada um uma mensagem distinta e apropriada. Por exemplo, foi por meio da tragédia do casamento desfeito de Oséias que Deus ensinou Israel sobre sua aliança de amor eterno; e valeu-se dos horizontes globais de Lucas como gentio e viajante para ressaltar a universalidade do evangelho.

Em terceiro lugar, *a Bíblia é, ao mesmo tempo, a Palavra de Deus e palavra de seres humanos.* Agora precisamos juntar as duas autorias, a divina e a humana, insistindo em cada uma sem, contudo, contradizer a outra.

Por um lado, a Bíblia é a Palavra de Deus. Deus falou através de autores humanos de maneira a determinar o que ele queria que fosse dito, mas sem violentar, e muito menos sufocar, a personalidade dos autores humanos.

Por outro lado, a Bíblia é palavra de homens, pois "homens falaram da parte de Deus" usando livremente suas faculdades mentais, mas sem distorcer, muito menos destruir, a mensagem do autor divino.

Deus expressou suas palavras através do que eles disseram, de maneira que as palavras destes fossem ao mesmo tempo palavras dele. Conseqüentemente, aquilo que eles diziam, era Deus quem estava dizendo.

Nós não temos o mínimo direito de afirmar que tal combinação é impossível. Fazer isso, como John Packer declara com muita clareza, seria

> ...uma falsa doutrina de Deus – neste caso, particularmente da sua providência – pois pressupõe que Deus e homem se encontram em tal relacionamento um com o outro que os dois não podem ser agentes livres numa mesma ação. Se o homem age livremente (ou seja, voluntária e espontaneamente), Deus não o faz, e vice-versa. As duas liberdades se excluem mutuamente. Mas essa idéia tem a ver com o Deísmo, não com o Teísmo Cristão.[9]

"O remédio para raciocínio tão falaz", diz a seguir o Dr. Packer , "é captar o conceito bíblico de que Deus coopera no, com e por meio do livre exercício da própria mente humana."[10]

A fim de elucidar mais ainda esta questão, vários escritores (tanto antigos como modernos, católicos romanos e protestantes) desenvolveram uma analogia entre as duas autorias das Escrituras Sagradas e as duas naturezas de Cristo. Para falar a verdade, nenhuma analogia é perfeita, e argumentar com base em uma analogia é sempre um grande risco. Neste caso a imperfeição é evidente: afinal a Bíblia não possui nenhuma divindade *intrínseca,* como Cristo a possui. Mesmo assim há, tanto em Cristo como nas Escrituras, uma combinação tal entre

o divino e o humano que é preciso afirmar um, mas sem negar o outro. Temos de preservar um sem sacrificar o outro.

Portanto, Jesus é tanto homem como Deus. Ninguém precisa, nem afirmar sua divindade de maneira a negar a realidade da sua humanidade, nem afirmar sua humanidade de maneira a negar sua divindade. Analogicamente, a Bíblia é tão divina quanto humana na sua autoria. Por conseguinte não devemos, nem afirmar sua origem divina de maneira a negar a livre atuação dos autores humanos, nem afirmar a cooperação ativa destes de maneira a negar que através deles Deus emitiu sua palavra.

Dizer que "Jesus é o Filho de Deus" é verdade, mas uma meia-verdade perigosa. Pode até corroborar a heresia do docetismo (na qual Deus finge ser humano) – a não ser que acrescentemos que Jesus é também o Filho do Homem.

Dizer que "a Bíblia é a Palavra de Deus" também é verdade, mas uma meia-verdade perigosa. Pode até caracterizar a heresia do fundamentalismo (segundo a qual Deus dita mecanicamente) – a não ser que adicionemos que a Bíblia é a Palavra de Deus expressa através de palavras humanas.

A Bíblia é a Palavra de Deus e é, igualmente, palavra de homens. É nisso que consiste a dupla autoria da Bíblia.

Uma dupla abordagem das Escrituras

Uma autoria dupla requer dois tipos de abordagem. Sendo a Bíblia o tipo de livro que é, temos de assumir duas posturas distintas mas complementares em relação a ela. Por ser ela a Palavra de Deus, nós a devemos ler como a *nenhum* outro livro – de joelhos, em atitude de humildade, reverência, meditação e submissão. Mas, como ela é também palavra de seres humanos, devemos lê-la como se lê *qualquer* outro livro, considerando bem o que ela diz e com uma mente "crítica". Mas, como evangélicos, nossa tendência é sempre negar esta segunda premissa; por isso vou abordá-la primeiro.

A simples menção de uma "crítica à Bíblia" já provoca arrepios na espinha de qualquer evangélico. Existem duas razões para esta reação, e ambas precisam ser exorcizadas.

A primeira é que muitas vezes a palavra "crítica" é mal interpretada. As pessoas assumem que os críticos da Bíblia a criticam e apresentam sempre conclusões uniformemente negativas e até destrutivas. Mas "crítica" não precisa ter necessariamente esta conotação. Um crítico literário, por exemplo, não é alguém que critica a literatura e acha defeitos em tudo que lê, mas um acadêmico que revisa e avalia livros. O mesmo acontece com o crítico de arte ou de teatro. Assim também, um crítico bíblico nem sempre é alguém que se dispõe a desacreditar os documentos bíblicos, mas sim um estudioso que os examina sob diferentes pontos de vista. Nestas condições, "crítica" significa, não destruição mas investigação, não julgamento e sim avaliação.

A segunda razão pela qual os evangélicos costumam suspeitar da crítica bíblica é que os primeiros críticos que surgiram, há mais de duzentos anos, eram estudiosos extremamente céticos, produtos da chamada "Era da Razão", ou Iluminismo Europeu. Eles abordavam as Escrituras com uma postura de descrença e racionalismo, e eram consistentemente destrutivos em suas conclusões. Um dos primeiros e mais ferrenhos ofensores foi o deísta Hermann Reimarus (século XVIII), que era professor de Línguas Orientais na Universidade de Hamburgo. Ele declarava abertamente sua rejeição aos princípios bíblicos da revelação, milagres e divindade, morte expiatória e ressurreição de Jesus. E ainda chamava atenção, quase que em tom de galhofa, para as discrepâncias que acreditava haver nas narrativas da ressurreição. Reimarus e outros como ele trouxeram para a crítica bíblica uma reputação negativa.

Mas assim como "crítica" não significa necessariamente "julgamento", tampouco seus praticantes (os "críticos bíblicos") são todos descrentes. Muitos deles são crentes sinceros e reverentes. Simplificando por demais este assunto por demais complexo, podemos

dizer que existem quatro tipos básicos de crítica bíblica. Primeiro, há a *crítica textual*, cujo admirável objetivo é estabelecer o texto autêntico das Escrituras. Segundo, existe a *crítica histórica*, cujo âmbito de preocupação abrange tanto o estudo das circunstâncias históricas nas quais os livros da Bíblia foram compostos quanto a avaliação do elemento histórico no próprio texto. Terceiro, a *crítica literária*, que analisa as fontes das quais dispôs o autor e as formas pelas quais o material oral foi preservado e se lhe tornou disponível. Finalmente, a *crítica de redação* é valiosa por reconhecer que os autores e editores (redatores) bíblicos tinham uma motivação teológica por detrás daquilo que escreveram. Ao nos valermos destas ferramentas críticas em nosso estudo estamos reconhecendo os aspectos humanos (literários, históricos e teológicos) do texto bíblico.

Em todos os quatro tipos de crítica bíblica a pergunta mais importante tem a ver com os pressupostos com os quais o crítico se aproxima do texto: são pressupostos cristãos ou serão subcristãos? Disto dependerá, em muito, o tipo de conclusões a que chegará. Dentre os pressupostos subcristãos, os três mais comuns – que já levaram a conclusões desastrosas – são os seguintes:

1. A história é um *continuum* fechado de causa e efeito, sem qualquer possibilidade de intervenção humana ou profecia.

2. O universo é um sistema que é completo em si mesmo, no qual é impossível a ocorrência de milagres.

3. A religião é um fenômeno humano que evoluiu através dos séculos, desde um animismo primitivo, passando pelo politeísmo, até chegar ao monoteísmo. Esse negócio de "revelação"não existe.

Estes pressupostos não são cristãos; eles refletem um ceticismo que é incompatível com a fé bíblica. Aqueles que os sustentam entram em contínua colisão com a Bíblia e com sua compreensão completamente diferente quanto a história, cosmologia e religião.

Agora, que consideramos a abordagem *crítica* das Escrituras, vamos passar à abordagem *reverente.* As duas não se contradizem nem se excluem. Pelo contrário, elas se complementam, pois na abordagem "crítica" nós esquadrinhamos as Escrituras, enquanto que na "reverente" nos dispomos a ser examinados pelas Escrituras.

Nós cremos que a Bíblia é *a Palavra escrita de Deus,* o que a diferencia de qualquer outro livro. Por isso nos aproximamos dela de maneira única. Nós nos ajoelhamos ao lê-la, não porque a adoremos, mas porque adoramos o Deus da Bíblia e queremos humilhar-nos perante ele. Lembramos as palavras de Jesus, de que Deus "se esconde" de alguns (os arrogantes), enquanto "se revela" aos "pequeninos" (Mt 11.25), ou seja, àqueles que se achegam a ele com pura humildade. Então nos assentamos aos pés de nosso Mestre, como Maria de Betânia, ouvindo suas palavras (Lc 10.39). Oramos como o garoto Samuel: "Fala, porque o teu servo ouve" (1 Sm 3.10). Ao Espírito Santo, que é o autor divino do livro, clamamos para que seja também seu intérprete e que ilumine nossas mentes obscurecidas. Pedimos a Deus que quebre nossas defesas, até que estejamos prontos a ouvir, não os ecos brandos e suaves de nosso preconceito cultural e sim o trovejar da sua Palavra. A meu ver, é essa humildade na presença do Deus vivo que está tragicamente em falta em muitos críticos bíblicos e até mesmo em muitos pregadores evangélicos.

Assim como só podemos adquirir uma compreensão verdadeira e equilibrada da Escritura combinando seus elementos divinos e humanos e vendo-a como a Palavra Divina expressa por intermédio de autores humanos, também para uma aproximação verdadeira e equilibrada da Escritura precisamos combinar crítica e reverência, achegando-nos à Palavra com estudo atento e oração honesta. Eu concluo esta seção com dois exemplos, um do Antigo e outro do Novo Testamento.

Quando Daniel teve sua visão às margens do rio Tigre, o ser humano mas divino que apareceu a ele disse: "Não temas, Daniel, porque desde o primeiro dia em que aplicaste o coração a compreender e a humilhar-

te perante o teu Deus foram ouvidas as tuas palavras; e por causa das tuas palavras é que eu vim" (Dn 10.12).

Da mesma maneira, Paulo, ansioso para que Timóteo entendesse e obedecesse às instruções que ele estava lhe dando, exortou-o a combinar sua própria reflexão com uma dependência da iluminação do Senhor, ou seja, estudo e oração: "Pondera o que acabo de dizer, porque o Senhor te dará compreensão em todas as cousas" (2 Tm 2.7).

Autoridade

Se a palavra "revelação" enfatiza a iniciativa de Deus, dando-se a conhecer, e "inspiração" denota o processo que ele usou, então "autoridade" indica o resultado. Já que as Escrituras são a revelação de Deus através da inspiração do Espírito, elas têm autoridade sobre nós.

Mas nós vivemos numa época que detesta autoridade. Estamos sempre em busca de liberdade, e em todo lugar se pensa (se bem que erroneamente) que toda e qualquer autoridade só irá inibir nossa busca – ou seja, que autoridade e liberdade são incompatíveis. Desde que, pelos idos de 1960, o assim chamado movimento da Livre Expressão irrompeu na Universidade da Califórnia (Berkeley) e os estudantes ergueram trincheiras nas ruas de Paris, passou a prevalecer uma forte tendência contra qualquer manifestação de autoridade. Questiona-se toda figura que detenha autoridade e toda instituição estabelecida. Um "radical" é justamente a pessoa que se recusa a aceitar qualquer coisa, simplesmente por ser ditada por alguém superior ou por ser herdada do passado.

Além do mais, essa revolta contra a autoridade no mundo é acompanhada de uma perda de autoridade na igreja. Consideremos, por exemplo, a multiplicidade de denominações protestantes e a nossa tendência de continuar nos fragmentando; as facções competidoras nas antigas igrejas do Oriente e do Ocidente, marcadas pelo aparecimento de rachaduras nesses poderosos monolitos; as controvérsias no (e acerca do) Concílio Mundial de Igrejas, cuja base doutrinária é boa, mas

mínima; e o espetáculo nada edificante que enxergamos na televisão, em que líderes de igreja, ou não sabem no que acreditam, ou, se sabem, discordam uns dos outros sobre o assunto – é um estado de total confusão teológica, um verdadeiro caos. E por que tudo isso? Por falta de entendimento sobre como chegar a um acordo, ou seja, sobre a questão da autoridade.

Teoricamente, todos os cristãos confessam que "Jesus Cristo é Senhor" (*cf.* Fp 2.9-11), pois depois de sua ressurreição ele disse que "toda autoridade nos céus e na terra" haviam sido delegadas a ele (Mt 28.18). Todo o Novo Testamento toma por certo que a igreja está sob a autoridade do Senhor Jesus ressurreto. Dizem que foi Charles Lamb, ensaísta inglês do século dezenove, quem disse certa vez: "Se Shakespeare entrasse nesta sala, nós nos levantaríamos para saudá-lo com todo respeito; mas se aquela pessoa (referindo-se a Jesus) entrasse, nos prostraríamos ao chão e tentaríamos beijar a orla de suas vestes."

Eu, particularmente, acho que faríamos bem mais do que beijar suas vestes – confessaríamos como Tomé: "Senhor meu e Deus meu!" Se Jesus aparecesse visivelmente de maneira que ninguém questionasse sua identidade, e se ele falasse audivelmente de forma que ninguém interpretasse mal o que estava dizendo, é razoável supor que a igreja ouviria, acreditaria e obedeceria. Mas Jesus Cristo não vai aparecer assim e se dirigir à sua igreja, pelo menos não até que ele venha no dia final – e aí, será tarde demais.

Mas então, como o Senhor Jesus exerce sua autoridade e governa sua igreja hoje? Dentre as respostas dadas a esta pergunta, vejamos as quatro principais:

1. A resposta da *Igreja Católica Romana* é que Cristo governa sua igreja através do *magisterium*, a autoridade de ensino conferida ao Papa e ao seu contingente de bispos, tanto no presente quanto através da tradição passada. As igrejas ortodoxas também enfatizam a tradição, especialmente através dos quatro primeiros conselhos ecumênicos.

2. A resposta dos *liberais* é que Cristo governa sua igreja através da razão e da consciência de cada indivíduo, pela iluminação do Espírito Santo, ou por meio do consenso de uma opinião formada. À razão, às

vezes eles acrescentam a experiência, num esforço de unir o racional e o emocional. A autoridade da experiência é sustentada também pelos cristãos pentecostais e carismáticos.

3. Uma resposta *anglicana* bastante conhecida (se o leitor me permite falar do meu contexto específico) é a de que Cristo administra sua igreja por meio da tríade *Escrituras, tradição* e *razão*. Em outras palavras, a autoridade é dispersada, não centralizada. É típico da chamada "amável razoabilidade" do Anglicanismo, isso de evitar a polarização e buscar um meio-termo. Mas, na prática, a tríade é impraticável. Pois o que acontece se (e quando) as três referidas autoridades entram em conflito uma com a outra? Neste caso, quem deve ter a primazia é a Escritura. Um livro para o qual sempre apelam os líderes anglicanos é *Polidez Eclesiástica*, de Richard Hooker (1593–1597). Mas o que o autor ensina, de fato, não é que Escritura, tradição e razão têm o mesmo nível de autoridade. Eis o que ele escreveu:

> O que as Escrituras dizem claramente, para isto deve ir em *primeiro* lugar tanto o crédito quanto a obediência; em *segundo* lugar, para o que quer que seja que qualquer homem possa concluir por força da razão; e, *depois destes,* vem a voz da Igreja.[11]

4. A resposta dos *evangélicos* é que Cristo governa sua igreja por intermédio das Escrituras. A Bíblia é o cetro com o qual reina o Rei Jesus. A tradição é importante, pois abrange os ensinamentos de conselhos e credos antigos. Nós, evangélicos, deveríamos cultivar um respeito maior pela tradição, pois ela é a interpretação da Escritura Sagrada no decorrer dos séculos, da forma como o Espírito a iluminou. É claro que nem toda tradição interpreta corretamente as Escrituras. Mas ignorá-las de todo é agir como se achássemos que o Espírito Santo começou seu ministério de ensino, ou mesmo que veio a existir, apenas quando nós entramos em cena! No entanto, o próprio Jesus subordina a tradição às Escrituras, chamando aquela de "tradição de homens" e estas de "a palavra de Deus" (Mc 7.1-13). E nós devemos fazer o mesmo, atribuindo à tradição – inclusive a tradição dos anciãos evangélicos – um posto secundário.

Razão e experiência também são importantes; afinal, Deus nos fez criaturas racionais e igualmente emocionais. Mas o lugar que cabe à razão não é o de julgar as Escrituras, mas o de assentar-se humildemente aos seus pés, buscando elucidá-las e aplicá-las; e uma das formas mais significativas pelas quais o Espírito Santo atesta a verdade de sua Palavra é fazendo-nos "arder o coração" (Lc 24.32).

Dentre as promessas de Cristo, há uma em particular que os quatro grupos mencionados – os católicos romanos, os liberais, os anglicanos e os evangélicos – reivindicam, cada um para si! É a promessa de que, quando vier o Espírito Santo, o Espírito da verdade, "ele os guiará a toda a verdade"(Jo 16.12-13). Os católicos romanos aplicam isto aos seus bispos enquanto sucessores dos apóstolos. Os liberais insistem que é o indivíduo que é guiado pelo Espírito Santo rumo à verdade, ou a igreja contemporânea. Uma afirmação um tanto ousada foi feita recentemente por Frank Griswold, Bispo Presidente da Igreja Episcopal Americana. A Igreja Episcopal foi certamente além das Escrituras, ele admitiu. Como isso se justifica? Segundo ele, é porque "Jesus disse que o Espírito guiaria a igreja a toda a verdade". C. E. Bennison, Bispo da Pensilvânia, foi ainda mais longe. "Já que nós escrevemos a Bíblia", ele disse com singela auto-confiança, "podemos reescrevê-la". Mas não fomos nós que escrevemos a Bíblia. Nas cartas do Novo Testamento, por exemplo, a igreja não estava escrevendo em seu próprio nome. Ao contrário, os apóstolos dirigiam-se às igrejas em nome de Cristo.

Voltemos à promessa de Cristo, quando disse que "o Espírito da verdade ... *os* guiará a toda a verdade". A quem ele estava se referindo? Esta é uma questão hermenêutica crucial. Eu me arrisco a dizer que tanto católicos quanto liberais estão errados, pois não há como o "vocês", aqui, possa estar se referindo a eles. O fato é que é uma referência aos apóstolos. Vejamos o contexto. Jesus disse: "Tenho ainda muito que *lhes* dizer, mas *vocês* não o podem suportar agora. Mas quando o Espírito da verdade vier, ele *os* guiará a toda a verdade...e *lhes* anunciará o que está por vir" (Jo 16.12-13). Não há dúvida de que os dois primeiros pronomes (*lhes* e *vocês*) se referem aos apóstolos, que durante o ministério terreno de Jesus não foram capazes de assimilar tudo que ele tinha para lhes

ensinar. Portanto o terceiro e o quarto pronomes também devem referir-se a eles; não se pode mudar a identidade do sujeito ou do objeto na metade de uma oração. Então, o que Jesus prometeu foi que o Espírito da verdade iria realizar depois do Pentecoste aquilo que ele, Jesus, não conseguira fazer durante o seu ministério público. A promessa se cumpriu ao se escrever o Novo Testamento.

A razão pela qual a igreja, historicamente, sempre se submeteu às Escrituras, e a razão pela qual os evangélicos continuam a fazê-lo, é que o próprio Senhor Jesus o fez. Portanto, a autoridade de Cristo e a autoridade da igreja andam de mãos dadas. A igreja não tem direito de repudiar aquilo que seu Senhor afirmou.

Jesus viveu entre os dois Testamentos. Isso é mais que óbvio. Antes dele encontrava-se o Antigo Testamento, que já havia se completado; e à sua frente, o Novo Testamento, que ainda não havia começado. Assim, a maneira pela qual ele afirmou as Escrituras foi diferente. Ele confirmou a autoridade do Antigo Testamento endossando-o. Obedeceu aos seus mandamentos morais respondendo às tentações com um *gegraptai gar* ("porque está escrito"); acatou os ensinamentos veterotestamentários sobre sua missão messiânica enquanto Filho do Homem e Servo do Senhor ("O Filho do Homem deve sofrer..."); e em seus debates públicos, tanto com fariseus quanto com saduceus, ele fez das Escrituras a última palavra ("Vocês estão errados porque não conhecem as Escrituras..."). Sua própria atitude de humilde submissão às Escrituras é incontestável; e é inconcebível que seus discípulos tivessem por elas menos respeito que seu Mestre.[12]

Já, quanto à autoridade do Novo Testamento, o caso é diferente. O argumento agora é que Jesus não só previu que o Novo Testamento seria escrito, como paralelo ao Antigo Testamento, mas tinha para ele o mesmo propósito (registrar e interpretar o que Deus estava fazendo). Para tanto, Jesus tomou as devidas providências, escolhendo e capacitando seus doze apóstolos. O caráter único dessa escolha tem três facetas: o terem sido autorizados pessoalmente por Jesus, sua experiência pessoal com ele, ao vivo (e depois, Paulo, como testemunha da ressurreição) e sua extraordinária inspiração pelo Espírito Santo.

Conseqüentemente, eles falaram e escreveram em nome de Cristo, conscientes da autoridade de serem seus apóstolos. Paulo até agradeceu a Deus pelos gálatas nos seguintes termos: "Receberam-me como se eu fosse um anjo de Deus, como o próprio Cristo Jesus" (Gl 4.14). Os livros do Novo Testamento, já se escreveu, "foram reconhecidos como sendo um testemunho dos apóstolos sobre a vida, ensinamento, morte e ressurreição do Senhor e a interpretação dos apóstolos quanto a estes eventos. A essa autoridade apostólica a igreja deve sempre se render."[13]

Vimos, portanto, que nosso Senhor Jesus Cristo endossou repetidamente a autoridade do Antigo Testamento, apelando e submetendo-se a ele. Além disso, proveu deliberadamente a escrita do Novo Testamento ao escolher e capacitar seus apóstolos. Assim é que tanto o Antigo quanto o Novo Testamento, embora em diferentes maneiras, ostentam o selo de sua autoridade. Se, pois, quisermos submeter-nos à autoridade de Cristo, precisamos submeter-nos à autoridade das Escrituras, pois a autoridade das Escrituras carrega consigo a autoridade de Cristo.

Mais três palavras

Até aqui tentamos chegar a uma melhor compreensão das Escrituras concentrando-nos nas palavras "revelação", "inspiração" e "autoridade" – se bem que acrescidas da palavra "supremacia" para indicar que a autoridade das Escrituras é suprema em relação a autoridades menores como tradição, razão e experiência. Agora, para termos uma noção mais completa, precisamos considerar mais três palavras, que também pertencem à visão evangélica da Bíblia.

Perspicuidade

Os reformadores insistiram muito na clareza ou "perspicuidade" das Escrituras. Ou seja: sua natureza é "perspícua" (*cf.* Aurélio, "que se

pode ver nitidamente"), ou "translúcida", transparente. Com isso eles não queriam dizer que tudo nas Escrituras é claro. E como poderiam afirmar isso, se o etíope confessou sua necessidade de que alguém lhe explicasse as coisas (At 8.31), e se Pedro confessa que as cartas de Paulo contêm "coisas difíceis de entender"(2 Pe 3.16)? Se um apóstolo nem sempre conseguia entender outro apóstolo, seria pouca modéstia de nossa parte dizer que nós o podemos! Mas a insistência dos reformadores era no fato de que a essência da mensagem bíblica – que a salvação vem pela graça, por meio da fé – é simples o suficiente para ser entendida até pelos iletrados. Daí a determinação deles de pôr a Bíblia vernácula nas mãos dos leigos. A perspicuidade das Escrituras foi bem definida na Confissão de Westminster (1643-1646):

> Nem todas as coisas nas Escrituras são igualmente óbvias por si mesmas, nem são claras para todos; mas as coisas que precisamos saber, nas quais se deve acreditar e que devem ser observadas para a salvação, estão tão claramente propostas e expostas em um ponto ou outro das Escrituras, que não apenas os entendidos mas também os iletrados, no devido uso dos meios mais comuns, podem chegar a compreendê-las (1.7).

Suficiência

A "suficiência" das Escrituras *(sola Scriptura)* foi outra preocupação da Reforma. Com isso os reformadores queriam dizer, não que a Escritura é suficiente para a educação, mas que é suficiente para a salvação. Não é que os cristãos não pudessem ler outra coisa a não ser a Bíblia. Acompanhando a invenção da imprensa, eles incentivaram as pessoas a se educarem, a lerem outros livros e a ampliarem sua cultura. Agora, para a salvação, apenas um livro era necessário. A suficiência das Escrituras deve-se à suficiência do Cristo de quem elas testificam.

A Escritura Sagrada contém todas as coisas necessárias para a salvação; de maneira que o que nela não se lê, ou o que não pode ser provado através dela, não deve ser exigido de qualquer pessoa, que nela creia como sendo artigo da Fé, ou que seja requisito ou necessário para a salvação.

Este artigo (que faz parte da confissão da minha igreja) foi elaborado tendo como contexto a exigência da Igreja de Roma (ainda vigente) de que seus membros aceitassem um punhado de tradições sem qualquer fundamento bíblico.

Hoje, o desafio provém de certos líderes de igrejas pentecostais e carismáticas que afirmam que Deus está concedendo novamente apóstolos e profetas a sua igreja, e que os ensinamentos deles complementam as Escrituras. Qualquer evangélico irá concordar que hoje existem ministérios apostólicos (por exemplo, missionários pioneiros, plantadores de igrejas e líderes de igrejas) e ministérios proféticos (voltados, com sabedoria inspirada por Deus, para situações específicas). Mas os evangélicos deveriam também ser capazes de concordar que hoje não existem apóstolos e profetas com autoridade comparável à dos apóstolos e profetas bíblicos, cujos ensinos constituem o fundamento da igreja (Ef 2.20). Se houvesse tais apóstolos e profetas, seus ensinos teriam de ser acrescentados à Escritura e, com isso, o princípio da suficiência desta seria quebrado.

Inerrância

A terceira palavra que precisa ser esclarecida é a "inerrância" (ou "infalibilidade") das Escrituras.

A mim, particularmente, a palavra "inerrância"causa um certo mal-estar. Eu apresentaria pelo menos cinco razões para isso. A primeira é que a auto-revelação de Deus nas Escrituras é tão rica (tanto em conteúdo quanto na forma) que não se pode reduzi-la a um punhado de proposições que convidam à rotulação em "verdade"ou "erro".

"Verdadeiro ou falso?" seria uma pergunta inadequada para se considerar boa parte das Escrituras.

A segunda razão é que a palavra "inerrância" é duplamente negativa, e eu sempre prefiro um só conceito positivo a uma dupla negativa. É melhor afirmar que a Bíblia é verdadeira e, portanto, digna de toda confiança. J. I. Packer esclarece em suas palestras que a principal preocupação dos assim chamados "inerrantistas" é a "total confiabilidade resultante de uma total veracidade".[14] E com isso todo evangélico iria (ou, pelo menos, deveria) concordar.

Terceiro, o termo "inerrância " ou "infalibilidade" emite os sinais errados e desenvolve as atitudes erradas. Em vez de incentivar-nos a examinar as Escrituras a fim de crescermos na graça e conhecimento de Deus, ela parece nos transformar em detetives que vivem vasculhando em busca de pistas incriminadoras, e deixa-nos excessivamente defensivos em relação a aparentes discrepâncias.

Quarto, não é sábio nem justo usar "infalibilidade" como uma contra-senha através da qual identificamos quem é evangélico e quem não o é. O cunho característico do evangelicalismo autêntico não é a afiliação, mas a submissão. Ou seja, o que prova que somos verdadeiros evangélicos não é se nos afiliamos a uma fórmula impecável sobre a Bíblia, mas se vivemos em submissão prática ao que a Bíblia ensina, inclusive uma resolução prévia de nos submetermos ao que quer que venha a ser descoberto posteriormente como parte desse ensinamento.

E, por último, é impossível provar que a Bíblia não contém erro algum. Quando confrontados com uma aparente discrepância, a resposta mais cristã não é emitir um juízo negativo prematuro, nem tentar conceber uma harmonização qualquer, mas suspender o julgamento, esperando pacientemente até que nos seja dada uma nova luz. Muitos problemas anteriores já foram solucionados desta forma.

Quando, em 1989, cerca de 650 líderes evangélicos americanos se reuniram para uma consulta sobre "Afirmações Evangélicas", co-patrocinados pela Associação Nacional de Evangélicos e pela Trinity Evangelical Divinity School, eles elaboraram uma excelente conclusão, deveras abrangente. Aqui está parte de sua afirmação sobre a Bíblia:

> Afirmamos a completa veracidade e a autoridade total e definitiva do Antigo e do Novo Testamento como a Palavra escrita de Deus. A resposta apropriada a ela se expressa em humilde aprovação e obediência.

E, como parte de sua conclusão, eles escreveram:

> Os evangélicos sustentam que a Bíblia é a Palavra de Deus e, como tal, inteiramente verdadeira e digna de confiança (e é isso que queremos dizer com as palavras *infalível* e *inerrante*).[15]

Duas elucidações

Quando os evangélicos afirmam que a Bíblia é a Palavra de Deus, eles têm em mente dois aspectos cuja elucidação é de importância vital. Primeiro, estão se referindo às Escrituras *como proferidas originalmente*. É isso que afirma, por exemplo, a Comunidade Internacional de Estudantes Evangélicos (à qual está filiada a Aliança Bíblica Universitária do Brasil) em suas bases de fé quando se refere à inspiração das Escrituras. Não reivindicamos autoridade sobre nenhum texto ou tradução específicos, mas apenas para o texto original, tal como foi escrito por seu autor. É aí que começam as risadinhas e gozações daqueles que nos criticam; afinal, é óbvio que todos os manuscritos bíblicos se perderam. Qual é o sentido, indagam, de se conferir autoridade a um texto que não existe? Mas, como evangélicos, nós estamos prontos a enfrentar as gozações de nossos críticos, pois esta primeira ressalva é muito importante para nós. Sabemos que os manuscritos hebraicos e gregos que chegaram até nós, mesmo os grandes códices do quarto século D.C., contêm alguns erros de cópia. Mas não reivindicamos inspiração divina para os erros deles! Pelo contrário, os evangélicos estão comprometidos (como já falamos) com a ciência da crítica textual, que compara manuscritos, versões (traduções) e citações (por parte dos pais da igreja) com o objetivo de estabelecer o texto original. Esta continua sendo uma das responsabilidades vitais da igreja.

Segundo, quando falamos na Bíblia como Palavra de Deus estamos nos

referindo às Escrituras *corretamente interpretadas.* Assim como não atribuímos autoridade divina aos erros dos copistas, não o fazemos com relação aos erros do intérprete. Além do mais, quando se ao tenta descobrir qual é a verdadeira interpretação de um texto, o princípio mais importante tem a ver com a intenção do autor: "um texto significa aquilo que o seu autor quis dizer".[16]

Portanto, "banir o autor original como determinador do significado"seria "rejeitar o único princípio normativo que poderia conferir validade a uma interpretação".[17] Contrariando esta visão, os pós-modernistas ocupam-se em "desconstruir" os textos, ou seja, desligá-los de seus autores e esperar que os leitores determinem o significado como bem quiserem.

Como evangélicos, não devemos render-nos a esse desconstrucionismo inovador e desastroso. Preferimos o Pacto de Lausanne, segundo o qual a Escritura é "sem erro em tudo o que ela afirma".[18] Esta cláusula qualificadora é essencial. Assim como as palavras "como proferidas originalmente" nos comprometem com a disciplina da crítica textual, assim as palavras "em tudo que ela afirma"e "corretamente interpretada" nos obrigam a um compromisso com a disciplina da hermenêutica. Vejamos dois exemplos que talvez possam ajudar.

Primeiro, não se espera que todos os personagens que o Antigo Testamento nos apresenta sejam encarados como bons exemplos a serem imitados, pois muitos deles estabelecem um mau exemplo que deve ser evitado (ver 1 Co 10.1-11). Em certas passagens, somos explicitamente alertados quanto à história, se foi registrada "como advertência" para nós (1 Co 10.11) ou se foi "para nos ensinar" (Rm 15.4). Já em outras situações não se emite qualquer juízo moral, restando-nos a tarefa de decidir por nós mesmos à luz do que a Escritura diz em outros lugares. Num terceiro tipo de narrativa nos são dados, simultaneamente, sinais positivos e negativos, principalmente durante o sombrio período presidido pelos juízes. É verdade que Sansão e Jefté são festejados como heróis da fé em Hebreus 11.32, pois foram fiéis a Jeová mesmo quando rodeados de adoradores de Baal. Mas alguns aspectos de sua conduta são deploráveis. Sansão agiu como um adolescente crescidão, confuso e sem domínio próprio; e Jefté certamente não deveria ter sacrificado sua filha como prometera, pois o sacrifício humano era um dos principais males pelos

quais Deus havia dito que a terra "vomitaria"seus habitantes. Mesmo que o autor não tenha condenado claramente a moral prevalecente, ele dá indícios muito claros de sua condenação ao repetir sempre de novo que "naqueles dias não havia rei em Israel: cada qual fazia o que achava mais reto" (Jz 17.6; 21.25; *cf.* 18.1 e 19.1).

Uma segunda pergunta remete aos evangelhos. Não podemos impor sobre eles nossos padrões de precisão computadorística, e esperar que eles se adeqüem a isso. Tomemos a cronologia como exemplo. Tanto Mateus quanto Marcos põem a visita de Jesus a Nazaré (junto com seu sermão na sinagoga e a rejeição manifestada contra ele por parte de seu próprio povo) no meio de seu ministério público. Mas Lucas a situa bem no início, imediatamente após o seu batismo e tentação (Lc 4.14ss.). Mas não há necessidade de acusar Lucas de erro. É evidente que ele considera o incidente de Nazaré como um prenúncio do que seria o ministério e a rejeição de Jesus. Assim, ele o registra logo no início como uma espécie de placa de advertência, apresentando deliberadamente a cronologia de modo a estabelecer um argumento teológico. Precisamos permitir que cada autor bíblico determine suas próprias ênfases teológicas e princípios literários, e que os siga.

Estes são, portanto, dois esclarecimentos da maior importância. Quando afirmamos a total veracidade e confiabilidade das Escrituras, estamos nos referindo às Escrituras (a) como proferidas originalmente e (b) corretamente interpretadas. Isso com certeza irá implicar mais trabalho para nós (pois teremos de penar para interpretar e aplicar as Escrituras de forma precisa) e afastará de nós algumas das garantias fáceis que nossos críticos insinuam que estamos buscando. Mas nos permitirá manter nossa integridade. Pois mesmo que às vezes discordemos em termos de interpretações, o texto bíblico em si continua normativo; assim, é nossa responsabilidade permanente, como também nosso constante direito, continuar retornando a ele, continuar esquadrinhando todas as interpretações à luz do texto e continuar revisando-as de acordo com ele.

Espero que este capítulo relativamente longo tenha demonstrado que nós evangélicos somos, acima de tudo, um povo bíblico, que afirma as grandiosas verdades da revelação, da inspiração e da autoridade; que temos as Escrituras

mais em conta que qualquer outro na igreja; e que o uso que fazemos da Bíblia corresponde de fato à forma como nós a vemos.

Assim como todo mundo, nós, que nos deixamos guiar pela Bíblia, somos pessoas ocupadas, e nunca há tempo suficiente para fazermos tudo que deveríamos ou gostaríamos de fazer. Mesmo assim precisamos dar o máximo de nós para conseguir, todo dia, tempo para uma leitura pessoal da Bíblia, pois nossa vida, saúde e crescimento espiritual são alimentados por ela. E mesmo que para muitos esse negócio de orar em família no café da manhã pareça impossível hoje em dia, com os adultos disparando para o trabalho e as crianças para a escola, toda família cristã deveria dar um jeito de agendar algum tempo semanal em torno da Bíblia, nem que seja só no sábado ou no domingo. E, quanto à igreja: espero que os pastores possam se comprometer sempre de novo com a saudável disciplina da pregação bíblica; e os leigos, que encorajem seus pastores a fazê-lo. A exposição consciente à Palavra de Deus anunciada do púlpito continua sendo uma marca essencial das igrejas evangélicas.

As palavras de Jesus, extraídas de Deuteronômio, ainda chegam até nós através dos séculos: "Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus" (Mt 4.4).

---

1. *Cf.* Atos 14.17; 17:24s.
2. Citado por D. W. Bebbington, *op. cit.*, p. 86.
3. Alec Motyer, *Look to the Rock: An Old Testament Background to our Understanding of Christ* (IVP, 1996), p. 182.
4. Diogenes Allen, *Christian Belief in a Post-modern World: The Full Wealth of Conviction* (Westminster/John Knox Press, 1989), pp. 1-9. Vários outros livros publicados na década de 1990 analisam a interação entre evangelicalismo e a pós-modernidade. Entre eles citamos os seguintes: *Pós-Modernismo: Um Guia Para Entender a Filosofia do Nosso Tempo* (Vida Nova, São Paulo, 1999) e *Revisioning Evangelical Theology: A Fresh Agenda for the 21st Century* (IVP, Downers Grove, 1993), de Stanley J. Grenz; *The Post-Evangelical* de Dave Tomlinson (SPCK, 1995); *Truth is Stranger Than it Used to Be: Biblical Faith in a Post-Modern Age*, de J. Richard Middleton e Brian J. Walsh (SPCK, 1995); e *Picking up the Pieces: Can Evangelicals Adapt to Contemporary Culture?*, de David Hilborn (Hodder and Stoughton, 1997). *The Evangelical Left: Encountering Post-conservative Evangelical Theology*, de Millard J. Erickson (Baker, 1997) apresenta uma ótima avaliação, tanto positiva como negativa, com relação aos "pós-conservadores" norte-americanos.
5. Os Guinness, *Fit Bodies, Fat Minds: Why Evangelicals Don't Think and What to Do about it* (Baker, 1994), p. 105.

6. Peter Cotterell, em *The London Bible College Review* (1989).
7. O texto de algumas versões modernas diz que "toda Escritura inspirada *é útil...*", implicando que certas partes da Escritura *não* são inspiradas e portanto não são úteis. No entanto, (a) o conceito de "escritura não inspirada" seria uma contradição em termos; e (b) a inclusão do termo *kai* ("e") no texto grego indica que Paulo está afirmando duas coisas: primeiro, que a Escritura *é inspirada* por Deus; e, segundo, que ela *é útil.* B. B. Warfield escreveu um ensaio sobre a "expiração"da Escritura e sobre o significado e as implicações deste texto; esse trabalho nunca foi nem aperfeiçoado nem refutado. Ver, do referido autor, *The Inspiration and Authority of the Bible* (Presbyterian and Reformed, 1951), cap. 3.
8. J. I. Packer, *"Fundamentalism"and The Word of God* (IVF, 1958), pp. 81-82.
9. *Ibid.*, p. 81.
10. *Ibid.*, p. 82.
11. Richard Hooker, *Laws of Ecclesiastical Polity* (1593-7), Livro V.8.11.
12. Note-se que nas seis antíteses do Sermão do Monte, "Vocês ouviram o que foi dito ... Mas eu lhes digo", Jesus não estava contradizendo o que foi "escrito" (Escritura), mas sim o que foi "dito"(tradição oral).
13. Documentos da Conferência de Lambeth 1958 (SPCK), parte 2, p. 5.
14. Alister McGrath, *To Know and Serve God: A Biography of J. I. Packer* (Hodder and Stoughton, 1997), pp. 201-202.
15. Kenneth S. Kantzer e Carl F. H. Henry (eds.), *Evangelical Affirmations* (Academic Books, Zondervan, 1990), pp. 32, 38.
16. E. D. Hirsch, *Validity in Interpretation* (Yale University Press, 1967), p. 1.
17. *Op. cit.*, p. 5.
18. Ver *John Stott Comenta o Pacto de Lausanne* - Série Lausanne (ABU Editora e Visão Mundial, 1983), p. 14. Esta cláusula do Pacto de Lausanne é ainda mais elaborada no texto da Declaração de Chicago sobre a Inerrância da Bíblia (1978), em que se diz que "devemos crer na Escritura como a orientação de Deus em tudo que ela afirma; obedecer a ela como o mandamento de Deus em tudo que ela exige; e abraçá-la como o penhor de Deus em tudo que ela promete".

2



A cruz de Cristo

Se o primeiro fundamento da fé cristã evangélica é a revelação de Deus na Bíblia, o segundo é a cruz de Cristo, junto com todos os gloriosos benefícios que ele conquistou por meio dela.

Eu os convido a refletirem comigo neste capítulo sobre uma das mais surpreendentes declarações que o apóstolo Paulo já fez – o que é uma afirmação um tanto ousada da minha parte, uma vez que ele é autor de muitas declarações deveras significativas. Mas eu me refiro aqui à que se encontra em Gálatas 6.14:

> Quanto a mim, que eu jamais me glorie, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por meio da qual o mundo foi crucificado para mim, e eu para o mundo.

Eu acredito que não haja em muitas línguas o equivalente exato ao verbo grego *kauchasthai.* Ele pode ser traduzido por "gabar-se de", "gloriar-se em", "orgulhar-se de", "regalar-se em" ou mesmo "viver de". Ou, resumindo em uma única palavra: nosso *kauchēma* é nossa *obsessão.* É algo que absorve nossa atenção, preenche nosso horizonte, domina nossa mente. Para Paulo, essa obsessão era a cruz. A cruz de Cristo era o centro de sua fé, de sua vida e de seu ministério. E para nós também deveria ser isso: o centro de toda a nossa vida. Os outros que vivam obcecados com dinheiro, sucesso, fama, sexo ou poder; aqueles que seguem a Cristo, porém, deveriam ser obcecados por ele e sua cruz.

Mas isso não era uma peculiaridade de Paulo. Pelo contrário, a cruz era o centro de sua mente porque, antes disso, já fora o centro da mente

de Cristo. Jesus não previu repetidas vezes que era preciso que ele sofresse, que "o Filho do homem sofresse muitas coisas e fosse rejeitado... e fosse morto"(Mc 8.31; *cf.* 9.12, 31; 10.34, 35)? Ele não falou de sua morte como sendo "a hora" para a qual ele tinha vindo a este mundo (por exemplo, em João 12.23, 27)? Ele não deu instruções quanto ao seu próprio culto memorial, dizendo aos discípulos que comessem o pão e bebessem o vinho em memória dele? Além disso, já que ele chamou o pão de seu corpo "dado"por eles, e disse que o vinho era o seu sangue "derramado"por eles, é evidente que sua intenção era que a morte, não a vida, falasse por meio desses dois elementos. Portanto, era acima de tudo por sua morte que ele gostaria de ser lembrado.

A igreja, pois, estava certa quando escolheu o símbolo que usaria para representar a fé cristã. As opções eram muitas. Ela bem poderia ter escolhido a manjedoura, o "berço" que abrigou o menino Jesus (símbolo da sua encarnação); ou o banco de carpinteiro em que ele trabalhou em Nazaré (símbolo da dignidade do trabalho braçal); ou o barco que lhe serviu de púlpito no lago da Galiléia (símbolo de seu ministério de ensino); ou então a toalha em que ele se enrolou ao lavar e enxugar os pés dos discípulos (símbolo de sua humildade como servo); poderia ter sido a sepultura na qual foi colocado o seu corpo e da qual ele ressuscitou (símbolo de sua ressurreição), ou o trono que ele ocupa hoje à direita do Pai (símbolo de sua soberania suprema), ou então a pomba, o vento e o fogo (símbolos do Espírito Santo). Qualquer um destes poderia ter sido um símbolo apropriado para a religião de Jesus Cristo.

A igreja, porém, ignorou todos eles e preferiu escolher a cruz. Ela é vista em toda parte: nas grandes catedrais da era medieval (cuja nave e santuário são, deliberadamente, dispostas no chão em forma de cruz), em torres e fachadas de igrejas, pendurada no pescoço, presa na lapela, exibida por homens e mulheres que professam a fé cristã.

Afinal, a fé cristã é a fé do Cristo crucificado. Nessa fé nós fomos batizados e, em algumas tradições, marcados com o sinal da cruz, desenhada com água em nossa testa. Nessa fé somos chamados a viver, a servir e a morrer; e, como sinal disso, após a nossa morte nossa família e os amigos provavelmente erguerão uma cruz sobre o nosso túmulo.

É claro que devemos estabelecer uma separação entre a crucificação e a encarnação e a ressurreição de Cristo. Sua morte não teria a mínima eficácia se não tivesse sido precedida por um nascimento de características tão singulares e seguida de uma ressurreição sem paralelos na história. Somente o Deus-Homem poderia morrer pelos nossos pecados, e só a ressurreição poderia validar a sua morte. É impressionante como Paulo testifica disso ao colocar juntos os três grandiosos eventos. "Há um só Deus", escreveu ele a Timóteo, "e um só mediador entre Deus e os homens: o homem Cristo Jesus, o qual se entregou a si mesmo como resgate por todos" (1 Tm 2.5-6). Neste período, aliás bastante curto, Jesus é chamado de "mediador", "homem" e "resgate": ele se encarnou como *homem*, morreu como *resgate* e foi exaltado como nosso *mediador* celeste. As três coisas estão intrinsecamente ligadas.

Não obstante, embora nenhum desses eventos tenha efeito à parte dos outros, a morte é que é o fator central. É a ela que visa o nascimento de Jesus e é para a morte que ele prepara; a ressurreição, por sua vez, remete à sua morte e lhe confere validade. Consideremos alguns dos grandes pronunciamentos apostólicos acerca da morte de Jesus Cristo:

Cristo morreu em nosso favor quando ainda éramos pecadores (Rm 5.8).

Cristo morreu pelos nossos pecados (1 Co 15.3).

...se entregou a si mesmo pelos nossos pecados (Gl 1.4).

Nele temos a redenção por meio do seu sangue, o perdão dos pecados (Ef 1.7).

Visto que temos plena confiança para entrar no Santo dos Santos pelo sangue de Jesus... aproximemo-nos de Deus (Hb 10.19-22).

Cristo sofreu pelos pecados uma vez por todas, o justo pelos injustos, para conduzir-nos a Deus (1 Pe 3.18).

Deus... nos amou e enviou o seu Filho como propiciação por nossos pecados (1 Jo 4.10).

Tu és digno...
Pois foste morto,
e com teu sangue compraste para Deus homens (Ap 5.9).

Esta é apenas uma seleção de textos. Mas aqui se encontram os principais escritores do Novo Testamento (Paulo, Pedro, João, o autor de Hebreus e o autor do Apocalipse), todos dando testemunho da mesma verdade central, a saber, que foi por meio do derramamento do seu sangue – isto é, por sua morte sacrificial e violenta na cruz – que Jesus carregou os nossos pecados e ganhou a nossa salvação.

Além disso, já faz uns cem anos que a centralidade da cruz é amplamente reconhecida. Vou compartilhar com os leitores algumas declarações deveras surpreendentes a este respeito.

A primeira é de J. C. Ryle, conhecidíssimo pastor evangélico que atuou em Liverpool de 1880 a 1900.

> Se você ainda não descobriu que o Cristo crucificado é o fundamento do livro inteiro, então tudo que você leu na Bíblia até agora foi de pouquíssimo proveito. Sua religião é um céu sem sol, uma construção sem alicerce, um compasso sem ponta, um relógio sem corda e sem ponteiros, um lampião sem óleo . . . Cuidado, eu repito: cuidado com uma religião sem a cruz![1]

O teólogo congregacional P. T. Forsyth, falecido em 1921, escreveu três livros que revelam uma aguda percepção acerca da cruz. Eis aqui duas citações suas – uma declaração e uma advertência:

> Cristo é para nós exatamente o que a cruz é. Tudo que Cristo foi, seja no céu ou na terra, foi colocado no que ele fez ali ... Não se compreende a Cristo enquanto não se entender a sua cruz.[2]

> Sobre essa interpretação da obra de Cristo [*sc.* a doutrina da reconciliação, de Paulo] está alicerçada toda a igreja. Remover a fé deste centro é preparar o caixão para o enterro da igreja, e assim condená-la à morte; quando esta dará o último suspiro, isso é apenas uma questão de tempo.[3]

Outra pessoa a quem devemos muito é o Dr. Leon Morris, de Melbourne (Austrália), que em três ou quatro livros aborda detalhadamente os diferentes aspectos da cruz. Em uma de suas obras ele emite esta opinião cuidadosamente elaborada: "A cruz domina o Novo Testamento ".[4]

Mas, por que a cruz é central? E particularmente, por que Paulo só se gloriava na cruz? No mundo greco-romano do primeiro século a cruz era um objeto de aversão e até de nojo. Como é que Paulo podia se gloriar em tal símbolo de vergonha? Será que dá para entender e, conseqüentemente, explicar o que ele queria dizer com isso? É possível, sim. Há um princípio hermenêutico básico segundo o qual é preciso deixar que o contexto determine o significado do texto. E já que Gálatas 6.14 faz parte da conclusão de sua epístola aos gálatas, o restante da carta (e especialmente suas referências à cruz) pode ajudar-nos a entender o que o apóstolo quer dizer com isso.

Somos aceitos por Deus

Em primeiro lugar, nós nos gloriamos na cruz para sermos aceitos por Deus. Aliás, nem existe outro jeito de sermos aceito por ele.

Alguns anos atrás eu me encontrava em Durham, norte da Inglaterra. Certo domingo pela manhã eu fui ao culto na enorme catedral

normanda que domina a cidade e a universidade. O pregador naquele dia era o professor H. E. W. Turner, conhecidíssimo estudioso do Novo Testamento naquela época. Eu fiquei chocado quando, no meio do sermão, ele dirigiu a si mesmo uma pergunta bastante pessoal (acontece que, entre os britânicos, professores universitários não costumam fazer-se perguntas embaraçosas em público). E o que ele se indagou foi: "Como é que eu, um pecador perdido e culpado, posso apresentar-me diante de um Deus justo e santo?"

Ótima pergunta! É, sem dúvida alguma, a mais importante de todas as questões que confrontam os seres humanos. Se você e eu nunca nos fizemos esta pergunta, então devemos ter uma visão de fato muito curta! Pois uma coisa é certa: nós nunca poderemos apresentar-nos na santa presença de Deus, seja nesta vida, seja na vindoura, envoltos nos trapos e farrapos de nossa própria moralidade. Não conseguiríamos sequer chegar perto dele. De todos aqueles a quem foi concedido contemplar, mesmo que de relance, um pouquinho só da sua majestade, nenhum deles conseguiu suportar nem a visão de sua glória. Ou esconderam o rosto de vergonha, como fez Moisés diante da sarça ardente (Êx 3.6), ou então caíram prostrados aos seus pés, como Ezequiel no Antigo Testamento e João no Novo (Ez 1.28; Ap 1.17). Se nós fôssemos adentrar sua presença despreparados e sem ser convidados, ficaríamos paralisados e seríamos consumidos.

Essa consciência de nossa pecaminosidade, da deslumbrante santidade de Deus e da absoluta incompatibilidade de uma com a outra é uma marca essencial do evangelho, sem a qual nossa compreensão da necessidade e da natureza da cruz acabaria sendo deturpada. É por isso que, segundo Ryle, a segunda marca característica da religião evangélica (pois a primeira é a supremacia das Escrituras) seria "a profundidade e proeminência que ela confere à doutrina da pecaminosidade e da corrupção humana". E ele continua: "Nós sustentamos que uma enfermidade espiritual de tal gravidade requer, para sua cura, uma medicação espiritual igualmente poderosa."[5]

Mas é justamente neste ponto que os nossos detratores nos criticam. Em 1945, Geoffrey Fisher, na qualidade de Arcebispo de

Canterbury, designou um grupo de anglicanos católicos para examinar as causas do impasse surgido entre católicos e protestantes, e para considerar se seria possível um consenso, ou pelo menos uma co-existência. Dois anos mais tarde foi publicado o relatório desse trabalho, intitulado *Catolicidade.*[6] Eles acusavam os evangélicos de "grave distorção", "erro radical" e "um catastrófico pessimismo no que concerne às conseqüências da Queda, expresso na formulação da doutrina da 'corrupção total' do homem e da completa destruição da *imago Dei* na natureza humana".[7]

Tratava-se, no entanto, de uma crítica extremamente absurda e sem fundamento; e isso um grupo de anglicanos evangélicos designado, em 1947, pelo mesmo Geoffrey Fisher não teve a mínima dificuldade de demonstrar. É verdade, concordaram eles, que "em virtude do pecado, toda a natureza do ser humano se corrompeu e foi infestada pela vontade própria e amor próprio"; mas a imagem divina em nós, apesar de desfigurada, seguramente não foi destruída (ver Gn 9.6; Tg 3.9). Além do mais, "'corrupção total' significa, não que não haja bem nenhum no ser humano, mas sim que até os seus melhores atos e características foram insidiosa e profundamente maculados pelo orgulho".[8] Os evangélicos insistem em afirmar isso, e era de se esperar que os católicos também o fizessem.

Esta é uma discussão da mais suma importância. Eu não vou medir minhas palavras. Subestimar o pecado é subestimar a salvação e, portanto, a cruz. Negar o justo juízo de Deus é uma característica dos falsos profetas, "que dizem 'paz, paz' quando não há paz". Eles são como o construtor sem escrúpulos que tenta consertar uma parede rachada e prestes a cair aplicando-lhe uma camada de cal. Ou como médicos irresponsáveis que fazem um curativo superficial sobre uma ferida profunda, como se ela não fosse séria.[9]

Contudo, a condição do ser humano, assim sem Cristo, é extremamente séria. Nós somos "pecadores perdidos e culpados", como bem expressou o professor Turner naquela manhã. É por essa razão que nos posicionamos decididamente contra o movimento que advoga o potencial humano, teoria tão amplamente divulgada e que tem provocado

tanto prejuízo, especialmente nos Estados Unidos. Segundo sua percepção, nós evangélicos temos uma obsessão mórbida com a culpa. A verdade é que o tal movimento deplora qualquer menção que seja a pecado, culpa, juízo, expiação e arrependimento, por considerá-los prejudiciais a nossa saúde mental e espiritual. E depois tenta reinterpretar a salvação em termos de uma recuperação de nossa auto-estima.

Nossa resposta é que, embora admitamos que de fato existe esse negócio de falsa culpa e sentimentos de inferioridade, e apesar de reconhecermos que nunca se deve tentar induzir essas coisas artificialmente nas pessoas, ainda assim a culpa por um malfeito objetivo deve ser reconhecida como realidade, e confessada. Caso contrário, nunca buscaremos no Cristo crucificado o perdão e um novo começo. Ficar remoendo a culpa é patológico; clamar a Deus por misericórdia é o princípio da saúde.

Não nos deixemos enganar, portanto, por esses falsos mestres que minimizam a pecaminosidade do pecado. Muitas biografias e autobiografias revelam a existência de corrupção insuspeitada sob um manto de reconhecida respeitabilidade. Há muitos exemplos históricos que eu poderia citar, mas vou me contentar com dois. O primeiro é Dag Hammarskjöld, que foi Secretário Geral das Nações Unidas, funcionário público profundamente comprometido e descrito por W. H. Auden como "um grande homem, bondoso e amável". Ele, porém, tinha acerca de si mesmo uma opinião muito diferente e lamentava aquilo que ele chama de "o obscuro contra-centro da maldade em nossa natureza", e em especial a perversão que "faz de nosso serviço altruísta aos outros o alicerce para nossa própria auto-estima".[10]

O segundo exemplo é Cyril Garbert, outro religioso britânico que atuou de 1942 a 1955. Ao completar oitenta anos de vida, ele registrou em seu diário, no dia do seu aniversário, a necessidade que sentia de fazer uma distinção entre a *persona* pública e a realidade privada:

> As pessoas têm sido imerecidamente bondosas, elas formaram um retrato ideal a meu respeito: o pastor dedicado, o velhinho gentil e cavalheiro, o corajoso profeta!!! Elas não me vêem como eu

realmente sou: egoísta, egocêntrico, buscando e desfrutando o louvor dos homens, preguiçoso, possessivo e tímido.[11]

Quem de nós, se tivesse a chance de escrever uma autobiografia, não haveria de expressar o mesmo paradoxo? O pecado é o ego, e Lutero acertou na mosca quando descreveu o homem decaído e inconverso como *homo in se incurvatus* ("homem voltado para si mesmo"). Ao dissertar sobre Romanos, ele escreveu que "nossa natureza é tão profundamente voltada para si mesma"que "chega a usar o próprio Deus a fim de conseguir" os seus próprios fins. E mais: "Esse encurvar-se sobre si mesmo já se tornou natural para nós."[12] Emil Brunner, teólogo suíço, não estava exagerando ao chamar de "superficial" qualquer um que "ainda não tenha percebido que o mal está emaranhado nas próprias raízes de sua personalidade".[13] Como Jesus disse, ele brota do nosso coração (Mc 7.20-23).

Mas, mesmo assim, nós ainda não perscrutamos as profundezas da maldade humana. Tem coisa pior por vir. A questão não é simplesmente que a natureza humana é totalmente distorcida, fraudulenta, egoísta e obcecada consigo mesma. O pior é que, como alertam alguns teólogos com a percepção de Emil Brunner, nós nos colocamos em ativa rebelião contra Deus. A verdade é que não amamos a Deus com todo o nosso ser. Pelo contrário, como Brunner escreveu em sua antropologia cristã intitulada *Homens em Revolta (Men in Revolt),* nós nos tornamos culpados de "rebeldia, arrogância, desejo de ser igual a Deus".[14]

Mais impactante ainda é definição de Brunner acerca do pecado: "Pecado é o desejo do homem de obter autonomia; conseqüentemente, em última instância, pecado é negar a Deus, é a divinização de si próprio: é declarar-se livre do Senhor Deus e proclamar nossa própria soberania."[15]

Quando o pecado é desnudado de todos os seus disfarces, deixando à vista sua horrenda nudez – seja, o intento de destronar a Deus e entronizar a si mesmo –, torna-se evidente que nós somos incapazes de fazer qualquer coisa que seja para ganhar a aceitação de Deus. É verdade que as religiões étnicas nos garantem a uma só voz que

é perfeitamente possível fazer isso, acumular méritos e assim recomendar-nos a Deus. Por exemplo, em uma palestra proferida em Chicago em 1893, Swami Vivekananda, o reformador hinduísta e fundador da Missão Ramakrishna, disse:

> O hinduísta recusa-se a chamar vocês de pecadores. Nós somos *filhos de Deus – portadores da bênção imortal, seres santos e* perfeitos. Nós, divindades na terra, pecadores? É pecado chamar um homem de pecador. É uma calúnia declarada acerca da natureza humana.[16]

Num outro ensaio ele escreveu: "Tolos imbecis lhes dizem que vocês são pecadores . . . Vocês todos são Deus."[17]

Assim, não há outra alternativa: ou nós somos Deus, ou nos rebelamos contra Deus. A Bíblia é o único, dentre todos os livros sagrados do mundo, que insiste em dizer não somente que nós somos pecadores, mas também que em conseqüência disso estamos sujeitos ao juízo de Deus, que é impossível salvar a nós mesmos e que a nossa única esperança se encontra na cruz.

E agora, finalmente, após esta longa (mas necessária) incursão na realidade e no horror que constitui o pecado, podemos retornar a Gálatas, bem como à cruz como o único meio de sermos aceitos por Deus.

> Cristo nos redimiu da maldição da lei quando se tornou maldição em nosso lugar, pois está escrito: "Maldito aquele que for pendurado num madeiro" (Gl 3.13).

Estas palavras já foram descritas como "aterrorizadoras, quase chocantes". Segundo elas, a única forma de sermos redimidos da maldição da lei (isto é, do juízo que a lei de Deus pronuncia sobre aqueles que desobedecem a ela) é o fato de que Cristo a assumiu em nosso lugar; que ele se tornou maldição em nosso lugar; que ele suportou em sua própria pessoa inocente a condenação que nós

merecíamos. É isso que se chama de "substituição penal". A isso J. I. Packer chama, e com justiça, de "uma marca distintiva da fraternidade evangélica no mundo inteiro".[18] Se nós podemos herdar a bênção, é só porque Cristo carregou em si a maldição (Gl 3.6-14).

Essa doutrina precisa, naturalmente, ser protegida e cercada de toda salvaguarda possível, a fim de evitar interpretações equivocadas. Uma idéia que jamais deveríamos insinuar, por exemplo, é a de que, como Deus o Pai relutava em vir em nosso resgate, Jesus Cristo interveio, agindo como um terceiro elemento entre Deus e nós. De forma alguma! Foi o próprio Deus que, em seu santo amor por nós, tomou a iniciativa. "Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo" (2 Co 5.19, ARA). Mas o que Deus fez em e através de Cristo foi assumir o nosso lugar, levar o nosso pecado, suportar a nossa maldição e morrer a nossa morte, a fim de que pudéssemos ser perdoados.

Além do mais, a vida cristã continua ali mesmo onde ela começa: ao pé da cruz de Jesus. Na escola do Calvário nós nunca nos formamos; lá não há certificado de conclusão. E a Ceia do Senhor nos leva continuamente de volta a ela.

Já por várias páginas nós vimos refletindo sobre a corrupção humana e a centralidade da cruz. Todos nós somos pecadores que só merecem o inferno. A expressão é antiquada, mas é precisa. Ou será que pensamos mesmo que, assim como somos, temos condições de ser admitidos à santa presença de Deus? É claro que não! Só a idéia já é absurda. Em nosso caso, só prestamos para ser excluídos. Mas, a despeito daquilo que nós somos, Deus nos ama. Na verdade, ele já provou seu incomparável amor por nós ao fazer o que fez: enquanto ainda éramos pecadores, ímpios, sem esperança e até inimigos de Deus, Cristo morreu por nós (Rm 5.6-10). Simplesmente não dá para acreditar! Mas é a pura verdade. Negar isso é constituir-se "inimigo da cruz de Cristo"(Fp 3.18); confessá-lo, no entanto, é juntar-se à multidão daqueles que passarão a eternidade adorando "o Cordeiro, que foi morto"(Ap 5.12).

Justificados pela fé

A cruz foi uma conquista de múltiplas facetas e tem muitos significados diferentes. Ela é a revelação suprema do amor e da justiça de Deus. É a vitória decisiva sobre o mal. Ela é a base de nossa salvação. É o exemplo supremo do auto-sacrifício. É a mais forte inspiração que existe para a devoção cristã. Além disso, a salvação conquistada na cruz é ilustrada no Novo Testamento por uma variedade de metáforas, como propiciação, redenção e reconciliação. Mas os evangélicos insistem sempre em dizer que, de todos os modelos, o mais rico é a justificação.

"Justificação pela fé" foi a palavra-chave da Reforma Protestante. Lutero chamou-a de "o artigo principal de toda a doutrina cristã, que produz cristãos de verdade".[19] E Cranmer escreveu em sua eloqüente homilia intitulada "da Salvação da Humanidade":

> Esta fé a Sagrada Escritura ensina: esta é a rocha forte e o fundamento da religião cristã: esta doutrina todos os antigos e veneráveis autores da igreja de Cristo de fato aprovam: esta doutrina estabelece e promove a verdadeira glória de Cristo, e lança por terra a vanglória do homem: qualquer um que negue isso não pode ser considerado um verdadeiro cristão, nem um proclamador da glória de Cristo, mas sim um adversário de Cristo e de seu evangelho e um promotor da vanglória dos homens.[20]

A estas declarações do século XVI eu acrescento uma outra, de evangélicos contemporâneos:

> Para nós, assim como para todos os evangélicos, a justificação pela fé parece ser o cerne e o ponto vital, o paradigma e a essência, de toda a economia da graça salvadora de Deus. Tal como Atlas, ela carrega sobre os ombros o mundo, todo o conhecimento evangélico do amor de Deus em Cristo para com os pecadores.[21]

Se é assim, o que é justificação? Trata-se, na verdade, de uma palavra de conotação legal, emprestada das cortes judiciais; justificação é o contrário de condenação. Deus, quando justifica um pecador, anuncia um veredito, já em antecipação ao dia final: ele não apenas perdoou todos os seus pecados como também lhe conferiu a condição de justo aos seus olhos.

Existem, no Novo Testamento, cinco aspectos da justificação que precisamos ter muito claros em nossa mente.

O primeiro é *de onde ela provém.* Nós somos "justificados gratuitamente por sua graça" (Rm 3.24). A graça de Deus consiste de seu amor livre e espontâneo, imerecido, independente de nós e não solicitado. Assim, o que a graça dá, ela dá *gratis* ("em troca de nada", daí a palavra *grátis* em português), como sempre dizia Agostinho. Presente de graça é presente *grátis.*

O segundo aspecto é *em que ela se baseia.* Nós somos "justificados por seu sangue" (Rm 5.9), isto é, por conta da sua morte sacrificial. A razão pela qual "agora já não há condenação para os que estão em Cristo Jesus" (Rm 8.1) é que Deus "condenou o pecado" em Jesus (Rm 8.3). *Nós* fomos justificados porque *ele* foi condenado. A lei não tem mais direito algum sobre nós, pois todos os seus direitos foram satisfeitos na cruz.

Em terceiro lugar vem a *sua esfera.* Nós somos "justificados em Cristo" (Gl 2.17). Esta frase, aliás bastante negligenciada, significa que nós só fomos justificados quando fomos unidos a Cristo; e naturalmente, quando nos unimos a Cristo passamos a fazer parte de sua nova comunidade e nos comprometemos a viver uma nova vida.

O quarto aspecto a considerar é o *seu significado.* Nós fomos "justificados pela fé". Dentre todas as expressões relativas à justificação, nas cartas de Paulo, é esta a que se repete com mais freqüência.[22] Quando Lutero acrescentou a palavra "somente" a esta tradução do grego em Romanos 3.28, foi com certeza movido por um instinto acertado, pois antes dele diversos pais da igreja primitiva já o haviam feito. Uma vez que nossa justificação é completamente "independente da obediência à lei", então só pode ser pela fé, e somente pela fé. Ao dizer isso, porém, devemos cuidar para não fazer da nossa fé mais uma

obra, outro trabalho a realizar. A verdade é que nós somos justificados pela graça de Deus e pelo sangue de Cristo, mas somente *por meio da* fé. Falar em "justificação somente pela fé"é uma outra forma de dizer "justificação somente por meio de Cristo". A função da fé nada mais é que receber aquilo que a graça oferece gratuitamente. Como disse Hooker, com a sensatez e precisão que lhe é habitual: "Deus de fato justifica o crente, mas porque o merece, não aquele que crê e sim aquele em quem ele crê".[23] Fé é, nada mais, nada menos do que a mão que recebe a dádiva, o olho que contempla o doador e a boca que bebe a água da vida.

E, finalmente, o *seu fruto.* Nós somos salvos para as boas obras. "Pois vocês são salvos pela graça, por meio da fé . . . não por obras, para que ninguém se glorie. Porque somos criação de Deus realizada em Cristo Jesus justificado para fazer boas obras..."(Ef 2.8-10). Estes versículos explicitam com extrema clareza o papel que cabe às boas obras na justificação. A justificação não se dá *por obras*, mas sim *para boas obras.* Ou, dito em outras palavras, a salvação é por meio da fé, mas a fé atua pelo amor (Gl 5.6).

Vimos aqui, pois, a importantíssima doutrina da justificação. Sua origem é a graça de Deus e ela se baseia no sangue de Cristo. A esfera em que ela é desfrutada é Cristo, seu meio é a fé e seu fruto são as boas obras. A justificação era algo tão importante para Paulo que ele se dispôs a passar pelo extremo constrangimento de desafiar em público o seu irmão, o apóstolo Pedro, só para não comprometer aquilo que ele chamou de "a verdade do evangelho" e que nós poderíamos chamar de "a fé evangélica" (Gl 2.11-17).

Se a justificação pela fé foi uma das palavras-chave da Reforma, ela foi também um dos principais pontos de discussão com Roma. Os católicos romanos ficaram (e ainda continuam) muito perturbados com o que os reformadores estavam ensinando. Eles discordavam principalmente da insistência destes em dizer que "justificação" denotava um pronunciamento legal e não uma mudança moral. Isto lhes parecia uma ficção legal, que não requeria mudança alguma por parte do pecador, deixando-o assim como estava; seria, portanto, uma tendência

antinomiana. Assim o Concílio de Trento, resumindo a Contra-Reforma, ensinou que a justificação inclui tanto perdão como renovação e que a pessoa batizada é purificada de todos os seus pecados (tanto o original como os pecados atuais) e, com isso, é infundida de uma nova justiça, esta sobrenatural.

E a controvérsia continua. Os evangélicos insistem em dizer que sua doutrina nada tem de antinômico, mas é justamente o contrário. O que ela faz é produzir justiça. Mesmo insistindo que "justificar"significa "declarar justo" e não "tornar justo", os evangélicos fazem questão de ressaltar que a justificação vem sempre acompanhada de regeneração. Todos os que são justificados por Deus são simultaneamente regenerados por ele. Além disso, esse novo nascimento conduz inevitavelmente a uma nova vida, e essa justificação à santificação. Seria certamente bastante esclarecedor se recordássemos aqui cinco diferenças fundamentais entre justificação e santificação que os puritanos costumavam enfatizar.

Primeira: a justificação consiste no veredito do juízo de Deus, em que ele *declara* o pecador justo; a santificação é o seu ato moral, pelo qual ele *torna* o pecador justo.

Segunda: Deus justifica os pecadores por meio da morte do seu Filho; mas santifica-os por meio da regeneração e fazendo habitar neles o seu Espírito Santo.

Terceira: a justificação é imediata. Ela se dá no momento exato em que Deus declara justo o pecador. Já a santificação é gradativa. Ela começa no momento em que somos justificados, mas vai crescendo na medida em que o Espírito Santo nos transforma à imagem de Cristo (2 Co 3.18).

Quarta: a justificação é completa. Ela não tem patamares. Nós não estaremos mais justificados no dia da nossa morte do que o éramos no dia da nossa conversão. A santificação, porém, é incompleta. Ainda que comece quando nos convertemos e fomos regenerados, ela continua no decorrer de nossa vida terrena e se consumará quando Cristo se manifestar. Somente então "seremos semelhantes a ele, pois o veremos como ele é" (1 Jo 3.2).

Quinta: a justificação se dá somente pela fé, sem obras. Ela depende inteiramente, e absolutamente, da obra de Cristo. Mas a santificação é pela fé e pelas obras. Além de confiarmos em Deus, somos exortados a vigiar e orar, a santificar-nos e a nos purificar.

Portanto, resumindo: Deus nos *declara justos* por meio da morte do seu Filho, somente pela fé, de forma que nossa justificação é tanto imediata como completa. Mas Deus nos *torna justos* fazendo habitar em nós o seu Espírito Santo, pela fé e pelas obras, de forma que a nossa santificação é tanto gradual como incompleta.

Nosso discipulado diário

Voltemos agora ao nosso texto (Gl 6.14): "Quanto a mim, que eu jamais me glorie, a não ser na cruz de nosso Senhor Jesus Cristo, por meio da qual o mundo foi crucificado para mim, e eu para o mundo."

É evidente que nos gloriamos somente na cruz. É por ela que somos aceitos por Deus, assim como é ela que molda o nosso discipulado cristão. É por meio da cruz que somos santificados e perdoados.

Note-se que, neste texto, embora Paulo mencione apenas uma cruz, ele se refere a três crucificações. A primeira crucificação à qual ele alude é, naturalmente, a crucificação de Jesus. Depois ele diz que "o mundo foi crucificado para mim"; e, em seguida, "eu [fui crucificado] para o mundo". Assim, Jesus Cristo, o mundo sem Deus e nós mesmos fomos todos crucificados na mesma cruz.

Paulo já nos apresentou esta idéia nos versículos iniciais de sua carta. Em Gálatas 2.20 ele escreve: "Fui crucificado com Cristo. Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim." Depois, em Gálatas 5.24, ele diz: "Os que pertencem a Cristo crucificaram a carne [isto é, a carne deles], com as paixões e os desejos." Apesar de haver nuanças variadas entre estas duas afirmações, elas expressam a mesma verdade básica. Eu a parafrasearia da seguinte forma: Cristo morreu como nosso *substituto*, em nosso lugar, para que nós não tivéssemos de morrer pelos nossos pecados (como o Novo Testamento nos força a afirmar);

mas ele também morreu como nosso *representante*, de maneira que quando ele morreu, nós morremos com ele.

É assim que Paulo elabora a convocação de Jesus para que tomemos a nossa cruz e o sigamos (Mc 8.34). Se nós vivêssemos na Palestina naquela época, em que o país estava ocupado por soldados romanos, e víssemos um homem andando pela estrada afora carregando uma cruz (ou pelo menos o *patibulum* ou as barras de madeira rústica), não precisaríamos correr atrás dele, dar-lhe um tapinha no ombro e indagar: "Desculpe, meu senhor, mas será que dá para me explicar o que está fazendo?" Pelo contrário, saberíamos na hora que ele era um criminoso condenado e que estava a caminho da execução, pois qualquer homem que fosse condenado à cruz os romanos obrigavam a carregá-la até o cenário da crucificação.

Agora Cristo nos chama a negarmos a nós mesmos; quer que tomemos a nossa cruz e o sigamos. Portanto, se nós estamos carregando a nossa cruz e seguindo a Cristo, há somente um lugar para onde podemos estar indo: a morte. Dietrich Bonhoeffer, conhecido pastor luterano que morreu num campo de concentração em abril de 1945, escreveu em seu famoso livro *O Custo do Discipulado*: "Quando Cristo chama um homem, ele o convoca a ir e morrer."[24]

Foi, portanto, com estas dramáticas imagens – carregar a cruz e ser crucificado – que Jesus ilustrou a abnegação. Elas batem de frente com o movimento do potencial humano (ao qual já me referi) e o que ali se ensina acerca da auto-realização e da auto-estima; aliás, entra em choque com qualquer forma de egocentrismo. Na verdade, Jesus ensinou mesmo que seus seguidores poderiam "se encontrar" e "se realizar". Só que ele acrescentou algo mais: que o único caminho para a auto-descoberta é a abnegação, que o único jeito de nos encontrarmos é perdendo a nós mesmos e que a única forma de se viver é morrendo para o egocentrismo.

Este ensino é extremamente importante hoje, pois a igreja tem uma tendência constante de apregoar um discipulado cristão que é tranqüilo e barato. As pessoas acham que ser discípulo nada mais é que tornar-se um pouquinho religioso, e daí adicionar uma leve camada de piedade a uma

vida que, de outra forma, seria igualzinha a qualquer vida mundana. Mas é só arranhar a superfície ou raspar o verniz – e o que aparece por baixo é o mesmíssimo pagão de sempre! Nada de essencial mudou.

Ledo engano! Tornar-se cristão e viver como tal implica uma mudança tão radical que nenhuma imagem iria fazer justiça a ela, a não ser a morte e a ressurreição com Cristo, ou seja: morrer para a velha vida de comodismo e obstinação e ressurgir para uma nova vida de domínio próprio e autodoação, na qual o mundo foi crucificado para nós e nós, crucificados para o mundo.

Nós nos gloriamos na cruz para viver o nosso discipulado.

Nossa missão e nossa mensagem

A igreja cristã é chamada para uma missão. Mas onde não há mensagem não há missão. E qual é a mensagem que nós temos para o mundo? Ela está centrada na cruz, na fantástica verdade de um Deus que nos ama e que se entregou por nós em Cristo na cruz.

Vejamos o que Paulo escreveu anteriormente. Ele descreveu seu primeiro ministério na Galácia nestes termos: "Não foi diante de seus olhos que Jesus Cristo foi exposto como crucificado?" (Gl 3.1). Ou seja: o foco de sua mensagem tinha sido a cruz. Ele havia exposto Cristo publicamente diante dos olhos deles, como se faz num cartaz de propaganda. É claro que os gálatas não tinham visto Jesus morrer; da Galácia para Jerusalém dava uma boa viagem. Pelo que sabemos, nem o próprio Paulo viu Cristo morrer. Mas, ao pregar sobre a cruz, o apóstolo tinha trazido o passado até o presente e tornado o evento histórico da cruz uma realidade atual para eles. Com a Ceia do Senhor (ou Eucaristia) acontece a mesma coisa. O termo técnico para eucaristia é *anamnēsis*, ou reminiscência, recordação – isso porque palavra e sacramento, juntos, representam de forma verbal e visual o evento único e sensacional que foi a cruz.

Tão impressionante foi a apresentação que Paulo fez da cruz que os gálatas conseguiram enxergá-la em sua imaginação, entender que

Cristo havia morrido por seus pecados, ajoelhar-se diante da cruz em grande humildade e receber das mãos do Salvador crucificado o dom da vida eterna, que era absolutamente gratuito e totalmente imerecido.

Contudo, como Paulo vai explicar mais adiante, em 1 Coríntios, anunciar a cruz nestes termos é uma pedra de tropeço para o orgulho humano. É uma pregação que destrói os alicerces da nossa auto-justificação. Ela insiste em afirmar que nós não podemos ganhar a salvação por coisa alguma que façamos – e mais ainda: não podemos sequer contribuir para alcançá-la! Que bom seria se pudéssemos fazê-lo! Como gostaríamos de sair desfilando pelo céu feito pavões, exibindo nossa belíssima plumagem! Se ao menos pudéssemos alegar que a salvação foi um prêmio bem merecido! Mas não, a salvação é uma dádiva que independe totalmente de qualquer contribuição nossa. Como disse William Temple: "Tudo é de Deus; a única coisa minha mesmo com a qual eu posso contribuir para minha própria redenção é o pecado do qual preciso ser redimido."[25] Nós achamos a cruz humilhante porque ela expõe a nossa nudez e nos faz aparecer totalmente derrotados diante de Deus.

É justamente aqui, nesta conexão, que Paulo estabelece um contraste entre ele e aqueles falsos mestres que nós chamamos de judaizantes. Estes "pregavam a circuncisão" (o que, no conceito do apóstolo, é o equivalente a salvar-se a si mesmo pela obediência à lei), e com isso ficavam livres de perseguição por causa da cruz de Cristo. Ele, por sua vez, pregava Cristo crucificado (isto é, salvação somente por meio da cruz), e por isso vivia sendo perseguido (5.11; 6.12).

A mesma escolha confronta quem quer que se disponha a comunicar a fé cristã hoje. Por um lado, nós podemos adular as pessoas dizendo exatamente aquilo que elas querem ouvir: que elas são "gente fina" e que podem ganhar a salvação por seus próprios esforços. Criamos uma modalidade de pregação que eu chamaria de "ministério do gatinho": a gente alisa, alisa e acaricia as pessoas até que elas começam a ronronar de prazer... Ou, por outro lado, podemos dizer-lhes a verdade que não querem ouvir, acerca do pecado, da culpa, do juízo e da cruz, e assim despertar a sua hostilidade. Em outras palavras, ou nós somos infiéis a fim de agradar aos outros, ou insistimos em ser fiéis

e com isso nos arriscamos a perder a popularidade. Eu duvido muito que se possa ser fiel e popular ao mesmo tempo. Temo que não haja opção, a não ser escolher...

É impressionante quanta hostilidade existe quanto ao evangelho da cruz. Um exemplo é o do falecido professor Alfred Ayer, filósofo de Oxford, expoente do positivismo lógico, autor de *Linguagem, Verdade e Lógica* e um crítico declarado da fé cristã. Em 1979 ele escreveu que via fortíssimas razões para considerar o cristianismo como a pior de todas as religiões de importância histórica. E por quê? Porque, alegava, ela se baseia "na combinação entre as doutrinas do pecado original e da expiação vicária, que são intelectualmente desprezíveis e moralmente ultrajantes".[26]

Até aqui eu tentei demonstrar que quando se trata de sermos aceitos por Deus, do nosso discipulado diário e da nossa missão e mensagem para o mundo, nós, assim como Paulo, só podemos gloriar-nos na cruz, e em nada mais.

Nós, como todo ser humano, somos convencidos de nascença. Parece que herdamos em nossa constituição uma inclinação para a vanglória. É como se precisássemos estar sempre exibindo alguma coisa a fim de inflar o nosso ego. Conseqüentemente, nos gabamos de nossa educação, nossas posses, nosso sucesso, nossa reputação e até da nossa piedade. Temos muita dificuldade de aprender e aceitar aquilo que C. H. Spurgeon disse: "Ninguém se orgulhe de face, de raça, de classe ou de graça."

Mas, no final das contas, só nos resta uma alternativa: ou nos gloriamos em nós mesmos e em nossas próprias conquistas, ou nos gloriamos em Cristo e naquilo que ele alcançou na cruz. Quanto a isso não pode haver a mínima concessão. Uma marca inequívoca do cristianismo evangélico genuíno é o fato de nós só nos gloriarmos na cruz de Cristo.

---

1. J. C. Ryle, *Home Truth* (Thynne, n. d.), pp. 19-20.
2. P. T. Forsyth, *The Cruciality of the Cross* (Hodder and Stoughton, 1909), pp. 44-45.
3. P. T. Forsyth, *The Work of Christ* (Hodder and Stoughton, 1910), p. 53.
4. Leon Morris, *The Cross in the New Testament* (Paternoster, 1965), p. 365.
5. *Op. cit.*, p. 4.

6. *Catholicity: A Study in the Conflict of Christian Traditions in the West* (Dacre Press, 1947).
7. *Ibid.*, pp. 21-23.
8. *The Fullness of Christ: The Church's Growth into Catholicity* (SPCK, 1950), pp. 17, 23.
9. Ver Jeremias 6.14, 8.11; Ezequiel 13.10ss.
10. Dag Hammarskjöld, *Markings* (ET Faber, 1964), especialmente pp. 128-129.
11. Charles Smyth, *Cyril Forster Garbett, Archbishop of York* (Hodder and Stoughton, 1959), p. 424.
12. Hilton C. Oswald (ed.), *Luther's Works*, vol. 25 (Concordia, 1972), pp. 291, 345.
13. Emil Brunner, *The Mediator* (ET Westminster Press, 1947), p. 141.
14. Emil Brunner, *Men in Revolt* (1937; ET Lutterworth, 1939), p. 129.
15. Emil Brunner, *Dogmatics*, vol. II, pp. 92-93.
16. Swami Vivekananda, *Speeches and Writings*, 3 ed. (G. A. Natesan, Madras), pp. 38-39.
17. *Ibid.*, p. 125.
18. Alister McGrath, *To Know and Serve God: A Biography of James I. Packer* (Hodder and Stoughton, 1997), p. 205.
19. *Commentary on the Epistle to the Galatians* (1535; James Clarke, 1953), p. 143, *cf.* p. 101.
20. *First Book of Homilies* (1547), de *Homilies and Canons* (SPCK, 1914), pp. 25-26.
21. R. T. Beckwith, G. E. Duffield e J. I. Packer, *Across the Divide* (Marcham Manor Press, 1977), p. 58. É verdade que outros estudiosos contemporâneos questionam a centralidade da justificação na teologia de Paulo, bem como sua tradicional interpretação, a qual, segundo eles, tem muito mais a ver com a dramática experiência de Lutero do que com o ensino do Novo Testamento. (Ver, por exemplo, *What St Paul Really Said*, de Tom Wright [Lion, 1997].) Nós certamente acreditamos que a justificação é apenas uma das metáforas que Paulo usa para expiação e salvação. Mas a mim mesmo não convence essa "nova perspectiva sobre Paulo". Acredito que temos mais é que apegar-nos firmemente à verdade de que a justificação é uma dádiva da graça de Deus, conquistada na cruz e, por isso mesmo, recebida *por nós gratuitamente e independente de qualquer mérito nosso.* (Ver, por exemplo, Rm 3.24; 5.15-17; 6.23.)
22. Ver, por exemplo: Rm 3.28; 5.1; Gl 2.16; Fp 3.9.
23. Extraído da "Definição de Justificação"de Richard Hooker, cap. xxxiii de sua obra *Ecclesiastical Polity* (1593-7).
24. Dietrich Bonhoeffer, *The Cost of Discipleship* (1937), pp. 8, 73.
25. William Temple, *Nature, Man and God* (Macmillan, 1934), p. 401.
26. *The Guardian Weekly*, 30 de agosto de 1979.

3



O ministério do Espírito Santo

Na Introdução nós vimos quatro ou cinco diferentes intentos de sintetizar os aspectos mais marcantes do evangelicalismo. Todos eles começam com a supremacia das Escrituras e a majestade de Cristo, e em particular a sua cruz. Uns prosseguem com o senhorio do Espírito Santo; outros acrescentam um ou mais dos seguintes diferenciais: a necessidade de conversão, a prioridade da evangelização, a importância da comunhão, o anseio por reavivamento e a busca de santidade.

O que eu tento fazer aqui é estabelecer uma base trinitária sólida para a fé evangélica, e daí acrescentar os cinco pontos mencionados acima – conversão, evangelização, comunhão, reavivamento e santidade – não como anexos, mas como aspectos do ministério do Espírito Santo, que certamente tem a ver com todos eles. Assim a Bíblia, a cruz e o Espírito Santo tornam-se a tríade fundamental em que se baseiam as verdades do evangelho. Ou, dito de outra forma, a fé evangélica procura honrar as três pessoas da Trindade estabelecendo como seu foco central a revelação de Deus, a cruz de Cristo e o ministério do Espírito Santo. Além disso convém lembrar que, conforme vimos na Introdução, a Bíblia e a cruz pertencem à categoria do *hapax* ("uma vez por todas"), enquanto que o Espírito faz parte também do *mallon* ("mais e mais"). É ele que nos capacita a viver cada vez mais a plenitude daquilo que Deus disse e realizou na pessoa de Jesus Cristo.

Dizem que o Espírito Santo é o membro "negligenciado" da Trindade. Mas, pelo menos entre os evangélicos e os reformados, não é bem assim. Os evangélicos sempre procuraram dar a devida honra à pessoa do Espírito Santo. Calvino é chamado de "o teólogo do Espírito"; e dois dos tratados mais completos e bem-elaborados que já se

escreveram sobre a obra do Espírito foram de autoria de evangélicos.[1]

Mas com o surgimento das igrejas pentecostais modernas no começo do século vinte e do movimento carismático no seio das igrejas históricas a partir da década de cinqüenta, nossa era testemunhou um infeliz desentendimento entre os cristãos evangélicos no que concerne à obra do Espírito Santo. Muitos líderes evangélicos se dividiram por causa desses fenômenos e o resultado é que esta acabou se tornando uma questão muito sensível. Por um lado, se reconhece que o pentecostalismo é o movimento cristão que mais cresce no mundo hoje, e não há como negar que Deus o tem abençoado profusamente. Por outro lado, há uma profunda preocupação por ser este, na maioria das vezes, um crescimento sem profundidade, resultando em uma superficialidade generalizada. Eu, particularmente, tenho plena convicção de que o que *une* os evangélicos em nossa doutrina e experiência do Espírito Santo é consideravelmente mais importante do que aquilo que nos *divide*. É por esta razão que tento, neste capítulo, concentrar-me em um, mas sem ignorar o outro.

Percebo que no parágrafo anterior eu usei os adjetivos "evangélico" e "carismático"sem defini-los em relação um ao outro. Está claro que o propósito deste livro é definir a palavra "evangélico"; mas, e "carismático", o que significa? Em um sentido mais amplo, todos os cristãos são carismáticos, se se considerar que a igreja é o corpo carismático de Cristo e que a cada membro do seu corpo foi concedido um dom (*charisma*) ou dons espirituais (*charismata*). Mas, num sentido mais estrito, o termo "carismático" aplica-se àqueles membros de denominações históricas: (a) que afirmam ter tido uma experiência "carismática" posterior à conversão, a qual se costuma chamar de "batismo do Espírito Santo"; (b) que dão uma ênfase especial a três dons sobrenaturais específicos, que são o falar em línguas, a cura e a profecia; e (c) cujo culto público tem um estilo caracteristicamente exuberante, espontâneo, participativo e repleto de manifestações.

[1] O autor refere-se a *Pneumatologia: A Discourse concerning the Holy Spirit* (1674), do grande líder puritano John Owen, e *The Work of the Holy Spirit* (1900), escrito pelo estadista e teólogo holandês Abraham Kuyper.

Logo veremos, portanto, que nem todos os evangélicos são carismáticos (já que alguns enfatizam o novo nascimento e não experiências posteriores; ademais, salientam que os dons mencionados no Novo Testamento são mais de vinte, sendo que nem todos eles são sobrenaturais), assim como nem todos os carismáticos são evangélicos (pois muitos deles são católicos). É importante lembrarmos, portanto, no decorrer deste capítulo que "evangélico "e "carismático"não significam necessariamente a mesma coisa.

Para começar, quero dizer que todos os cristãos evangélicos acreditam firmemente no Espírito Santo, a graciosa e gloriosa terceira pessoa da Trindade. Nós cremos que ele é Deus e é, portanto, digno de adoração. Cremos também que ele teve participação ativa na criação de todas as coisas (Gn 1.2) e que ele ativamente sustém, anima e renova todas as coisas (Sl 104.30). Cremos que nos dias do Antigo Testamento ele agiu na vida do povo de Deus, não apenas convertendo seus corações – pois, caso contrário, eles não teriam amado a lei de Deus (*cf.* Sl 119.97, 103; Rm 7.22; 8.7) – mas também capacitando determinadas pessoas para desempenharem tarefas específicas (ver, por exemplo, Êx 35.30ss. e 2 Pe 1.21). Quanto aos tempos do Novo Testamento, período que se estende até hoje e no qual nós temos o privilégio de viver, nossa afirmação é categórica: o ministério do Espírito Santo é literalmente indispensável. Nenhuma área da nossa fé e da nossa vida, do culto ou da comunhão, nenhuma manifestação de serviço ou missão do cristão seria possível sem ele, como se tentará demonstrar neste capítulo.

Outra coisa que convém enfatizar desde o início é a importância de se evitar qualquer tendência, seja proposital, seja involuntária, de separar o Espírito Santo de Deus Pai ou de Deus Filho. Mais uma vez afirmamos que a fé evangélica é uma fé trinitária, e quanto mais aprendermos a pensar e agir como cristãos trinitarianos, tanto mais verdadeiramente evangélicos nós seremos.

Embora seja impossível para nossas mentes finitas chegar à compreensão exata quanto às relações que existem entre as três pessoas da Trindade, é essencial lembrarmos que na Divindade elas desfrutam de plena igualdade e têm, ao mesmo tempo, papéis

totalmente distintos. Por exemplo, o Espírito Santo se compraz em ocultar-se para que a honra seja dada ao Pai e ao Filho – o que é compreensível, uma vez que ele é chamado de "o Espírito de Deus "e "o Espírito de Cristo" (ver, por exemplo, Rm 8.9 e Gl 4.6). Assim, quando nós oramos, é ele quem nos capacita a clamar "*Aba,* Pai",valorizando dessa forma a nossa relação com ele (Rm 8.15-16). É ele também quem nos capacita a clamar "Jesus é Senhor". Na verdade, "ninguém pode dizer 'Jesus é Senhor', a não ser pelo Espírito Santo"(1 Co 12.3). Esta verdade de que o Espírito Santo tem prazer em testemunhar do Filho é muito enfatizada no Novo Testamento, principalmente pelo próprio Jesus, que disse: "Ele [*sc.* o Espírito da verdade] me glorificará, porque receberá do que é meu e o tornará conhecido a vocês. Tudo o que pertence ao Pai é meu. Por isso eu disse que o Espírito receberá do que é meu e o tornará conhecido a vocês" (Jo 16.14-15).

Assim, pois, se há uma maneira segura de se provar toda pessoa e todo movimento que afirme estar agindo pela autoridade do Espírito Santo, é verificando se a honra, a atenção e a glória que eles promovem têm como alvo o Senhor Jesus Cristo ou eles mesmos. Para ilustrar isso, diversos autores mais recentes referem-se ao ministério do Espírito Santo como "ministério do holofote". O que caracteriza um bom holofote é o fato de que ele ilumina um edifício inteiro sem que suas lâmpadas apareçam. É o que se dá com o Espírito Santo: ele testifica de Cristo mas permanece oculto.

Quem sabe a melhor forma de se compreender quão indispensável é a obra do Espírito seja considerando um por um os seis estágios ou aspectos do discipulado cristão, a começar pelo novo nascimento e encerrando com a esperança cristã, e demonstrar como cada um deles seria impossível sem a atuação do Espírito Santo.

Os inícios da fé cristã

Como já vimos, muitos historiadores e comentaristas cristãos consideram a "conversão", ou o que chamam de "conversionismo, uma das mais significantes marcas do ser evangélico. Alguns chegam a falar em "uma experiência de conversão evangélica", como se houvesse um

estereótipo (provavelmente como o que aconteceu com Saulo na estrada de Damasco) no qual todo mundo tivesse de se encaixar. Isso é uma coisa que devemos rechaçar sem vacilar. É verdade que em toda conversão genuína sempre ocorre algum tipo de encontro pessoal com Jesus Cristo; mas na conversão de Saulo houve vários aspectos que são totalmente atípicos: a luz ofuscante que o cegou, a queda no chão e a voz audível falando em aramaico.

Eu particularmente, quando falo de como se inicia a fé cristã, prefiro referir-me à *regeneração* (ao invés de *conversão*) como um dos fundamentos do evangelho. As duas coisas podem até coincidir, mas são radicalmente diferentes: a conversão é obra humana (embora só seja possível pela capacitação da graça de Deus), enquanto que a regeneração depende inteiramente da ação de Deus. A conversão denota aquela mudança total de vida que chamamos de arrependimento e pela qual nós viramos as costas ao pecado e à idolatria e nos voltamos para Deus e para Cristo, num gesto a que chamamos de fé. Disso resulta uma equação singular: arrependimento mais fé é igual a conversão.

Mas regeneração ou novo nascimento é outra coisa. Infelizmente, em épocas mais recentes esta questão tem sido cada vez mais vulgarizada, com a mania (especialmente nos Estados Unidos) de divulgar estatísticas sobre "cristãos nascidos de novo". Mas a metáfora do nascimento nos provê importantes indícios que podem levar-nos a uma compreensão correta sobre o assunto.

Primeiro: *o novo nascimento é obra de Deus.* Assim como no nascimento físico, também no nascimento espiritual ninguém pode dar à luz a si mesmo. Nós não podemos produzir a regeneração, pois ninguém pode gerar a si mesmo. O novo nascimento, portanto, não é uma mera transformação ou reforma moral (se bem que conduza a isso). Jesus, naquela famosa conversa noturna que teve com Nicodemos, falou duas vezes em nascer *anōthen* – um advérbio que pode ter dois significados: ou "do início, de novo", ou então "do alto" (Jo 3.3, 7). Este último parece ser o mais provável, considerando-se o contexto. Neste caso Jesus estava se referindo, não a um novo começo proveniente de baixo, que acontece por esforço humano, mas sim a um novo nascimento que vem de cima, pelo poder de Deus. Na verdade, o novo nascimento é um nascimento que procede do Espírito (Jo 3.5-8).

Segundo: a metáfora do nascimento indica também que *o novo nascimento é imediato.* Embora o nascimento humano seja precedido de nove meses de gestação, seguindo-se anos de desenvolvimento até que se atinja a maturidade, ainda assim ele é, de certa forma, um acontecimento instantâneo. Com o novo nascimento acontece a mesma coisa. Ele pode ser precedido por "meses" nos quais o Espírito Santo vai nos convencendo do pecado (Jo 16.8-11), instigando nossa consciência (At 26.14) e iluminando nossa mente. Depois disso virão anos de crescimento cristão. Mas o novo nascimento de fato (ou seja, a passagem da morte para a vida) é imediato.

Terceiro: *o novo nascimento não é necessariamente uma experiência consciente*, embora o seja para algumas pessoas. A conversão, ou o processo de mudança, pode ser consciente, mas não o momento em que Deus implanta vida dentro de nós. Mais uma vez, a metáfora do nascimento pode ajudar-nos a entender isso. Nós não tivemos consciência da nossa própria experiência de nascimento. Se nossos pais não tivessem dito, nós nunca saberíamos quando é o nosso aniversário, pois no momento em que nascemos não estávamos conscientes do que estava acontecendo. Com muitos cristãos se passa a mesma coisa: eles não sabem quando é o dia do seu "aniversário espiritual".

Quarto: *novo nascimento não é a mesma coisa que batismo.* Confundir um com o outro é um erro muito comum entre católicos e evangélicos reformados; muitos acham que, como foram batizados, devem ter nascido de novo.

Agora, é claro que o batismo é muito importante. O próprio Jesus o instituiu e ordenou (Mt 28.19). Por isso os evangélicos não o subestimam – e nem deveriam. Mas nós insistimos em dizer que nunca se deve confundir o batismo com o novo nascimento. Pensando bem, se a conversa de Jesus com Nicodemos foi um fato histórico (como nós acreditamos ter sido), então esta referência a "nascer da água e do Espírito"(Jo 3.5) não pode de forma alguma ser uma alusão ao batismo cristão, pois naquela época este ainda nem existia. O mais provável é que Jesus estivesse aludindo ao batismo de João e ao seu chamado ao arrependimento, já que naquela ocasião o próprio João Batista já estabelecia a distinção entre água e Espírito (Mt 3.11), entre o batismo que ele realizava com água e o batismo de Jesus com o Espírito.

O batismo é, pois, um *signo* ou símbolo (ou "sacramento") do novo nascimento; entretanto, não se deve confundir o *signo* com a *coisa significada*. O novo nascimento é uma mudança interior, profunda e radical efetuada pelo Espírito Santo no recôndito mais íntimo da personalidade humana. Já o batismo é uma representação visível e pública dessa realidade interior e secreta que constitui o novo nascimento.

Além do mais, o batismo não produz automaticamente aquilo que ele simboliza. Os cristãos evangélicos recusam-se a aceitar uma visão *ex opere operato* (isto é, mecânica) no que se refere aos dois sacramentos do evangelho, que são o batismo e a Ceia do Senhor. A administração da água no batismo não confere o novo nascimento, assim como o sangue e o vinho da Ceia do Senhor não transmitem o corpo e o sangue de Cristo. É verdade que o Concílio de Trento pronunciou um anátema sobre qualquer um que "afirme que a graça não é conferida por estes sacramentos ... por seu próprio poder [*ex opere operato*]".[2] Mas é justamente isso que nós afirmamos. Como viria a dizer mais tarde Richard Hooker, "nem todos os que recebem os sacramentos da graça de Deus recebem a sua graça",[3] pois se o objetivo dos sacramentos é nos beneficiar, eles devem ser recebidos "corretamente", ou seja, "pela fé". Aos membros de igrejas não-históricas, como também de igrejas livres, convém fazermos um esclarecimento muito importante: para os evangélicos que pertencem a igrejas da Reforma, o batismo (seja de infantes ou de adultos) não tem valor algum, a não ser que se faça acompanhar da fé. Na minha opinião, ninguém jamais expressou isso com tanto acerto quanto James Usshet o fez em1625:

> Assim como o batismo administrado a um adulto não tem o mínimo efeito, a não ser que ele creia, da mesma forma nós não podemos tirar proveito algum do batismo que nos foi administrado na infância enquanto não crermos... todas as promessas da graça foram, no meu batismo, legadas a mim, e seladas em mim, da parte de Deus; mas eu só poderei usufruí-las e me beneficiar delas quando compreender aquilo que Deus, no batismo, selou em mim, e daí apropriar-me de fato desse batismo pela fé.[4]

Finalmente, antes de encerrarmos esta questão dos inícios da fé cristã, notemos que o que Jesus mais enfatizou naquela sua conversa com Nicodemos foi a necessidade inquestionável de se nascer de novo. Nicodemos era um judeu (pertencente, portanto, ao povo de Deus), um fariseu (e, como tal, comprometido com a justiça), um líder (membro do Sinédrio) e um mestre (uma pessoa de cultura), e sua avaliação acerca de Jesus reflete polidez e apreciação pelo ministério deste. Era uma pessoa religiosa, ética, educada e de boa formação. Mas foi a esse homem que Jesus disse: "Não se surpreenda pelo fato de eu ter dito: É necessário que você nasça de novo" (Jo 3.7).

Os cristãos evangélicos sempre procuraram manter-se fiéis a este ensinamento de Jesus, bem como insistir nestas duas coisas: que, se quisermos algum dia ver ou entrar no reino de Deus, precisamos nascer de novo; e que o batismo não substitui o novo nascimento.

A segurança cristã

O Espírito Santo não produz o novo nascimento para depois nos abandonar. Como todo pai e toda mãe, ele sabe que um recém-nascido precisa ser criado com muito carinho. Por isso ele fica conosco. Ou, melhor ainda, ele vem habitar em nós. Conseqüentemente, o nascimento no Espírito é seguido da vida no Espírito.

Agora vamos ver algumas das bênçãos advindas dessa nova vida, e especialmente a bênção da segurança cristã.

Durante a sua última noite aqui na terra, cercado por seus apóstolos, Jesus disse:

> Mas eu lhes afirmo que é para o bem de vocês que estou indo. Se eu não for, o Conselheiro não virá para vocês; mas se eu for, eu o enviarei (Jo 16.7).

Vemos aqui uma declaração muito clara de Jesus de que o ministério do Espírito Santo traria mais vantagens para os discípulos do que o

ministério que ele mesmo exercera aqui na terra. Para muita gente, essas palavras soam como um absurdo total. Como é que Jesus podia dizer que seria melhor para os apóstolos, e até vantagem, que ele fosse embora e os deixasse aqui? Quando nós olhamos para os apóstolos ficamos com inveja. Ah, se tivéssemos tido a chance de estar com Jesus, como eles estiveram! Quem dera pudéssemos ter contemplado a beleza de sua face e ouvido a melodia de sua voz! Como gostaríamos de tê-lo assistido alimentar os famintos, curar os enfermos, acalmar a tempestade e ressuscitar os mortos! Ah, se pudéssemos ter assentado aos seus pés como Maria de Betânia, ou nos reclinado em seu peito como João, o apóstolo amado! O que será que Jesus estava dizendo com isso?

Bem, os apóstolos tinham, durante a vida terrena de Jesus, duas grandes desvantagens que seriam superadas com a vinda do Espírito Santo. A primeira é que enquanto Jesus estava com eles na terra sua presença era sempre *localizada*. Por isso de vez em quando eles se viam separados dele – por exemplo, quando Jesus se encontrava em Jerusalém e eles na Galiléia, ou quando ele foi orar no monte e eles ficaram no barco. Eles não podiam desfrutar de sua companhia o tempo todo. Sua presença limitava-se a um lugar de cada vez. Mas o que o Espírito Santo faz é *universalizar* a presença de Jesus, torná-lo acessível a todo mundo, em todo lugar.

A segunda desvantagem dos apóstolos enquanto Jesus estava com eles na terra é que sua presença era *externa*. Ele não podia penetrar na personalidade deles e modificá-los por dentro. Não podia chegar à fonte de seus pensamentos, motivações e desejos. Mas isso ele iria fazer depois, conforme lhes disse: "Vocês o conhecem, porque ele vive e está dentro de vocês"(Jo 14.17). Assim o Espírito Santo *internaliza* a presença de Jesus; dessa forma, ele habita em nossos corações por meio do seu Espírito (Ef 3.16-17) e nosso corpo passa a ser o templo do seu Espírito Santo (1 Co 6.19).

Essa morada do Espírito Santo em nós é o mais maravilhoso de todos os privilégios. Os cristãos evangélicos sempre enfatizaram isso. Outra coisa que nós ressaltamos é a diferença fundamental entre o ministério exercido pelo Espírito Santo no Antigo Testamento e sua

manifestação no Novo Testamento. No Antigo Testamento, embora o povo de Deus fosse convertido, não há evidências de que o Espírito Santo habitasse neles. Pelo menos eles aguardavam a era messiânica como o tempo em que Deus haveria de cumprir sua promessa: "Porei em vós o meu Espírito"(Ez 36.27). É a promessa que Jesus confirmou.

Eu diria que todo cristão evangélico não só concorda, mas afirma que a presença do Espírito Santo em nós é a marca por excelência que identifica o povo de Deus hoje; assim, "se alguém não tem o Espírito de Cristo, não pertence a Cristo"(Rm 8.9). Paulo nos exorta também a que não entristeçamos o Espírito, com o qual fomos "selados"para o dia da redenção (Ef 4.30). Portanto, a habitação do Espírito Santo em nós é o selo pelo qual Deus indica que pertencemos a ele.

É essa ênfase na atuação do Espírito Santo em nosso interior que nos possibilita afirmar que a religião evangélica é uma religião do coração. Conforme J. C. Ryle, "a quarta grande característica da Religião Evangélica" (depois da supremacia das Escrituras, a profundidade da pecaminosidade humana e a salvação de Jesus Cristo) "é o supremo lugar que ela confere à obra do Espírito Santo no interior do coração humano".[5]

É óbvio que há lugar para manifestações exteriores na religião. Mas no decorrer da história a religião sempre revelou uma tendência constante para se degenerar e virar um show sem o mínimo de conteúdo. Deus queixou-se através de Isaías: "Este povo se aproxima de mim, e com a sua boca e com os seus lábios me honra, mas o seu coração está longe de mim" (Is 29.13). E aquilo que Javé disse ao Israel que vivia no século oito, Jesus reaplicou aos fariseus de seus dias (Mc 7.6) e nós precisamos reaplicar a nós mesmos, hoje. Muito da nossa religiosidade é ritual sem realidade, boca destituída de coração, "tendo aparência de piedade, mas negando o seu poder" (2 Tm 3.5).

Um dos principais ministérios do Espírito que habita em nós é proporcionar ao povo de Deus a certeza de salvação por seu relacionamento com ele. Com efeito, a doutrina da certeza da salvação é uma ênfase especificamente evangélica.[6] Para quem vem de uma convicção católica ou liberal, aquilo que chamamos de "certeza da salvação" é como se fosse uma terrível forma de presunção. E, para ser

honestos, nós, como povo evangélico, necessitamos mesmo arrepender-nos de nossas atitudes arrogantes, presunçosas e triunfalistas. Precisamos acatar as exortações da primeira carta de João, quando diz que não adianta afirmarmos que conhecemos a Deus e que somos seus filhos se nossa vida não for caracterizada por justiça e amor, em adição à nossa ortodoxia cristológica.

No entanto, a constante repetição da primeira epístola de João – de que afirmações como "nós sabemos que o conhecemos", "sabemos que estamos nele", "sabemos que passamos da morte para a vida" e "sabemos que somos filhos de Deus"[7] – não deixa a menor dúvida de que Deus quer que saibamos (ou, melhor dizendo, que tenhamos certeza) que pertencemos a ele.

A segurança do cristão está alicerçada, acima de tudo, na cruz. Nós só podemos saber que fomos perdoados porque Cristo assumiu os nossos pecados, carregando-os em nosso lugar, e porque ele o fez de forma completa e consumada. Pois Cristo fez na cruz "ao oferecer-se a si mesmo uma única vez ... um sacrifício pleno, perfeito e suficiente, oblação e satisfação, pelos pecados do mundo inteiro".[8]

A este fundamento objetivo de nossa segurança o Espírito Santo acrescenta o seu próprio testemunho subjetivo. As afirmações mais claras disso encontram-se na Epístola aos Romanos. Em 5.5 lemos que através do Espírito Santo concedido a nós Deus derramou o seu amor em nossos corações. Em 8.15-16, o apóstolo diz que quando nós clamamos "*Aba*, Pai" é o próprio Espírito que está testificando com o nosso espírito que nós somos filhos de Deus. Assim o Espírito que habita em nós nos assegura, no mais profundo de nossos corações, que Deus é nosso Pai e que ele nos ama. Além disso, o contexto deixa claro que essa experiência íntima do amor do Pai derramado em nós é um privilégio que deveria ser comum a todos os seus filhos – se bem que, seguramente, cada cristão recebe essa certeza em diferentes níveis e em diferentes momentos.

Como muita gente liga essas experiências ao assim chamado "batismo do Espírito Santo", quem sabe este seja o melhor momento para analisarmos mais demoradamente este assunto. Trata-se de um assunto

que causa muitas divisões. A tendência dos cristãos pentecostais e carismáticos é insistir que o batismo do Espírito Santo é uma experiência isolada que se segue ao novo nascimento, que ela tem de acontecer e que se evidencia e autentica através do falar em línguas. Já os não-pentecostais dizem que o batismo do Espírito é a mesma coisa que o dom do Espírito (At 1.5; 2.33, 38-39) e que ele é concedido a todos os crentes, embora muitas vezes estes recebam também, em momentos posteriores à conversão, outras experiências de diferentes tipos.

Será mesmo necessário que os cristãos evangélicos se dividam quanto a esta questão, por excesso de rigidez? Os cristãos pentecostais deveriam indagar-se: será que eles precisam *mesmo* insistir nesse estereótipo de duas etapas? E os não-pentecostais, que afirmam ter recebido definitivamente o Espírito em sua conversão, deveriam perguntar-se: será que estão suficientemente abertos para novas experiências, mais plenas e profundas, com o Espírito de Deus? Por que os dois lados não podem concordar: (a) que todos os cristãos receberam o Espírito Santo?; (b) que a ênfase do Novo Testamento reside nesse recebimento inicial do Espírito, associado ao vocabulário do novo nascimento, nova criação e ressurreição dos mortos?; (c) que o processo de santificação vem depois disso?; e (d) que durante esse processo Deus pode nos presentear com muitas outras experiências do Espírito, mais ricas, mais plenas e mais profundas?

Eu me arrisco a encerrar esta seção contando um incidente pessoal. Já por diversas vezes tive o privilégio de ser convidado para pregar aos meus irmãos anglicanos na Cingapura. Em 1987, quando de visita por lá, eu estava conversando com meu anfitrião, Moses Tay, um conhecidíssimo evangélico carismático. Perguntei-lhe qual seria, a seu ver, a essência da "renovação". Ele replicou: "É uma nova experiência da presença de Deus". Eu fiquei realmente surpreso com sua resposta, pois acabara de ler o livro de J. I. Packer *A Dinâmica do Espírito,* em que o autor usa a expressão "uma nova certeza do amor de Deus".

Parece-me que há muito pouca diferença entre "uma nova experiência da presença de Deus" e "uma nova certeza do amor de Deus". E aí fiquei me indagando se esta não poderia ser a base para uma maior compreensão e respeito mútuos.

A santidade cristã

O que leva o Espírito Santo a habitar em nós? Um dos seus grandes propósitos é transformar ou santificar o seu povo. A promessa de Deus no Antigo Testamento, "Porei dentro em vós o meu Espírito", continua: "e farei que andeis nos meus estatutos, guardeis os meus juízos e os observeis" (Ez 36.27). Com efeito, as duas promessas mais diretas de Deus no Antigo Testamento são estas:

> Porei dentro em vós o meu Espírito (Ez 36.27).
>
> Na mente lhes imprimirei as minhas leis (Jr 31.33).

Não há nenhuma diferença fundamental entre estas duas promessas, pois o que o Espírito faz quando é posto "dentro em nós" é escrever ali a lei de Deus (*cf.* Rm 8.3-4).

Paulo enfatizou essa mesma ligação indissolúvel que existe entre o Espírito Santo e o povo santo em que ele habita, quando escreveu que o Deus que nos chama "para viver uma vida santa" também "nos dá o seu Espírito Santo" (1 Ts 4.7-8). Com o Espírito Santo a santidade é essencial; sem o Espírito Santo é impossível haver santidade. Portanto não devemos subestimar o que ele pode fazer: é uma mudança radical que se expressa em novas ambições, novos padrões, novos ideais e novos valores.

Mas como se dá essa transformação? É aqui que Paulo introduz, tanto em Gálatas 5 como em Romanos 8, o impiedoso conflito que se processa em nosso interior, entre "a carne"e "o Espírito". Ao falar em "carne"ele está se referindo à nossa natureza caída e autocondescendente; "o Espírito" seria o próprio Espírito Santo que habita em nós. O segredo da santidade, conforme ele nos diz, consiste em adotarmos atitudes corretas em relação a um e ao outro. Com muita propriedade, ele chama a nossa atitude negativa para com "a carne" de "mortificação", que é o processo de fazê-la morrer (aliás, uma prática

muito negligenciada entre nós). "Eu estou cada vez mais convencido", escreve o Dr. Martyn Lloyd-Jones, "de que a razão por que a maioria das pessoas tem tanta dificuldade de viver a vida cristã é porque elas vivem se paparicando espiritualmente."[9] Ou seja: ao invés de executarmos a nossa natureza egoísta, nós a adulamos.

Dentre as declarações de Paulo, nenhuma é tão franca quanto esta, em se tratando das alternativas que há diante de nós:

> Pois se vocês viverem de acordo com a carne, morrerão; mas, se pelo Espírito fizerem morrer os atos do corpo, viverão (Rm 8.13).

Aqui ele contrapõe dois tipos de vida, um que leva à morte e outro que conduz à vida. Primeiro, os dois estilos de vida alternativos são "viver de acordo com a carne" (o que seria tolerância e permissividade) e "fazer morrer os atos do corpo" (que seria mortificação). Segundo, as conseqüências alternativas são morte e vida: se optarmos por fazer o que bem queremos, morreremos; mas se nos mortificarmos, viveremos. E, em terceiro lugar, ele estabelece dois combatentes alternativos: a depender de nós mesmos, viveremos na permissividade; mas através do Espírito nós nos mortificamos. Em outras palavras, nós somos chamados a uma rejeição radical e inflexível de tudo que sabemos ser mal aos olhos de Deus. É uma questão de responsabilidade nossa: simplesmente temos de fazê-lo. Só que não podemos fazer isso por nós mesmos, dependemos inteiramente do poder do Espírito que habita em nós.

Mas o que significa isso? Trata-se, sem dúvida, de uma linguagem piedosa, ortodoxa. Mas como é que, na experiência do dia-a-dia, o Espírito Santo age dentro de nós? Em minha própria experiência, enquanto meditava e lutava com isso, eu acabei criando uma fórmula que tem me ajudado bastante; são cinco passos ou etapas que descrevem como o Espírito Santo opera a santificação em nós. Como as quatro primeiras são imprescindíveis para que a última se realize, apelidei a minha fórmula de "4-D": primeiro ele opera em nossa mente, capacitando-nos a *discernir* a vontade de Deus; depois, em nossa consciência, capacitando-nos a *distinguir* entre o certo e o errado; em seguida, atua em nosso coração,

capacitando-nos a *desejar* ardentemente os caminhos de Deus; e, finalmente, age em nossa vontade, capacitando-nos a nos *determinar* resolutamente a seguir a vontade de Deus. Só depois disso tudo é que se pode dar a etapa final: *realizar.*

O apóstolo refere-se ainda à santidade como sendo "*o fruto* do Espírito". São nove graças que, juntas, constituem a "semelhança de Cristo" que se manifesta em nosso caráter e conduta. Como todo "fruto", elas amadurecem naturalmente, sob a influência do Espírito Santo que habita em nós. A santidade cristã não é um fenômeno tipo "árvore de Natal", cuja decoração é afixada artificialmente; é uma santidade de árvore frutífera, isto é, ela se desenvolve naturalmente, desde que nós "vivamos pelo Espírito" ou "andemos no Espírito" (Gl 5.16, ARA), fazendo o que ele nos manda e vivendo sob o seu controle.

Já faz muito tempo que a tradição católica enfatiza a questão da santidade. Os evangélicos, portanto, não podem de forma alguma reivindicar o assunto como monopólio seu. No entanto, podemos dizer que a história do evangelicalismo tem sido uma história de busca por santificação. Isso é uma marca que se encontra em todos os séculos: nos reformados, nos puritanos, nos pietistas, nos metodistas e em diversos movimentos evangélicos mais recentes. Em nenhum destes predomina algum tipo específico de ensino com relação à santidade.

De vez em quando surge, aqui e ali, um movimento perfeccionista prometendo a "erradicação" da nossa natureza caída, ou então a "santificação total" ou o "amor perfeito". Aí, o mínimo que se pode fazer é admirar a decisão deles de levar a sério as passagens do Novo Testamento que nos exortam à perfeição (por exemplo, Mt 5.48; 2 Co 7.1), ou aquelas que dizem que quem é nascido de Deus "não peca" ou "não pode pecar" (1 Jo 3.6, 9; 5.18). João Wesley foi um que durante muito tempo se debateu com esses textos; ainda hoje a Igreja Metodista Livre, a Igreja do Nazareno e as igrejas pentecostais conservam essa tradição.

Mas ao interpretar esses "textos perfeccionistas" em seu próprio contexto, os evangélicos, em sua grande maioria, se convencem de que o Novo Testamento não promete em lugar algum, nem a erradicação do mal, nem a possibilidade de uma perfeição sem pecado – pelo menos

nesta vida. Pelo contrário, nós estamos numa jornada; somos peregrinos que se destinam à cidade celestial. Assim como Paulo, ainda não "chegamos lá" nem "fomos aperfeiçoados", mas prosseguimos para "alcançar aquilo para o qual também fomos alcançados por Cristo Jesus" (Fp 3.12).

Handley Moule consegue manter um equilíbrio bíblico ao tratar da questão da santidade cristã. Falando sobre os nossos *alvos*, por exemplo, ele escreve:

> Nosso alvo é, no mínimo, andar com Deus o dia inteiro; descansar em Cristo a toda hora; amar a Deus de todo o nosso coração e o nosso próximo como a nós mesmos ... "render-nos a Deus" ... afastar-nos de todo mal e seguir tudo que é bom ... Estamos absolutamente decididos a abandonar completamente todo propósito secreto de concessão moral; toda tolerância que abrigue o pecado ... Não podemos de forma alguma abrir mão de andar diariamente, continuamente, de hora em hora com Deus, em Cristo, pela graça do Espírito Santo .[10]

Mas ao falar dos *limites*, Moule prossegue dizendo:

> Eu sustento com absoluta convicção, baseado tanto na experiência da igreja como na infalível Palavra, que, no mistério das coisas, haverá limites até o fim, e limites muito humilhantes, limitações muito reais. Até o fim, quem anda com Deus será sempre um pecador.[11]

Tendo em mente esses *alvos* e esses *limites* e sempre buscando a plenitude do Espírito (Ef 5.18), o cristão evangélico tem "fome e sede de justiça" (Mt 5.6).

Os cristãos evangélicos têm a reputação de serem individualistas inflexíveis; além disso, sua doutrina quanto à igreja seria inadequada. E é mesmo verdade que, desde os tempos da Reforma, nós teimamos em defender o nosso "direito de julgamento privado" (o privilégio de tomarmos nós mesmos uma decisão com base nas Escrituras), como também o "sacerdócio de todos os crentes" (o privilégio de termos acesso individual e imediato a Deus por meio de Cristo).

Mas sabemos também que o Novo Testamento tem uma doutrina muito elevada com relação à igreja; que a igreja se encontra no centro do eterno propósito histórico de Deus; e que a igreja faz parte do evangelho. Além do mais, a igreja está em continuidade direta com o Israel do Antigo Testamento. Portanto, a rigor, não é certo referir-se ao Pentecoste como "o dia do nascimento da igreja", pois a igreja como povo da aliança de Deus passou a existir uns dois mil anos antes disso, com Abraão. O que aconteceu no dia de Pentecoste foi que o povo de Deus tornou-se o corpo de Cristo cheio do Espírito Santo. Ela é chamada também de "a comunhão do Espírito" (2 Co 13.14; *cf.* Fp 2.1) porque é a nossa comunhão (*koinonia*), o fato de fazermos parte desse corpo, que nos faz ser igreja. O termo *koinōnia* não ocorre nos Evangelhos. Ele aparece a primeira vez am Atos 2.42, onde Lucas descreve a igreja de Jerusalém, pois não podia haver *koinōnia* alguma antes que o Espírito viesse.

Sempre houve, no seio do movimento evangélico, um certo nível de discordância e tensão quanto à natureza da igreja. Uns dizem que ela é essencialmente uma comunidade visível e geográfica, que consiste de todos aqueles que, numa dada localidade, professam a fé cristã e se chamam de cristãos. Outros evangélicos enfatizam que a igreja é uma comunidade reunida, consistindo apenas daqueles que se consideram nascidos de novo e que subscrevem uma confissão de fé evangélica na sua íntegra.

Estas duas visões de igreja não são inteiramente incompatíveis, e o ideal seria evitar uma polarização rígida. Há pelo menos duas convicções significativas das quais todos nós compartilhamos.

A primeira é que todos os evangélicos aceitam a diferença entre a igreja visível e a invisível. Isso adquire importância ainda maior quando se trata da membresia de uma igreja. Está certo que é prerrogativa de Deus o direito de admitir as pessoas em sua verdadeira (invisível) igreja, e ele o faz quando elas exercitam a fé em Cristo. Mas Deus delega aos pastores a responsabilidade de admitir as pessoas, por meio do batismo, no corpo da igreja visível, e isto elas fazem por meio da profissão de fé.

Essa distinção nos leva a insistir que ser membro de uma igreja não garante a salvação de ninguém. Paulo exorta os coríntios a não imitarem os israelitas no deserto. Todos eles haviam sido "batizados em Moisés" e todos eles "comeram do mesmo alimento espiritual e beberam da mesma bebida espiritual". Em outras palavras, eles foram, no Antigo Testamento, o equivalente aos membros batizados e em comunhão com a igreja, hoje. "Contudo", diz o apóstolo, "Deus não se agradou da maioria deles." O fato de serem "membros da igreja"não lhes garantiu imunidade contra o juízo de Deus (1 Co 10.1-5).

Em segundo lugar, para todos os evangélicos, a pureza (tanto doutrinária como ética) da igreja é um alvo a ser perseguido, pois foi estabelecido por Deus. Nós podemos diferir quanto aos métodos de garanti-la. Alguns apelam para medidas quase draconianas e não hesitam em excomungar qualquer um pela mais leve das ofensas. Outros acatam os ensinos do Novo Testamento sobre a disciplina da igreja,[12] mas sem esquecer a parábola de Jesus a respeito do trigo e o joio, lembrando que na igreja visível o mal poderá sempre estar misturado com o bem. Diante disso, relutam em recorrer à excomunhão ou à cisão.

É dentro desta discussão quanto à pureza da igreja que cabe fazer uma menção ao que chamaríamos de "conceito da inclusão". Para ser justo, devo começar pelo pecado da minha própria igreja. Nós nos orgulhamos de ser uma igreja "aberta"e "inclusiva", mas esquecemos que desde o início nossa igreja estabeleceu uma clara distinção entre uma inclusão "baseada em princípios" e a inclusão "sem princípios".

Em uma de suas obras, J. C. Ryle lamenta a "tolerância universal"que ele via na Igreja da Inglaterra no final do século dezenove,[13] e escreve com um leve toque de ironia: "O que poderia haver de melhor para

estabelecer a paz e fazer parar as querelas, do que fazer da igreja uma espécie de arca de Noé, em cujo seio todo tipo de opinião e credo pode ficar a salvo e sem ser perturbado, e onde os únicos termos de comunhão seriam disposição para entrar e deixar o outro em paz?"[14]

Em outro relatório sobre essa mesma igreja (1950) os autores escreveram algo parecido: "Existem limites para o princípio da inclusão na igreja ... A verdade de Deus revelado em Cristo pode até ser flexível, mas não é infinitamente flexível".[15] E em 1957 o Dr. Alec Vidler manifestou sua repulsa a "um sincretismo sem princípios", advogando um "princípio da inclusão" segundo o qual "uma igreja deveria manter-se fiel aos fundamentos da fé e ao mesmo tempo dar lugar a diferenças de opinião e de interpretação em questões secundárias...".[16]

Em 1973 J. I .Packer fez uma distinção muito clara entre "a *virtude* de tolerar diferentes pontos de vista em questões secundárias com base em uma nítida concordância sobre os essenciais"e "o *vício* de afastar-se da luz das Escrituras rumo a uma tenebrosidade intelectual onde as delimitações não são claras, onde todo gato é pardo e onde a tarefa prescrita é o sincretismo."[17]

Agora, que analisamos as diversas posições dos evangélicos quanto à natureza da igreja, podemos ver como o Espírito Santo capacita a igreja para seu ministério. Vou começar pelos ministros ordenados. Com base na leitura do Novo Testamento, os evangélicos concordam que *episcopē* – cuidado pastoral, qualquer que seja a sua natureza – é uma provisão de Deus para o seu povo. Paulo exortou os anciãos da igreja de Éfeso a cuidarem de si mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo os havia colocado como *bispos* (*episkopoi*; At 20.28), deixando claro que o Espírito Santo lhes havia delegado o cuidado pastoral da igreja. Portanto, do ponto de vista bíblico, o nome correto para designar os líderes da igreja local é realmente "pastor". É sensato o que fazem também algumas igrejas evangélicas que desdobram esse ministério em três designações específicas: "bispos", "presbíteros" e "diáconos".

Embora na prática muitos líderes evangélicos sejam extremamente autocráticos, na teoria eles rejeitam um "clericalismo" que reserva todo e qualquer ministério para os clérigos e nega responsabilidade aos

leigos. Os evangélicos, ao contrário disso, sempre acreditaram não somente no sacerdócio de todos os crentes, mas também no ministério de todos os crentes. E em épocas mais recentes, em parte pela influência do movimento carismático, a visão paulina de que no corpo de Cristo cada membro tem o seu ministério é cada vez mais acatada.

Não há um consenso entre todos os evangélicos sobre quais dos *charismata* (dons espirituais) são uma realidade hoje em dia, ou quais deles são mais importantes do que outros. Mas bem que poderíamos concordar em alguns pontos: (a) que a *natureza* dos dons é muito variada (alguns, aliás, bastante prosaicos, como o dom de repartir nosso dinheiro e de fazer atos de misericórdia); (b) que o *propósito* dos dons é o bem comum, edificar a igreja, tanto em tamanho como em profundidade; e (c) que o *critério* de avaliação dos dons é até que ponto eles vão edificar a igreja. Como Paulo escreveu, "procurem crescer naqueles que trazem a edificação para a igreja" (1 Co 14.12).

A missão cristã

A missão sempre foi uma preocupação dos evangélicos, principalmente a missão mundial da igreja. *Evangelicalismo* e *evangelismo*, como as próprias palavras indicam, estão inevitavelmente interligados. E, como evangélicos que somos, uma das coisas que enfatizamos no evangelismo é que o evangelista principal é o Espírito Santo. Ele é um Espírito missionário e o Pentecoste foi um evento missionário.

Um excelente livro de John V. Taylor sobre o Espírito Santo começa com as seguintes palavras: "O principal protagonista da missão histórica da igreja cristã é o Espírito Santo. Ele é o diretor de todo o empreendimento."[18]

No *Manifesto de Manila*, produzido durante o II Congresso Internacional de Evangelização Mundial (1989), há um parágrafo intitulado "Deus, o Evangelista" que diz o seguinte:

As Escrituras declaram que Deus é o principal evangelista. Pois o Espírito de Deus é o Espírito da verdade, do amor, de santidade e poder, e sem Ele o evangelismo é impossível. É Ele que unge o *mensageiro, confirma a palavra, prepara o ouvinte, convence o* pecador, ilumina o cego, restitui vida ao morto, nos capacita para o arrependimento e a fé, nos une ao Corpo de Cristo, garante-nos a condição de filhos de Deus, leva-nos a assumir o caráter e o serviço cristãos e nos envia para sermos testemunhas de Cristo. Em tudo isso a preocupação principal do Espírito Santo é glorificar Jesus Cristo, mostrando-O a nós e formando-O em nós.[19]

O próprio Senhor Jesus, durante o seu ministério aqui na terra, enfatizou claramente a natureza missionária do Espírito Santo, particularmente em João 7.37-39. Era "o último e mais importante dia" da festa dos Tabernáculos. Jesus levantou-se e foi para a frente, postando-se num lugar destacado do templo, e disse em voz alta (a fim de enfatizar a solenidade de suas palavras): "Se alguém tem sede, venha a mim e beba. Quem crer em mim, como disse a Escritura, de seu interior fluirão rios de água viva." Segundo o comentário de João, ao dizer isso "ele estava se referindo ao Espírito, que mais tarde receberiam os que nele cressem".

Note-se que ele faz duas referências distintas à água – uma, à água de beber (versículo 37: "Se alguém tem sede..."); e outra, à água corrente, ou que flui (verso 38: "rios de água viva fluirão..."). Na verdade os dois quadros se fundem em uma impressionante combinação. O único jeito de *fluir água* de nosso interior é se nós *bebermos água*. Quando nós bebemos, só conseguimos engolir pequenos goles. Mas pela extraordinária operação do Espírito Santo em nós, esses golinhos são transformados em rios e a água que bebemos transforma-se em água fluente. O mundo é assemelhado a um deserto estéril e o Espírito Santo à irrigação que faz o deserto brotar e florir.

William Temple escreveu acerca destas palavras de Jesus: "Ninguém pode possuir o Espírito de Deus (ou melhor, ser habitado por ele) e guardar esse Espírito para si. Onde quer que o Espírito esteja, ele flui livremente; se isso não ocorrer, é porque ele não está ali."[20]

Esse elo entre o Espírito Santo e a missão cristã é indissolúvel. Negligenciar a missão é contradizer o próprio ser do Espírito Santo. Conseqüentemente, uma igreja cheia do Espírito tem duas marcas essenciais: sua compassiva penetração na comunidade local e a seriedade do seu compromisso com a missão global. Harry Boer expressa isso de forma contundente:

> Quando a igreja tenta refrear o Espírito, guardando-o dentro de si mesma, está agindo contra si mesma e contra a natureza do próprio Espírito. Afinal, ampliar constantemente as fronteiras faz parte da natureza da igreja, e é da natureza do Espírito transmitir sua vida a círculos cada vez maiores. Quando a igreja não reconhece esta lei do seu ser e do ser do Espírito, o Espírito se extingue e se retrai, e o depósito de religiosidade que resta acaba virando putrefação na vida daqueles que o entristeceram.[21]

Antes de encerrarmos esta seção sobre o Espírito Santo e a missão, há mais três aspectos que convém abordar.

Primeiro, temos a questão da relação entre *evangelização e ação social.* Esta já foi uma área de conflito no seio do mundo evangélico, mas isso parece que não existe mais. O Relatório de Grand Rapids (1982) definiu a relação entre os dois nos seguintes termos:

> (1) A ação social é uma *conseqüência* da evangelização, pois os convertidos manifestam sua nova vida em serviço.
>
> (2) A ação social pode ser uma *ponte* para a evangelização, pois ela sempre conquista ouvidos para o evangelho.
>
> (3) A ação social é uma *parceira* da evangelização. "A ação social e a evangelização são como as duas lâminas de uma tesoura ou como as duas asas de um pássaro." Nosso padrão é o ministério público de Jesus, em que palavras e ações, proclamação e demonstração através do serviço, boas novas e boas obras andavam lado a lado.[22]

A segunda questão a considerar tem a ver com *evangelização e milagres*. Será que os milagres deveriam acompanhar a pregação do evangelho hoje? As últimas décadas do século vinte viram surgir um movimento que enfatiza "sinais e maravilhas", tendo como expoente o falecido John Wimber e as chamadas "igrejas Vineyard". Em pelo menos dois de seus livros Wimber argumenta que os sinais e maravilhas seriam "ocorrências cotidianas na época do Novo Testamento", e assim deveria ser também em nossos dias. A base teológica para esse raciocínio é que, já que o reino de Deus foi inaugurado por Jesus, e a chegada desse reino foi evidenciada por seus milagres, então nós também deveríamos esperar que eles fossem ocorrências corriqueiras hoje.[23] Além do mais, muitos observadores vêem no aparecimento desses pretensos sinais e maravilhas o que eles chamam de "terceira onda"do movimento pentecostal do século vinte. Qual deveria ser a nossa resposta diante de tal ensinamento? Para começar, há duas reações extremas que com certeza deveríamos evitar: o ceticismo e a credulidade.

Por um lado, negar até mesmo a possibilidade de um milagre, seja em virtude de um preconceito teológico, seja por secularismo científico, é beirar o absurdo. Não cremos nós que Deus é o criador soberano do universo? Então, por que ele não pode interferir na ordem natural de seu próprio mundo? Não nos cabe o direito de encerrá-lo em nossas caixinhas bem-elaboradas, nem de ditar a ele o que pode deve ou não pode fazer. Um dos exemplos mais desavergonhados de tal incredulidade ocorreu na França nos finais do século dezoito. Como os jansenitas começaram a alardear que milagres surpreendentes vinham acontecendo no túmulo de Abbé, em Paris, as autoridades da Igreja Católica ergueram um muro em volta do túmulo e depois afixaram nele uma ordem peremptória: *De par le roy dèfense à Dieu de faire miracle en ce lieu* ("Por ordem do rei, Deus é proibido de realizar milagres neste lugar")! "Absurdo" ainda é pouco para expressar tamanha idiotice!

Já no extremo oposto encontram-se aqueles que, em palavras de John Wimber, consideram os sinais e maravilhas como uma característica da "vida cristã normal".[24] Mas isso não é possível, por diversas razões. Primeiro, porque, qualquer que seja a definição que se dê para

"milagre", um milagre nunca é a norma: ele é sempre *a*normal. Ou seja, é um desvio da atuação usual de Deus. O Deus da Bíblia é primordialmente o Deus da natureza, não do sobrenatural. Ele é o Deus que dá sol e chuva, que sustenta o mundo, veste as flores do campo, alimenta as aves do céu e concede às suas criaturas vida, respiração e tudo de que elas necessitam. É aí que começa a revelação bíblica de Deus. Milagres nunca a precedem nem anulam. O propósito principal dos milagres nas Escrituras sempre foi autenticar a revelação de Deus, etapa por etapa: a lei de Moisés, o ministério dos profetas, a começar por Elias, os ensinamentos de Jesus e a autoridade dos apóstolos.[25]

E depois, se (como ensinou John Wimber) Deus "nos deu a autoridade de realizar as obras de Jesus",[26] então por que estas deveriam limitar-se ao ministério da cura? Por que não podemos também multiplicar pães e peixes e assim solucionar o problema da fome no mundo? E por que não temos o poder de acalmar tempestades e com isso salvar as pessoas cujas vidas são ameaçadas pelas enchentes?

E, por último, veremos que a realidade de fato, se encarada com honestidade, não se encaixa nessas reivindicações. Prometer curas miraculosas a todos aqueles que acreditam nisso é gerar desilusão; e depois, quando a tal cura não acontece, atribuir isso a falta de fé é, no mínimo, pura crueldade.

Para sintetizar: nós certamente deveríamos estar abertos para os milagres (pois Deus é o Criador), mas não temos o mínimo direito de esperar que eles ocorram com a mesma freqüência com que se manifestaram na Bíblia em determinados momentos (afinal, não estamos vivendo numa época de revelação). Além disso, nós vivemos numa era intermediária, entre o "já" do reino inaugurado e o "ainda não"do reino consumado.

Os evangélicos, tanto carismáticos como não-carismáticos, deveriam poder concordar com a sensata afirmação do *Manifesto de Manila* (1989): "...não temos liberdade para fixar limites ao poder do Criador vivo hoje. Rejeitamos tanto o ceticismo, que nega os milagres, quanto a presunção de os exigir".[27]

O terceiro e último aspecto é a questão do *evangelismo* relacionado com *reavivamento.* "Anseio por reavivamento" é, como vimos antes, outra característica do ser evangélico. Nós falamos em avivamento, pesquisamos a história da igreja para saber como se deram alguns dos grandes reavivamentos e oramos por uma experiência assim também para nós. Mas, o que significa reavivamento? A maioria dos evangélicos iria certamente concordar que reavivamento é uma visitação inteiramente sobrenatural do Espírito soberano de Deus, pela qual uma comunidade inteira toma consciência de sua santa presença e é surpreendida por ela.[28] Os inconversos se convencem do pecado, arrependem-se e clamam a Deus por misericórdia, geralmente em números enormes e sem qualquer intervenção humana. Os desviados são restaurados. Os indecisos são revigorados. E todo o povo de Deus, inundado de um profundo senso da majestade divina, manifesta em suas vidas o multifacetado fruto do Espírito, dedicando-se às boas obras.

A esperança cristã

O Antigo Testamento aguardava ansiosamente o derramamento ou o dom do Espírito – esta seria a maior de todas as bênçãos, a bênção suprema e definitiva da era messiânica. A era messiânica seria a era do Espírito. Por isso quando o Espírito Santo desceu com poder, no dia de Pentecoste, o povo de Deus viu logo que sua longa espera havia chegado ao fim e que esse novo tempo havia chegado e o reino de Deus irrompido na história. Mas eles sabiam também que essa vinda do reino era apenas parcial e que o cumprimento final da promessa divina ainda estava por vir. Assim o dom do Espírito Santo era, ao mesmo tempo, o "princípio do fim" e a garantia divina de que o resto viria a seguir. Era "tanto o cumprimento da promessa como a promessa do cumprimento".[29]

Essa dupla expectativa é expressa no Novo Testamento pelo uso de três metáforas: uma comercial (duas prestações de uma compra), uma agrícola (duas etapas de uma colheita) e outra social (dois pratos de um banquete).

Primeiro, o dom do Espírito é comparado ao pagamento da primeira

parcela numa transação comercial: é como se recebêssemos o pagamento da primeira prestação e, com isso, a garantia de que depois disso virá a quitação, o valor total da compra. Deus "nos selou como sua propriedade e pôs seu Espírito em nossos corações como garantia do que está por vir"(2 Co 1.22; *cf.* 5.5; Ef 1.14).

Em segundo lugar, a dádiva do Espírito é como o amadurecer dos primeiros frutos; ela é, ao mesmo tempo, o início da colheita e a garantia de que o resto virá depois (Rm 8.23).

E, por último, o dom do Espírito é como o primeiro prato de um banquete, aquilo que às vezes chamamos de "aperitivo" ou "entrada". É, ao mesmo tempo, uma antecipação do que virá e a garantia de que o resto da refeição está a caminho (Hb 6.4-5).

Em cada um destes casos o Espírito Santo é, ao mesmo tempo, a dádiva e a promessa, tanto a experiência inicial como a esperança futura.

Não há entre todos os cristãos evangélicos uma concordância uníssona quanto aos detalhes de nossa escatologia; por isso continuamos discutindo questões relativas à tribulação, ao arrebatamento e ao milênio. Mas todos nós cremos na volta gloriosa, visível e corporal de Jesus Cristo, na ressurreição de nossos corpos e no novo céu e nova terra. Além do mais, cremos que o Espírito Santo é o penhor que Deus nos dá para estas certezas futuras.

Afinal, a época em que estamos não é definitiva. Nós vivemos entre a primeira e a segunda vinda de Cristo, entre a realidade presente e o destino futuro. E é o Espírito Santo que, habitando em nós, preenche essa lacuna entre o "já" e o "ainda não". Como disse Paulo, "nós mesmos, que temos os frutos do Espírito, gememos interiormente, esperando ansiosamente nossa adoção como filhos, a redenção do nosso corpo"(Rm 8.23).

Existem aqui três afirmações. Nós "gememos interiormente" porque somos parte da natureza caída de toda a criação. Depois, "nós temos os frutos do Espírito", o penhor divino de nossa herança final. E, por último, "gememos ansiosamente" aguardando a redenção do nosso corpo, pela qual também "aguardamos pacientemente"(versículo 25).

Todo cristão acha difícil manter o equilíbrio entre estas três

perspectivas. Uns vivem tão preocupados com a glória futura e com o Espírito que a garante, que nunca chegam a gemer, pois nunca admitem que a salvação deles ainda é incompleta. Outros até que gemem, e aguardam ansiosamente a glória que há de vir; esquecem, porém, que com a descida do Espírito nós já provamos "um gostinho" dessa glória. Outros ficam tão perplexos com a presente tensão entre o Espírito e o sofrimento que se esquecem de esperar pacientemente até que essa tensão se resolva.

Além do mais, a espera à qual somos convocados é uma espera "ansiosa" (versículo 23) e "paciente" (versículo 25) – as duas ao mesmo tempo. Este é outro equilíbrio difícil de se manter. Devemos, não esperar tão ansiosamente que percamos a paciência, nem tão pacientemente (para não dizer letargicamente) a ponto de perdermos a expectativa. Nossa espera, pelo contrário, deve ser caracterizada tanto pela ansiedade como pela paciência.

Muitas das divergências entre os evangélicos, e principalmente entre carismáticos e não-carismáticos, são, pelo que me parece, devidas a nossa incapacidade de manter o equilíbrio entre o "já"e o "ainda não".

Revisando este capítulo, vemos que do início até o fim, desde os nossos primeiros passos na vida cristã até a volta de Cristo, o Espírito Santo desempenha um papel incomparável e imprescindível. Os cristãos evangélicos continuam divididos em certos assuntos, especialmente quanto a uma compreensão precisa sobre o "batismo"do Espírito e os "dons"do Espírito. Mas somos unânimes em reconhecer que o novo nascimento é um nascimento do Espírito; que a certeza do cristão nasce do testemunho do Espírito em nosso interior; que a santidade é fruto do Espírito; que a igreja é a comunhão do Espírito; que é o Espírito quem impulsiona a missão cristã; que a esperança cristã é alimentada pelo dom do Espírito e que este é o penhor da nossa herança final.

Nós somos imensamente privilegiados pelo fato de que o Senhor Jesus – que nasceu e morreu por nós, ressuscitou dos mortos e foi exaltado à direita do Pai – enviou seu Espírito para viver e agir em nós. A vida cristã é vida no Espírito. Sem a sua presença e sem seu poder em nós, essa vida não seria apenas inconcebível – ela seria impossível. Quanto a isto todos os cristãos evangélicos concordam plenamente.

1. Concílio de Trento, Sessão 7, Cânone 8.
2. *Ecclesiastical Polity*, V, p. 67.
3. James Ussher, *The Body of Dininity*, cap. 42.
4. J. C. Ryle, *Knots Untied* (1877; Thynne, edição popular, 1900), p. 6.
5. É por causa da doutrina da segurança cristã que os evangélicos sempre se opuseram à prática da oração pelos cristãos que já partiram. É óbvio que continuamos a lembrar-nos deles; seria muito estranho, para não dizer desumano, se permitíssemos que a morte os arrancasse subitamente de nossa memória. E somos gratos a Deus por eles. Mas então, por que não oramos por eles? Há duas razões para isso. A primeira é que, mesmo que em inúmeras ocasiões no Novo Testamento sejamos exortados a orar pelos que vivem, não há um único texto neotestamentário que nos mande orar pelos mortos. Essa prática, portanto, não tem respaldo bíblico. Em segundo lugar, a Bíblia nos garante que, tendo sido justificados pela fé, "temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 5.1); além disso, Paulo disse aos colossenses que dessem graças ao Pai "que nos tornou dignos de participar da herança dos santos na luz" (Cl 1.12-14). Então, como podemos orar pedindo (como reza a fraseologia tradicional) que a alma dos que já partiram "descanse em paz" e que "a luz perpétua possa brilhar sobre eles", se já recebemos a garantia específica de que o povo redimido de Deus *já* desfruta de "paz" e "luz"? Orar pedindo que Deus lhes conceda algo que a Bíblia nos diz que já temos é desmerecer a obra de Cristo; é, portanto, incompatível com a certeza da fé cristã.
6. Ver 1Jo 2.3,5; 3.14, 19; 4.13; 5.19.
7. Oração de consagração feita no culto de Santa Ceia.
8. D. M. Lloyd-Jones, *The New Man: An Exposition of Romans 6* (Banner of Truth, 1972), p. 264.
9. Handley Moule, *Thoughts on Christian Sanctity* (Seeley, 1888), pp. 13-15.
10. *Ibid.*, p. 16.
11. Ver *Truth, Error and Discipline* (Vine Books, 1978), panfleto produzido pela e para o Concílio Evangélico da Igreja da Inglaterra.
12. 4a. ed., revisada 1900.
13. Em 1981 o Dr. J. I. Packer escreveu, baseado na memorável frase de Ryle, a obra *A Kind of Noah's Ark? The Anglican Commitment to Comprehensiveness*, para acompanhar o seu estudo anterior, *The Evangelical Anglican Identity Problem: An Analysis* (Latimer House, Oxford, 1978).
14. *The Fulness of Christ: The Church's Growth into Catholicity*, relatório apresentado ao Arcebispo de Canterbury (SPCK, 1960), pp. 7-8.
15. Alec Vindler, *Essays in Liberality* (SCM, 1957), p. 3.
16. De seu ensaio "Taking Stock in Theology", publicado em *Evangelicals Today*, ed. John C. King (Lutherworth, 1973), p. 17.
17. John V. Taylor, *The Go-Between God* (SCM, 1972), p. 3.
18. *Para Que o Mundo [e o Brasil] Ouça a Sua Voz* - Documentos de Lausanne (Comissão Brasileira de Evangelização, Belo Horizonte, s/d.), p. 24.
19. William Temple, *Readings in St. John's Gospel* (1945; Macmillan, 1955), p. 130.
20. Harry R. Boer, *Pentecost and Missions* (Lutherworth, 1961), p. 210.
21. John Stott (ed.), *Evangelização e Responsabilidade Social* - Série Lausanne (ABU Editora e Visão Mundial, 1983), pp. 20-22.
22. O autor refere-se aos livros *Power Evangelism* (1985) e *Power Healing* (1986). O argumento mencionado encontra-se na página 117 do primeiro título.

23. *Ibid.*, p. 117.
24. Ver, por exemplo, Êx 4.1-9; 1 Rs 17-18; At 2.22; 2Co 12.12.
25. *Op. cit.*, p. 102.
26. *Para Que o Mundo..., p. 24.*
27. Ao usar esta definição de "reavivamento" como sendo uma visitação sobrenatural e soberana de Deus eu quero deixar claro que não estou falando de "reavivamento organizado" (isto é, uma campanha evangelística). Esta expressão (ainda muito em uso, principalmente em certos lugares do sul dos Estados Unidos e em campos missionários influenciados por eles) é criação humana e não corresponde à natureza de um *reavivamento* de fato.
28. Iohannes Blauw, *The Missionary Nature of the Church* (1962; Eerdmans, 1974), p. 89.

4



CONCLUSÃO

O desafio da fé evangélica

O que nos preocupou aqui foi a forma trinitária da fé evangélica: a iniciativa de Deus ao revelar-se a nós, o amor de Cristo morrendo pelos nossos pecados e o ministério do Espírito Santo, que facilita cada aspecto do nosso discipulado cristão. Simplificando: ressaltamos a Palavra, a Cruz e o Espírito como as três ênfases evangélicas essenciais.

Mas ser cristão evangélico não é só seguir uma fórmula, por mais ortodoxa que esta seja em seu trinitarismo. Muito mais do que a crença, a fé evangélica abrange o nosso comportamento; ela traz em seu bojo um desafio que, em suas mais variadas facetas, exige que vivamos de conformidade com a nossa fé.

O apóstolo Paulo nos dá um tremendo exemplo disso no final do primeiro capítulo da Epístola aos Filipenses, quando se refere ao "evangelho de Cristo" (versículo 27a) e à "fé evangélica" (versículo 27b) insistindo veementemente com seus leitores para que vivam de maneira a honrar essa fé:

> Não importa o que aconteça, exerçam a sua cidadania de maneira digna do evangelho de Cristo, para que assim, quer eu vá e os veja, quer apenas ouça a respeito em minhas ausências, fique sabendo que vocês permanecem firmes num só espírito, lutando unânimes pela fé evangélica, sem de forma alguma serem intimidados por aqueles que se opõem a vocês. Para eles isso é sinal de destruição, mas para vocês de salvação, e isso da parte de Deus; pois a vocês foi dado o privilégio de não apenas crer em Cristo, mas também de

sofrer por ele, já que estão passando pelo mesmo combate que me viram enfrentar e agora ouvem que ainda enfrento (Fp 1.27-30).

Há um elemento profundamente tocante neste apelo de Paulo. O apóstolo encontra-se na prisão, não se sabe se em Roma (como reza a tradição) ou em Éfeso (como sustentam alguns). De qualquer forma, ele está preso; sua liberdade está restringida e ele não pode nem visitar as igrejas que plantou nem abrir novas frentes de evangelismo pioneiro. Além disso, seu futuro é cheio de incertezas. Ele percebe que a morte deve estar se aproximando. Na verdade, sente-se dividido entre a vida e a morte. O seu desejo pessoal é "partir e estar com Cristo, o que é muito melhor". Mas as igrejas ainda precisam dele; por isso ele tem tanta certeza de que será libertado e irá retomar seu trabalho missionário. Mas o que ele mais anseia mesmo vai além destas duas opções – ele anseia pela glória de Cristo: "também agora Cristo será engrandecido em meu corpo, quer pela vida quer pela morte" (1.20-26).

"Não importa o que aconteça", o apóstolo continua (versículo 27) – isto é, quer ele viva, quer morra –, a sua maior preocupação não é o que irá acontecer a ele, mas o que vai acontecer com o evangelho; não ele e sua própria sobrevivência, mas a sobrevivência e a divulgação do evangelho. É à luz dessa preocupação que ele anima os filipenses (e, conseqüentemente, a nós também), convocando-os à fidelidade em cinco áreas da fé evangélica:

O chamado à integridade evangélica,
ou a viver uma vida digna de evangelho

Originalmente o verbo *politeuomai*, que ocorre apenas duas vezes no Novo Testamento, significava viver como cidadão (*polités*) de uma cidade-estado (*polis*). Talvez Paulo tenha escolhido esta palavra porque Filipos era uma colônia romana (como bem esclarece Lucas em Atos 16.12) e os seus habitantes, por serem cidadãos romanos, tinham privilégios e responsabilidades especiais. Os cristãos de Filipos

deveriam, portanto, certificar-se de que seu modo de vida como cidadãos fosse digno do evangelho. Mas é evidente que Paulo está se referindo também à sua cidadania celestial. "A nossa cidadania, porém, está nos céus", ele os faz lembrar no versículo 3.20. Isso lhes trazia privilégios e responsabilidades ainda maiores e mais sublimes.

E, de fato, os cristãos são cidadãos de dois reinos. Uma apologia anônima do cristianismo conhecida como *A Carta a Diognetus* e que data de meados do segundo século expressa bem esse paradoxo da vida cristã, a nossa dupla cidadania:

> Os cristãos não diferem do resto da humanidade pelo seu país, língua ou costumes... Mas embora vivam tanto em cidades gregas como bárbaras ... e sigam os costumes locais quanto ao vestir ou comer e em outros aspectos da vida, ao mesmo tempo eles demonstram o caráter marcante e, convém admitir, um tanto incomum de sua própria cidadania. Vivem em seus próprios países, mas como se fossem forasteiros; participam de tudo como cidadãos e suportam tudo como estrangeiros... Vivem na Terra, mas sua cidadania está no céu... Resumindo, o que a alma é para o corpo, os cristãos são para o mundo.[1]

Eu chamei esta primeira convocação de "O chamado à integridade evangélica" porque o conceito de se viver uma vida que seja "digna" expressa, não mérito, mas correspondência. Nossa conduta deve expressar uma vida de conformidade com o nosso chamado, com o nosso arrependimento, com nosso Senhor e com o Deus que nos chama a entrarmos em seu reino e sua glória.[2] Nenhuma dicotomia pode haver entre aquilo que professamos e o que praticamos, entre o que dizemos e aquilo que somos; pelo contrário, nossa vida deve refletir uma consistência fundamental.

Na sua carta enviada a Tito, Paulo coloca diante de nós uma alternativa e a expressa com grande clareza. Por um lado, uma conduta cristã inconsistente faz com que a palavra de Deus seja "difamada", atrapalhando com isso a obra da evangelização. Já uma conduta cristã

consistente torna "atraente, em tudo, o ensino de Deus nosso Salvador", promovendo assim a divulgação do evangelho (Tt 2.5, 10). Ou, dito em poucas palavras: uma má conduta desacredita o evangelho, enquanto que uma conduta saudável o adorna e, portanto, torna-o digno de aprovação.

Aqueles que nos antecederam no evangelho se esforçavam por alcançar aquilo que chamavam de "santidade conforme as Escrituras" ou "santidade prática". Eles levavam muito a sério a ordem que Deus deu repetidas vezes ao povo de sua aliança: "Sede santos, porque eu sou santo". Hoje em dia, entretanto, muitos evangélicos parecem abraçar com a maior facilidade padrões de vida tão baixos que em nada se distinguem daqueles adotados pelos que são do mundo. Outros trocaram a busca da santidade por uma busca por justiça social ou por uma experiência religiosa. É claro que essas coisas são importantes, mas elas nunca deveriam substituir a fome e a sede de justiça.

O chamado à estabilidade evangélica, ou a permanecer firme no evangelho

"Para que assim, quer eu vá e os veja, quer apenas ouça a seu respeito em minha ausência, fique sabendo que vocês permanecem firmes num só espírito..." (versículo 27b). A referência à unidade nós consideraremos em breve; por ora vamos nos concentrar no chamado à estabilidade. Era isso que mais preocupava Paulo. Ele queria muito saber (quer vendo, quer por ouvir falar) se eles permaneciam firmes.

A estabilidade é importante em todas as esferas. Nós comentamos a necessidade de um governo estável e de uma economia estável, falamos em construções estáveis e queremos um caráter inabalável. E a estabilidade cristã obviamente significava muito para os apóstolos. Por isso, segundo nos conta Lucas, eles voltavam a visitar as cidades que haviam evangelizado, "fortalecendo" ou firmando os novos crentes (At 18.23). Eles conheciam a força da oposição satânica, tanto intelectual (ensinos falsos) como moral (tentação) e física (perseguição). Mas

sabiam também que Deus "tem poder para confirmar" ou estabilizar o seu povo, e este era um ingrediente vital no evangelho de Paulo (Rm 16.25). Assim ele os exortou a *permanecerem firmes*. A mesma idéia ele expressa quatro vezes no texto clássico de Efésios 6 (versículos 10 e seguintes), em que exorta os "soldados" cristãos a enfrentarem a luta entre os principados e potestades do mal vestidos da armadura de Deus: "para poderem ficar firmes", "para que possam resistir no dia mau", "permaneçam inabaláveis", "mantenham-se firmes".

Só que, hoje em dia, estabilidade é coisa que está em falta, tanto na doutrina quanto na ética. Longe de sermos estáveis, nós mais parecemos embarcações frágeis a enfrentar tempestades em alto mar, "levados de um lado para o outro pelas ondas, jogados para cá e para lá por todo vento de doutrina" (Ef 4.14). É muito mais fácil deixar-se levar pela correnteza do que nadar contra ela. Dobrar-nos para cá e para lá como finos galhos agitados pelo vento da opinião pública e do politicamente correto exige bem menos esforço do que permanecer firmes e imóveis como rochas numa avalanche. O chamado à estabilidade se faz muito necessário hoje. O seu alicerce principal é a rocha da Escritura Sagrada – a verdade do evangelho, para a qual nos voltaremos agora.

O chamado à verdade do evangelho, ou a lutar pela fé evangélica

É evidente que devemos, não apenas permanecer firmes no evangelho, mas também lutar por ele em público. Esse "lutar pelo evangelho" poderia ser descrito como uma combinação entre evangelismo e apologética. Não basta proclamarmos as boas novas; precisamos também defendê-las e confirmá-las (versículos 7 e 16). Os apóstolos não separavam essas tarefas. Nem nós devemos fazê-lo. Existia um forte elemento de apologética em todo o seu evangelismo. O apóstolo Paulo chegou a resumir o seu ministério em duas palavras gregas que podem ser traduzidas como "persuadir as pessoas" (*cf.* 2 Co 5.11). E é assim que Lucas o descreve: debatendo acerca do evangelho, arrazoando com as pessoas a partir das Escrituras e convencendo-as da veracidade delas.

A igreja contemporânea precisa seguir o exemplo dos apóstolos. Precisamos ser capazes de dizer o que Paulo disse ao procurador Festo: "Não estou louco, excelentíssimo Festo. O que estou dizendo é verdadeiro e de bom senso" (At 26.25).

Além disso, nunca deveríamos contrapor o uso de argumentos e a confiança no Espírito Santo, declarando que quem confia mesmo no Espírito Santo não precisa de argumentos, ou que se nós elaborarmos argumentos, estaremos confiando puramente neles e não no Espírito. Esta é uma antítese desastrosamente falsa. Afinal, o Espírito Santo é o Espírito da verdade, que se importa com a verdade, ensina a verdade e dá testemunho da verdade. Portanto a verdade e o Espírito Santo são totalmente compatíveis e é perfeitamente possível confiar nos dois ao mesmo tempo. Ele leva as pessoas à fé em Jesus Cristo *através* das nossas palavras e argumentos, iluminando suas mentes a fim de que percebam a verdade e sintam a força desses argumentos.

O chamado à unidade evangélica, ou a trabalhar juntos pelo evangelho

A unidade é um dos principais temas abordados por Paulo na Carta aos Filipenses. Ao que parece, tinha havido algum desentendimento sério na igreja. Não sabemos exatamente o porquê, mas uma pista pode ser as três conversões notáveis que se deram durante as visitas missionárias de Paulo (At 16.11ss.). Seria difícil imaginar um trio mais desigual: os três convertidos diferiam um do outro quanto a nação, grupo social e provavelmente até quanto ao temperamento. Lídia era uma mulher de negócios bem-sucedida, da província da Ásia; a escrava anônima vinha da outra extremidade do espectro social; já o carcereiro romano, provavelmente um soldado aposentado, poderia ser descrito como pertencente a uma respeitável classe média. Estes três foram membros fundadores da igreja de Filipos. O impressionante é que, pelo batismo, eles pudessem ser aceitos na comunidade cristã sem discriminação. Talvez existissem outros convertidos, de passados igualmente diferentes. É bem possível que a antiga tensão entre raças,

classes e personalidades tenha vindo à tona outra vez depois da conversão deles, causando algum conflito.

Em todo caso, convém atentarmos para as exortações do apóstolo. Ele pede aos seus leitores que permaneçam "firmes num só espírito, lutando unânimes pela fé evangélica" (versículo 27). E prossegue advertindo-os: "Completem a minha alegria, tendo o mesmo modo de pensar, o mesmo amor, um só espírito e uma só atitude" (2.2).

É importante observarmos, no entanto, que tipo de unidade Paulo está lhes recomendando. Não é uma unidade que se busque a qualquer preço, mesmo que para isso se comprometam verdades fundamentais; nem é uma unidade nos mínimos detalhes, que implique afastar-se de qualquer um que deixe de pôr um ponto num "i" ou cortar todo "t" do mesmo jeito que nós. É unidade no evangelho, nas coisas essenciais do evangelho, "firmes ... lutando juntos pela fé evangélica" (versículo 27, ARA).

Hoje em dia, no entanto, muitos dos nossos cristãos evangélicos não hesitam em ceder à tendência patológica que temos de fragmentar-nos. Para tanto, nos refugiamos em nossas convicções sobre a unidade invisível da igreja, como se a sua manifestação visível não importasse. E o resultado disso é que o diabo acaba tendo o maior sucesso na sua velha estratégia de "dividir e conquistar". A nossa desunião continua sendo um grande empecilho para o nosso evangelismo.

Se há algo que necessitamos muito, é uma dose maior de discernimento que nos permita distinguir entre as verdades essenciais do evangelho, que não podem ser comprometidas, e as *adiaphora* ("questões indiferentes") sobre as quais, por serem de importância secundária, não precisamos necessariamente insistir. Talvez o nosso critério para decidir qual é qual, um princípio verdadeiramente evangélico porque leva em conta a supremacia das Escrituras, deveria ser o seguinte: sempre que cristãos igualmente bíblicos, que estejam igualmente desejosos de compreender os ensinamentos das Escrituras e a submeter-se à sua autoridade, chegarem a conclusões diferentes, nós deveríamos deduzir que, evidentemente, a Escritura Sagrada não se manifesta com clareza total quanto a essa questão, e portanto um deve

poder dar liberdade ao outro. E ainda podemos esperar que orando, estudando e discutindo em conjunto consigamos chegar a um entendimento e concordância mútuos.

O que se poderia incluir hoje na categoria dos *adiaphora*? Se fôssemos elaborar uma lista, ela iria longe. Apresento aqui doze sugestões, colocadas em forma de perguntas.[3]

1. *Batismo*

Quem deve ser batizado: apenas crentes adultos ou também os seus filhos pequenos? O batismo deve ser por imersão ou por aspersão?

2. *A Santa Ceia*

Como se deve definir o nosso partilhar o corpo e o sangue de Cristo (1 Co 10.16)?

3. *Governo da igreja*

O sistema de governo deveria ser episcopal, presbiteriano ou congregacional?

4. *Culto*

Há lugar para a liturgia, ou todas as práticas públicas de culto deveriam ser espontâneas? É possível combinar o formal com o informal?

5. *Charismata*

Algum dos dons não existe mais hoje? E, dentre os que existem, quais são os mais importantes?

6. *Mulheres*

Que ministérios elas podem exercer, e quais não? Qual é o significado da afirmação "o homem é o cabeça", e como isso se aplica hoje?

7. *Ecumenismo*

Até onde deve ir o nosso envolvimento com igrejas não-evangélicas?

8. *Profecias do Antigo Testamento*

Como devemos compreender o cumprimento dessas profecias?

9. *Santificação*
Que nível de santidade pode alcançar o povo de Deus na terra?

10. *O Estado*
Quais devem ser as relações entre Igreja e Estado?

11. *Missão*
"Missão" e "evangelização" são sinônimos? Qual é o lugar da busca pela justiça social?

12. *Escatologia*
Como compreendemos a tribulação, o arrebatamento, o milênio, a segunda vinda de Cristo e o nosso destino final?

Esta lista poderia se estender consideravelmente. Ela deveria abranger todas as doutrinas e práticas a respeito das quais existe um evidente desentendimento entre os evangélicos quanto ao que a Bíblia ensina ou deixa implícito.

Mas essas questões secundárias, a respeito das quais nós podemos dar a cada um liberdade de consciência, deixam intactas as verdades cristãs primárias, especialmente aquelas que têm a ver com a pessoa e a obra de Cristo, como definido no Credo Apostólico e no Credo Niceno, como também as grandes ênfases da Reforma, que foram a autoridade suprema das Escrituras, a morte expiatória de Cristo, a justificação dos pecadores somente pela graça somente pela fé, e o ministério imprescindível do Espírito Santo. Nestas verdades nós temos de insistir, pois, de acordo com os apóstolos, negar a pessoa de Jesus Cristo como humano e divino é acolher o anticristo (1 João 2.18ss; 4.1ss); e negar o evangelho da graça é fazer-se merecedor do juízo de Deus (Gl 1.6ss.).

Essa combinação entre unidade em verdades primárias e liberdade nas verdades secundárias, preservando o amor em todas as situações, é muitas vezes sintetizada sob forma de provérbio; por exemplo: "Na verdade, unidade; nas questões duvidosas, liberdade; e em todas as coisas, caridade." Este pensamento já foi muitas vezes (embora inadequadamente) atribuído a Agostinho. Mas o seu verdadeiro autor

parece ter sido Rupert Meldenius, cujo nome se descobriu ser um anagrama de Petrus Meuderlin, uma forma latinizada para Peter Meiderlin, teólogo luterano do século dezessete. Em um tratado latino (1620) que defendia o luteranismo mas apelava à paz, ele escreveu: "Se nós pelo menos observássemos 'unidade nos essenciais, liberdade nos não-essenciais, caridade em todas as coisas', as nossas relações certamente estariam na melhor situação possível."

No meu mundo, o de fala inglesa, quem tornou conhecido este provérbio foi o grande puritano Richard Baxter; dizem que era a sua "citação preferida".[4] Aliás, bem que poderia ser também a nossa... Isso nos ajudaria a cultivar a "cultura da civilidade" que, segundo o Dr. Alister McGrath, deveria reinar no seio do mundo evangélico: "Será que não podemos abrir mão de nossos cultos a personalidades", ele pede, "rixas insignificantes, contendas históricas e agendas pessoais pelo bem maior do movimento?"[5] Eu espero que possamos responder afirmativamente a esta pergunta.

O chamado à perseverança evangélica, ou a sofrer pelo evangelho

Quando Paulo recomenda aos filipenses que lutem pela fé evangélica, isso implica a existência de adversários. É deles que ele trata agora, aconselhando seus leitores que, ao lutarem pela verdade, não sejam de modo algum "intimidados" pelos seus oponentes. O apóstolo usa uma expressão muito forte, "única na Bíblia em grego e que denota o pisotear incontrolável de cavalos assustados".[6] A experiência de oposição ao evangelho vivida pelos filipenses, junto com a sua insistência em não se deixarem intimidar por essa oposição, transmitiria uma dupla uma mensagem: para seus oponentes, seria um sinal muito claro da parte de Deus de que para seus oponentes viria "destruição", enquanto que para eles viria "salvação" (versículo 28).

Conforme a explicação de Paulo, aos cristãos filipenses Deus concedera dois privilégios: "de não apenas crer em Cristo, mas também

de sofrer por ele" (versículo 29). Ele não está se referindo à dor e ao sofrimento em geral, mas especificamente ao sofrimento por causa do evangelho. O impressionante é que fé e sofrimento (fé em Cristo e sofrimento em Cristo) devam juntar-se um ao outro dessa maneira, como duas dádivas da graça de Deus. É claro que todos os cristãos são crentes. Mas será possível que todos eles são chamados a sofrer? E será que o sofrimento pode ser considerado uma dádiva ou privilégio tão grande quanto a fé? É isso mesmo – este é um ensinamento consistente no Novo Testamento.

Cada uma das oito bem-aventuranças de Jesus, com as quais ele começou o Sermão do Monte, descreve uma característica diferente dos cidadãos do reino de Deus, de tal modo que as oito, juntas, formam o retrato de um discípulo cristão perfeito. E as oito acompanham as bênçãos de Deus para aqueles que são "perseguidos por causa da justiça" (Mt 5.10ss; *cf.* Jo 15.18ss.). Por isso os cristãos primitivos não ficaram surpresos quando se viram diante da oposição. Pelo contrário, alegraram-se "por terem sido considerados dignos de serem humilhados por causa do Nome" (At 5.41). Paulo escreveu que "todos os que desejam viver piedosamente em Cristo Jesus serão perseguidos" (2 Tm 3.12); já Pedro declara que o sofrimento é parte do chamado a ser cristão, e disse aos seus leitores que se regozijassem pelo privilégio de estarem compartilhando do sofrimento de Cristo (1 Pe 2.21; 4.13). Portanto, não é de admirar que, na opinião de Paulo, os filipenses estivessem "passando pelo mesmo combate" que o viram enfrentar em Filipos (açoite, prisão e ridicularização) e que, pelo que ficavam sabendo agora, ele ainda estava passando (versículo 30). O discípulo é chamado a compartilhar o sofrimento do seu Mestre e também o sofrimento dos apóstolos. Este é um aspecto inevitável da sucessão apostólica: uma sucessão, não de ordem, doutrina ou missão, mas de sofrimento.

Essa nobre sucessão continua até os dias de hoje. Nós, que vivemos no Ocidente, talvez não sejamos chamados a sofrer tanto, pelo menos fisicamente, se bem que a fidelidade ao evangelho, por minar o orgulho e o egoísmo humano, sempre gere oposição. Mas em outras partes do mundo há muita perseguição física por causa da verdade e da justiça.

Com efeito, fontes fidedignas comprovam que o número de cristãos que foram martirizados no século vinte é bem maior do que em qualquer outro período da história da igreja.

Neste sentido, nada mais justo que uma homenagem feita em Londres em julho de 1998. Ali, os dez nichos situados logo acima da porta ocidental da famosa Abadia de Westminster, que haviam permanecido vagos por mais de quinhentos anos, foram preenchidos com estátuas de mártires cristãos do século vinte, representando diferentes denominações de todos os continentes. Isso inclui nomes conhecidos como Dietrich Bonhoeffer (vítima da tirania nazista), Martin Luther King (ativista americano dos direitos civis) e Janani Luwum (assassinado pelo ditador de Uganda, Idi Amin), mas também mártires relativamente desconhecidos, como Esther John, uma convertida do islamismo no Paquistão, que foi brutalmente assassinada em sua cama, e Wang Zhiming, um pastor que foi executado publicamente durante a revolução cultural chinesa.[7] Para cada um destes mártires Jesus certamente teria dito: "Seja fiel até a morte, e eu lhe darei a coroa da vida" (Ap 2.10).

Não há como não sermos tocados pelas recomendações que nos traz, através dos séculos, a carta de Paulo aos crentes de Filipos. O apóstolo nos chama a vivermos uma vida digna do evangelho, a permanecermos firmes nele, a lutarmos por ele com afinco, a combatermos por ele em unidade e a nos dispormos a sofrer por ele. Tudo isso faz parte do desafio de manter a fé evangélica nos dias de hoje.

---

1. *The Letter to Diognetus*, V. 5. 8.
2. Ef 4.1; Lc 3.8; Mt 10.37; Cl 1.10; 1 Ts 2.12.
3. Rob Wagner faz uma análise mais demorada sobre estes e outros pontos num capítulo intitulado "Fracture Points" ("Pontos de Fragmentação") publicado em *Together We Stand* por Clive Calver e Rob Warner (Hodder and Stoughton, 1996), pp. 60-93.
4. John T. Wilkinson diz a mesma coisa em seu ensaio introdutório a *The Reformed Pastor* (Epworth ed., 1939), p. 31. A versão original do provérbio em latim é: *in necessariis unitas, in non-necessariis libertas, in omnibus caritas.*
5. *Church of England Newspaper*, 17 de abril de 1998.
6. R. P. Martin, *Phillipians*, Tyndale New Testament Commentary (IVP e Eerdmans, 1959), p. 86.
7. No livro *The Terrible Alternative* (Cassel, 1998), editado por ele, Andrew Chandler apresenta um relato completo sobre os dez mártires mencionados.



POSFÁCIO

A preeminência da humildade

Tomo a liberdade de dizer, neste breve posfácio, que a qualidade suprema que a fé evangélica produz (ou, pelo menos, deveria produzir) é a humildade. Eu já fico imaginando o sorriso amarelo na cara de meus leitores... Afinal, temos de confessar que o que dizem a nosso respeito é bem outra coisa. Os evangélicos são muitas vezes tidos como orgulhosos, vaidosos, arrogantes e cheios de si.

Mas o que eu quero dizer é que as principais doutrinas que os cristãos evangélicos cultivam, se bem compreendidas, tendem a desembocar inevitavelmente na humildade. Como diz Cranmer em um dos seus sermões acerca da salvação, as convicções evangélicas põem em evidência a verdadeira glória de Deus; com isso elas sempre acabam derrubando por terra a vanglória dos seres humanos. Mas deixem-me explicar melhor.

Eu fiz de tudo para mostrar que o cristianismo evangélico é um cristianismo trinitário. Nós defendemos os três "Rs" – revelação, redenção e regeneração – associando a revelação com o Pai, a redenção com o Filho e a regeneração com o Espírito Santo. O que mais almejamos, acima de qualquer outra coisa, é dar testemunho da autoridade suprema da Palavra de Deus, da eficácia redentora da cruz de Cristo e do ministério imprescindível do Espírito Santo.

Quanto mais as três pessoas da Trindade são glorificadas, no entanto, mais completamente o orgulho humano é excluído. Magnificar a auto-revelação de Deus é confessar a nossa completa ignorância sem ela. Enaltecer a cruz de Cristo é confessar a nossa total perdição sem ela.

Engrandecer o papel regenerador e santificador do Espírito Santo em nós é confessar o nosso eterno egocentrismo sem ele.

A Palavra, a cruz e o Espírito, como vimos, têm um lugar de honra muito especial em nossa reflexão. Se nos ajoelhamos diante de Deus o Pai com a Bíblia aberta diante de nós, certamente não é porque sejamos bibliólatras, mas porque desejamos humildemente ouvir o que Deus tem a nos dizer. Se, em nossa imaginação, nos prostramos aos pés de nosso Senhor crucificado e ressurreto (como acontece quando nos achegamos à mesa da Comunhão), é porque desejamos receber, com toda humildade, aquele perdão pleno e gratuito que somente ele pode conceder. E ainda nos ajoelhamos diante do Espírito Santo porque almejamos implorar humildemente que ele preencha o nosso vazio e faça com que o seu fruto amadureça em nossas vidas.

Sem a Bíblia nós iríamos ficar cambaleando e titubeando por aí, em completa escuridão. Sem a cruz, viveríamos a debater-nos nas águas profundas da culpa e da alienação, sem misericórdia, sem redenção, sem perdão e sem a mínima esperança. Se o Espírito Santo não viesse habitar em nosso ser, seríamos vítimas indefesas do pecado que em nós habita, vítimas do trágico esforço próprio e, conseqüentemente, do nosso eterno fracasso.

É assim que podemos compreender porque Jesus nos deu como modelo a humildade de uma criança.

> Naquele momento os discípulos chegaram a Jesus e perguntaram: "Quem é o maior no Reino dos céus?"
>
> Chamando uma criança, colocou-a no meio deles, e disse: "Eu lhes asseguro que, a não ser que vocês se convertam e se tornem como crianças, jamais entrarão no Reino dos céus. Portanto, quem se faz humilde como esta criança, este é o maior no Reino dos céus" (Mt 18.1-4).

Muitas pessoas ficam perplexas diante dessas referências à humildade de uma criança. Afinal, nossa experiência demonstra outra

coisa: geralmente as crianças não são nada humildes; pelo contrário, são obtusas e orgulhosas. Portanto Jesus estava se referindo, não ao caráter ou à conduta das crianças, mas à sua condição de dependência. Tudo que uma criança possui é porque alguém lhe deu; e tudo que ela sabe é porque lhe ensinaram. Por isso é perfeitamente legítimo dizer que as crianças são "dependentes".

Da mesma forma que uma criança depende de seus pais para tudo, nós também dependemos do nosso Deus, principalmente nas três esferas sobre as quais estivemos refletindo.

Certa vez Jesus disse: "Eu te louvo, Pai, Senhor dos céus e da terra, porque escondeste estas coisas dos sábios e cultos, e as revelaste aos pequeninos" (Mt 11.25). Isso não é obscurantismo. É antes reconhecer que Deus se esconde dos arrogantes intelectuais e se mostra apenas a "bebês" (que é o sentido em que a palavra aparece aqui), isto é, àqueles que são sinceros e humildes na sua relação com ele. Este é o primeiro aspecto de nossa dependência.

Em outra ocasião, Jesus, convidando as criancinhas para virem a ele, acrescentou que "quem não receber o Reino de Deus como uma criança, nunca entrará nele" (Mc 10.13-16). Em outras palavras, o Reino de Deus, que nos ensinos de Jesus era um sinônimo de salvação e vida eterna, não pode ser adquirido nem merecido. Só pode ser "recebido", como uma criança pequena recebe um presente, gratuitamente e de coração agradecido e não como um adulto que insiste orgulhosamente em pagar por ele.

No caso da nossa terceira dependência – a santidade – Jesus não usou a ilustração da criança, mas ensinou a mesma verdade de forma diferente. Ao desenvolver a sua alegoria da videira, ele disse: "Sem mim, vocês não podem fazer coisa alguma" (João 15.5). Esse "coisa alguma" não pode ser interpretado como um absoluto, pois existem muitas coisas que as pessoas podem fazer sem permanecer em Cristo ou depender do Espírito Santo. Quem nunca nasceu de novo pode muito bem levantar-se de manhã, tomar banho e se vestir, tomar café e sair para o trabalho sem qualquer dependência consciente de Cristo ou de seu Espírito. Esse "coisa alguma" aludido por Jesus deve, portanto, ser interpretado

dentro do contexto de "fertilidade" em que foi mencionado. Logicamente é impossível "dar fruto" do Espírito quando não se é habitado pelo Espírito que produz esse fruto.

Há aqui um conflito fundamental entre o cristianismo liberal e o cristianismo evangélico. Na década de sessenta surgiu, sob a influência de ultraliberais como John Robinson (Reino Unido) e Paul van Buren (Estados Unidos), uma teologia que se convencionou chamar de teologia "secular"; ela proclamava que "o homem atingiu a maturidade" e pode, portanto, dispensar as noções tradicionais referentes a Deus e salvação. Mas é impossível conciliar essa declaração de independência com o que Jesus ensinou sobre dependermos de Deus – Pai, Filho e Espírito Santo – "como uma criança".

Essa humilde dependência da Trindade divina, se nem sempre se expressa em nossa teologia, pelo menos aparece bastante em nossa hinologia. Eis alguns exemplos.

Nossa dependência de Deus e de sua palavra:

Ó Palavra do Deus imortal,
Vontade do glorioso Filho seu,
como, sem ti, persistiria a terra
ou poderíamos alcançar o céu?

Concede desfrutarmos do saber
que vem, Senhor, do teu Manancial.
Que, qual crianças, nossos corações
se embebam desse ensino celestial.

(Bernard Barton, 1784–1849)

Nossa dependência de Cristo e sua cruz:

Nada em minhas mãos eu trago,
Só à tua cruz me apego, ó Senhor.
Desamparado, busco a tua graça;

Despido, veste-me por teu amor;
Imundo, a tua fonte buscarei –
Lava-me, ó Salvador, ou morrerei.
(Augustus M. Toplady, 1740–78)

Nossa dependência do Espírito Santo e sua obra:

E toda virtude que eu possua,
toda vitória que conquiste eu,
todo pensar de santidade em mim,
são teus, somente teus.

Espírito de graça e de pureza, vê
nossa fragilidade e compassivo, aqui,
faze morada em nossos corações,
tornando-nos mais dignos de ti.
(Harriet Auber, 1773-1862)

A adoração aqui na terra é um antegosto da adoração que haverá no céu. Por toda a eternidade os redimidos hão de atribuir sua salvação àquele que está assentado no trono e ao Cordeiro. Lá não há lugar para vanglória humana. "Aquele que se gloria, glorie-se no Senhor" (1 Co 1.31). O lugar que nos cabe é um só – prostrados de rosto em terra na presença de Deus, entoaremos o único hino que convém cantar ali:

Glória seja ao Pai e ao Filho e ao Espírito Santo
Como no princípio era, agora e sempre
e por todos os séculos.
Amém.